

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO

MARIA BERNADETE MOREIRA KROEFF

**HISTÓRIAS DE VIDA:
TRAJETÓRIAS DE PROFESSORAS NO
CENÁRIO POLÍTICO DE PORTO ALEGRE -
PERFIS (AUTO) BIOGRÁFICOS NO
MUNDO CONTEMPORÂNEO**

Prof^a. Dr^a. Maria Helena Menna Barreto Abrahão

Orientadora

Porto Alegre
2010

MARIA BERNADETE MOREIRA KROEFF

**HISTÓRIAS DE VIDA: TRAJETÓRIAS DE PROFESSORAS NO
CENÁRIO POLÍTICO DE PORTO ALEGRE -
PERFIS (AUTO) BIOGRÁFICOS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS - como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Helena Menna Barreto Abrahão

Porto Alegre

2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

K93h Kroeff, Maria Bernadete Moreira
Histórias de vida : trajetórias de professoras no cenário político de Porto Alegre – perfis (auto) biográficos no mundo contemporâneo / Maria Bernadete Moreira Kroeff. – Porto Alegre, 2010.
162 f. : il.

Tese (Doutorado em Educação) – Fac. de Educação PUCRS.
Orientação: Prof^a. Dr^a. Maria Helena Menna Barreto Abrahão.

1. Educação. 2. Professores – Atuação Profissional.
3. Professores – Rio Grande do Sul - Biografias.
4. Educação – Aspectos Políticos. I. Abrahão, Maria Helena Menna Barreto. II. Título.

CDD 370.71

Ficha Catalográfica elaborada por
Vanessa Pinent
CRB 10/1297

MARIA BERNADETE MOREIRA KROEFF

**HISTÓRIAS DE VIDA: TRAJETÓRIAS DE PROFESSORAS NO
CENÁRIO POLÍTICO DE PORTO ALEGRE -
PERFIS (AUTO) BIOGRÁFICOS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS - como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Aprovada em 12 de janeiro de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Maria Helena Menna Barreto Abrahão – PUCRS

Prof^ª. Dr^ª. Marta Luz Sisson de Castro – PUCRS

Prof. Dr. Wolney Honório Filho – UFG

Prof^ª. Dr^ª. Beatriz Daut Fischer - UNISINOS

Com carinho e saudades dedico meu trabalho ao meu pai Délcio de Souza Paz por ter plantado em mim a vontade de crescer.

Ao Marquinhos, meu amigo, companheiro, marido, parceiro de longa caminhada.

A Mariana uma menina-mulher que faz parte da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a disponibilidade, atenção e tempo dispensados pelas professoras Iara e Maria Augusta que oportunizaram a feitura desta pesquisa e a todas as pessoas que atravessaram essas trajetórias.

A todos os amigos que respeitaram minhas ausências e não me deixaram esmorecer pelo caminho.

A Anahy, Patrícia e Andréia da Secretaria da Pós-Graduação em Educação pelo carinho, atenção e ajuda durante o percurso dos estudos.

Aos professores Marcos Vilella Pereira, Nadja Hermann, Marlene Grillo, Juan Mosquera pelos ensinamentos dispensados nas aulas e pelo respeito com que tratam o conhecimento de seus alunos.

Aos colegas, Márcia Andréia, Maria José Barreiras, Elizabeth Torresini, Marisa Nonemacher, Berenice Hackmann, Tatiana Hossein, Lédio, Rosa Velho, e a tantos outros que colaboraram para meu crescimento pessoal e profissional.

Em especial a minha Orientadora Professora Dr^a Maria Helena Menna Barreto Abrahão que em nenhum momento deixou de atender minhas necessidades, respondendo às questões, indicando materiais, telefonando quando dela me perdia, incentivando-me nos momentos mais difíceis e, acima de tudo, acreditou na minha capacidade, respeitando minhas escolhas, limitações e ritmo, muito obrigada.

RESUMO

Este é um estudo sobre a trajetória de vida de duas professoras, Iara Wortmann e Maria Augusta Feldman, que se lançaram ao mundo público da política partidária atuando como Deputadas na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul no período de 1990 a 2002. Busquei compreender de que forma o desenvolvimento profissional das professoras contribuiu para que atuassem no poder decisório do Parlamento Gaúcho em defesa da qualidade do ensino público e do Magistério prioritariamente. Através da História Oral de Vida a trajetória pessoal, e, profissional das professoras foram se descortinando. A partir das narrativas auto (biográficas) foi possível observar de que forma as professoras Iara e Maria Augusta constituíram-se em profissionais reconhecidas publicamente, principalmente no meio educacional. E deixassem legados importantes para a História da Educação no Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Professores, História Oral de Vida, narrativa, auto (biografia).

ABSTRACT

This is a study on the life trajectory of two histories teachers, Lara Wortmann and Maria Augusta Feldman, who were released to the public world of politics serving as Deputies in the Legislative Assembly of "Rio Grande do Sul" from 1990 to 2002. I tried to understand how the professional development of the teachers helped to contribute on the decision of making power on the Gaucho parliament in the defense of the quality of public education and the Magisterial. Through the oral personal History of life and training of teachers were unfolding. From the self narrative (biographical) we could observe how the teachers Lara and Maria Augusta established as publicly professional recognition, especially in the educational environment. And they left important legacies to the History of Education in "Rio Grande do Sul".

Keywords: Teachers, Oral History of Life, narrative, self (biography).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Iara recebe Diploma na Formatura do Primário	61
Figura 2 - Formatura do Curso Ginásial no Colégio Nossa Senhora da Glória	62
Figura 3 - Primeira Comunhão	63
Figura 4 - Após a Formatura do Magistério com os pais Milton e Ilda e o noivo Eduardo.....	64
Figura 5 - Apresentação do grupo de formandas no Magistério do Colégio Nossa Senhora da Glória. Em ordem da esquerda para a direita as alunas: Marília, Cerez, Nara, Vera, Iara, Maria Líres, Luiza (já falecida), entre outras.....	65
Figura 6 - Casamento de Iara Wortmann.....	66
Figura 7 - Na sala de aula no ano de 1962. Escola Municipal Dolores Alcáraz Caldas - Turma 2ª série primária	67
Figura 8 - Professora Iara Diretora da Escola Estadual Cândido Portinari em uma Missa com os alunos.....	69
Figura 9 - Posse aos novos Secretários governo de Sinval Guazzeli	73
Figura 10 - Guazzeli pede mais ação para os novos secretários.....	74
Figura 11 - Participação na eleição de 2000.....	78
Figura 12 - A professora Iara divulgando sua Campanha eleitoral na frente de sua antiga Escola Estadual Cândido Portinari.....	79
Figura 13 - Professora Iara com suas maiores paixões: os netos	84
Figura 14 - Maria Augusta 16 anos. Participação de apresentação de piano	86
Figura 15 - Posse como Diretora de Educação na Secretaria Municipal de Educação 1985 na presença da Secretária Terezinha Irigaray	95
Figura 16 - Representando o Rio Grande do Sul como Conselheira do Cpers no Encontro Nacional de Professores	99
Figura 17 - Leonel de Moura Brizola no Diretório do Rio Grande do Sul.....	101
Figura 18 - Crítica à Direção do Cpers	104
Figura 19 - Participação no Programa da Rádio Gaúcha	105
Figura 20 - Charge	105
Figura 21 - Magistério avalia greve	106
Figura 22 - Professora Maria Augusta sendo recebida pelo Presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, quando representava o Cpers durante a greve do Magistério.	107
Figura 23 - Charge	107
Figura 24 - Cpers e governo voltam a falar	109

Figura 25 - Resultado da greve.....	109
Figura 26 - Reportagem sobre fim da greve	110
Figura 27 - Reportagem com as decisões do magistério.....	110
Figura 28 - Reportagem sobre a sua saída da Presidência do Cpers.....	113
Figura 29 - Diplomação da deputada Estadual na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul	114
Figura 30 - Presidente do Partido Miguel Arraes, deputado Beto Albuquerque, Jussara Cony.....	116
Figura 31 - Maria Augusta comemora seus 50 anos ao lado de sua mãe	119
Figura 32 - Posse na Presidência da Fundação Zoobotânica na presença do Governador do Estado Olívio Dutra.....	121
Figura 33 - Professora Maria Augusta com sua família	122

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 DO VETO AO VOTO... O COMEÇO DE UMA HISTÓRIA.....	26
2 HISTÓRIA ORAL DE VIDA PROFESSORA IARA WORTMANN	59
3 HISTÓRIA ORAL DE VIDA PROFESSORA MARIA AUGUSTA FELDMAN.....	86
TESSITURAS FINAIS	123
REFERÊNCIAS.....	152

INTRODUÇÃO

Quero apresentar em algumas linhas que seguem abaixo o surgimento da idéia que originou esta Tese. Em 2001, desenvolvi uma pesquisa sobre a atuação política das mulheres no Rio Grande do Sul, no período de 1950 a 1990, para obter a titulação de Mestre em História do Brasil, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Analisei a participação política feminina e a respectiva atuação de Deputadas do Parlamento Gaúcho. Uma das questões que surgiu que não foi objeto de investigação naquele momento e, nesta ocasião se torna pertinente, foi que: todas as deputadas eleitas, na época, foram professoras. Tiveram participação no Magistério. Esse fato despertou minha curiosidade investigativa e se transformou em objetivo, quando iniciei, os estudos no doutoramento em Educação. A pergunta, inicial da pesquisa foi: Por que as professoras optaram, durante um período, em participar da política partidária?

Analisei o material de voz, arquivado e guardado na minha estante, destacando características importantes, fatos interessantes, mas com outro enfoque. Encontrei entre os papéis conservados algumas entrevistas marcadas, mas que não aconteceram, por imprevistos. Entre os nomes estava o de Maria Augusta Feldman, deputada eleita e professora. Minhas fontes se esgotaram, faltava um nome, outra professora, que tivesse atuado no Magistério e participado de agremiações políticas após 1990. Fui à Biblioteca do Solar dos Câmara onde se encontram os Anais da Assembléia Legislativa e lá encontrei o nome da professora Iara Wortmann. Imediatamente me interessei por sua vida pública e a escolhi como minha outra fonte de pesquisa. A escolha de dois sujeitos como centro da análise investigativa corrobora para dar maior consistência aos dados e informações que são trazidos pelas depoentes e possibilita a realização de triangulações, entrecruzamentos, o traço de paralelos, destacando dimensões próprias que as narrativas contextualizadas das Histórias de Vida Cruzadas apresentam Abrahão (2001).

Realizei um levantamento de dados, escrevi de forma esquemática minhas pretensões investigativas. Listei e fichei livros referentes ao assunto, tracei um arcabouço inicial e fui a campo. Marquei os encontros com as duas professoras. As conversas iniciais, pautadas por entrevistas semi-estruturadas, estão gravadas e

degravadas e faz parte de meu arquivo pessoal como pesquisadora. A construção das narrativas foi ocorrendo na medida em que ouvia, reescrevia, analisava as conversas, às vezes longas e outras breves; nesse contexto, novas questões surgiam, mas eram resolvidas nos encontros mensais combinados previamente ou na troca constante de emails. Foi um processo lento, atento e prazeroso de sucessivas escritas e reescritas das narrativas das professoras, até que atingi de forma satisfatória, e dentro de minhas limitações os objetivos propostos, que constaram no Projeto apresentado na Qualificação, observando as necessárias modificações. O resultado da pesquisa se apresenta nestas páginas em uma produção textual narrativa, realizada através de uma escrita “a quatro mãos”.

A análise investigativa foi mapeada na direção de apontamentos de uma diversidade de caminhos teóricos e metodológicos que possibilitaram balizar a compreensão e a explicitação da questão principal da investigação: esclarecer as contingências de vida que levaram as professoras, Iara e Maria Augusta, ao participar da política partidária preocupar-se e ocupar-se com questões educacionais em geral e com o Magistério público, prioritariamente. Para explicitar essa compreensão aponto, simultaneamente, com base no conhecimento de minha área de profissionalização, as questões da História e, através dos novos percursos descobertos na Ciência da Educação, pois da “História partem as questões relativas à produção do conhecimento historiográfico e da Educação a necessária análise da complexidade dos fenômenos educativos” (CÂMARA, 2005, p. 28). Um arcabouço multidisciplinar das áreas das ciências humanas e sociais, como possibilidade de apontamento de caminhos que conduzam à compreensão da questão suscitada

Foi a Nova História, *La nouvelle histoire* surgida na França em meados dos anos setenta, do século XX, que oportunizou inovações no campo investigativo renovando os domínios da História tradicional. Através de novos métodos, de outra concepção de documento que passou a ser conscientemente escolhido pelo historiador/pesquisador e, dessa forma, permitiu trazer à luz a temática desta pesquisa: compreender as contingências de vida que oportunizaram que duas professoras, ao participar da política partidária e exercerem a função de Deputadas Estaduais, se preocupassem e se ocupassem com questões educacionais relativas

ao Magistério Público gaúcho, prioritariamente. Construindo uma nova identidade - ser deputada/professora ou uma professora/deputada.

Esta é uma história do tempo presente a partir do momento que renuncio a reconstrução histórica de um passado em si mesmo, Burke (1992). Interrogo o passado através das luzes de seu tempo, a partir das questões do presente sem projetá-las para o futuro pela impossibilidade de imaginar as sociedades e seus atores além do presente, pois existe uma profunda diversidade desse presente em relação ao passado. Porque os atores desta história estão vivos, atuantes e, são portadores de um discurso que compõe o universo das fontes, atrelados, aos aspectos da vida humana, Vaifas (1997). É um viés diferente de abordagem investigativa, um recorte contemporâneo, através do qual o pesquisador é um produtor de testemunhos, que prescinde da sua participação, de seu envolvimento nos acontecimentos da sociedade, Candiou (2007). É uma das formas de abandonar os ranços das pretensões iluministas que buscava o entendimento dos limites do conhecimento e as amarras da imaginação através do aprisionamento do tempo¹.

Acredito na importância desta pesquisa que traz uma cena, entre tantas, da participação feminina no mundo público. Ao longo da história comprovadamente, a primeira aparição pública das mulheres teve a titulação de “mãe”, a segunda como “professora”². Parece que os dois conceitos estão intrinsecamente relacionados à palavra mulher, mas foram construídos historicamente pelos homens que durante muitos anos escreveram a história universal da humanidade. Nos contextos nos quais foram escritos, estão imbricadas as relações culturais, sociais, políticas, econômicas e religiosas de épocas distintas. Esta discussão é atual e necessária,

¹ As idéias contidas neste parágrafo foram elaboradas através de diferentes leituras dos seguintes livros: LE GOFF, Jacques [et al.]. *A história nova*. Tradução de Eduardo Brandão. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998; BARROS, José D' Assunção. *O campo da história. Especialidades e Abordagens*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008; SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as ciências*. Porto Alegre: Afrontamento, 1987.

² “Mãe” e “professora” estão entre aspas porque segundo meu entendimento são codinomes atribuídos culturalmente à figura feminina, a mulher e, por extensão à imagem da professora. Pois, a maternidade, Segundo Banditer, seria um “sentimento de caráter inato partilhado por todas as mulheres; uma tendência primordial que cria em toda mulher normal um desejo de maternidade e que, uma vez satisfeito esse desejo, incita a mulher a zelar pela proteção física e moral dos filhos” (BANDITER, 1985, p. 10-23). Comungo também com os pensamentos da historiadora empregando suas concepções ao longo deste texto (BANDITER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

pois, cada vez mais as mulheres ocupam novos e diferentes espaços profissionais na sociedade, mas ainda carregam o sobrepeso dos estereótipos culturais, construídos e reconstruídos historicamente.

São inúmeros os trabalhos de pesquisas, em diferentes áreas das Ciências Humanas, que abordam em suas temáticas a história das mulheres. Num primeiro momento as investigações estiveram voltadas para a luta das mulheres na conquista de seus espaços na sociedade com ênfase nas diferenças, entre os sexos, de subordinação, de dominação, entre outros aspectos. Num segundo período o olhar foi centrado sobre a condição feminina na história, um percurso que pressupõe muitos caminhos de abordagens significativas e plurais sobre a condição feminina e os modos de ser mulher na sociedade contemporânea. É pelo caminho da incursão feminina na atuação do magistério e no mundo público político partidário que pretendo realizar minhas análises investigativas; pois, já pesquisei sobre a trajetória das mulheres na História e o caminho percorrido por elas para serem reconhecidas fora da condição privada da família e se lançarem lentamente no mundo público.³

Um lento e sofrido percurso que deixaram suas marcas na memória das sociedades humanas. Exemplifico: a família ainda é o espaço social tipicamente evocado à mulher. Embora as mulheres tenham conquistado e ocupado os mais diversos espaços na sociedade sua imagem, de seu tradicional papel, permanece intacta: ter a responsabilidade pelo cuidado da família se perpetua como se estivesse inscrita na natureza feminina. Assim como, determinadas qualidades, que lhe são atribuídas – mais disciplinadas, ordeiras, cuidadosas, esforçadas, amorosas, dedicadas – contribuem para que seja reconhecida, na mulher uma natural funcionalidade social que se estende à figura da professora. Essa imagem ainda transporta o peso da vocação inata, na capacidade de formar cidadãos racionais, autônomos, livres e obedientes à lei. Do mesmo modo que a mulher é apontada, em pleno século XXI, como a guardiã das funções sociais reprodutivas. Isso demonstra a pertinência histórica, que foi construída pelo imaginário coletivo e, com vitalidade,

³ KROEFF, Maria Bernadete. *A trajetória política das mulheres gaúchas nas Eleições de 1950 a 1990*. Dissertação de Mestrado em História do Brasil. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. (Material impresso). Porto Alegre, ago. 2001.

aponta nas mulheres atributos e funções pré-determinadas nas sociedades ocidentais e orientais.

As construções subjetivas e representativas da figura da mulher produziram historicamente a construção da sua identidade, dos padrões e referenciais sociais, que ainda têm incidência, particularmente intensa, sobre o campo profissional do Magistério, Bazzo (2007). Por isso, a questão da formação profissional de professoras é fecunda, traz a necessidade de compreender a produção dos discursos e das práticas que levaram a “missão” da mãe/professora para uma trajetória de ofício e, a “vocação” confessional para uma profissão dotada de formação específica e reconhecimento, Altet (2003).

A concepção de profissionalização docente é imutável, pois resulta da renovação dos fundamentos epistemológicos do ofício do professor, Nóvoa (1992). Os trajetos das construções históricas, referentes à profissionalização de professores, assim como a imagem da mulher no Magistério são temáticas importantes no mundo contemporâneo porque possibilitam observar como foram construídas essas representações de acordo com suas temporalidades e contextos históricos, sociais, culturais, religiosos, entre outros e, de que forma continuam a influenciar, na atualidade, a profissão docente e o desenvolvimento profissional.

A concepção de “identidade” e “sujeitos” apontados na escrita desta Tese são construções sistematizadas através de diferentes leituras teóricas que contemplam o tratamento dos conceitos de forma contextualizada histórica e culturalmente. Para compreensão e entendimento dos conceitos referidos me aliei às obras de Zygmund Bauman “*identidades*” que aponta o desenvolvimento do conceito pelo viés histórico cultural concomitantemente com o nascimento das sociedades modernas. Assim como Clifford Geertz na obra “*O saber Local*” indica a “*identidade*” como elemento primordial para o entendimento do sistema cultural desenvolvido nas diferentes sociedades do mundo contemporâneo.

A partir dessas leituras, entre outras, elaborei a compreensão que propicia o entendimento contextualizado dos dois conceitos que são inseparáveis e de difícil definição. Neste contexto sujeito é uma figura discursiva do indivíduo, singular, única

distintiva, complexa, subjetiva, formada na relação com os outros; e, identidade, algo formado, ao longo do tempo, através de processos, exteriores ao sujeito, são sistemas de representações culturais de pertencimento “através das quais nós imaginamos ser vistos por outros” (HALL, 1999, p. 39). No caso desta investigação os “sujeitos” são as duas professoras e a “identidade” é um conjunto de práticas próprias da profissão, de saberes, de conhecimentos que demarcam os espaços de atuação profissional de professores, nos quais estão inclusas as duas professoras.

Considero que o advento da pós-modernidade seja um processo global de transformações ocorridas no mundo contemporâneo caracterizado pela velocidade com que as mudanças ocorrem na sociedade, na política, na tecnologia, na informação, no cotidiano enfim, em todos os segmentos que compõem o universo social, Prigogine (1996). Isso implica ter uma nova percepção do espaço, da linguagem, da ética, da responsabilidade, dos valores e do conhecimento, contextos permeados pelas incertezas, dúvidas, instabilidades, efemeridades das relações sociais, deslocando todos os estatutos de verdade trazidos pela ciência moderna que vigiu até o século XIX (GIDDENS, 1997).

Essas mudanças aludiram para uma re-leitura de mundo e para outras formas de olhar os atores sociais. As mulheres passam a ser vistas através dos diferentes espaços e lugares que ocupam na sociedade, dessa maneira, desconstruindo lentamente, as representações atreladas ao feminino que ainda vogam. Levo em conta, também, para clarificar as questões femininas na sociedade, as contribuições dos estudos culturais como um alargamento do campo da História, que não mais valoriza as temáticas e, sim, as relações de poder, as representações, como elas se inscrevem, como circulam, como são constituídas de forma relacional com seus contextos sócio culturais, que expressam os sentidos que os sujeitos foram capazes de dar a si próprios, de ser e estar no mundo. Sendo assim, me aproprio também desses vieses para interpretar e amparar as análises na escritura desta Tese.

A matéria é preñe de possibilidades para compreender a produção dos discursos na constituição da identidade social da profissão do Magistério, um campo ocupacional marcado por históricas vinculações com o gênero feminino, que é entendido neste estudo como um conceito que enfatiza a construção relacional e a

organização social das diferenças estabelecidas entre os dois sexos. Definição elaborada a partir da leitura das obras: “*Gênero e Cultura: Questões Contemporâneas*”, de autoria coletiva de Marlene Neves Strey, que aponta uma diversidade de enfoques e vieses como possibilidade de análise para as questões que abordam o “ser” e “estar” da mulher na sociedade contemporânea.

Da mesma forma que Cristina Bruschini e Céli Pinto contribuem com a publicação de “*Tempos e Lugares de Gênero*” trazendo um enfoque teórico e crítico sobre o feminismo na perspectiva da reflexão sobre as relações de gênero. E, Marie Jane Soares e Cristianne Famer Rocha indicam em “*Produzindo Gênero*” uma Rede de estudos que contemplam perspectivas feministas a partir de enfoques diversos observando a pluralidade de abordagens sobre o assunto gênero.

Na sua gênese esta investigação contempla as variáveis relações de gênero ao abordar o magistério como profissão feminilizada, assim como, valoriza na trajetória de vida das duas professoras, seus posicionamentos, que são expressos através do ponto de vista feminino, um olhar de mulher com toda sua especificidade. Afirimo que a temática deste projeto é importante e atual porque ao trazer as reflexões femininas sobre o seu trabalho no Magistério, problematizo o lugar social das mulheres e, provoco a tomada de consciência sobre a importância dos estudos feministas como contributo de compreensão para o entendimento das diferenças na sociedade.

Ao chegar à finalização de minha explanação que justifica a realização desta Tese é primordial que faça uma incursão por onde considero que seja o pano de fundo, o cenário da investigação: a História da Educação deste Estado. Foi no ano de 1877 que passou a funcionar a Escola Normal da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, instituição formadora de profissionais para o Magistério. Esta, uma profissão essencialmente feminina, pois os homens que atuavam nas salas de aula haviam cursado uma Faculdade ou eram profissionais liberais e já tinham uma profissão. Sendo assim, a escola de Magistério para algumas mulheres foi uma oportunidade de formação mais ampla e, para outras, o exercício de uma profissão.

Foram poucas as que tiveram a oportunidade de se destacar no mundo letrado do século XIX, mas as figuras de Luciana de Abreu, Maria Clemência Sampaio, Ana Eurídice de Baranhas, Maria Josefa Barreto Pinto, Rita Barem, Amália Figueroa. Entraram para a história através de suas atuações em grupos femininos, na maioria literária, deixando em seus escritos um legado importante para a história da sociedade rio-grandense e da condição feminina do século passado. As obras *“Mulher: a moral e o imaginário – 1889-1930”* apresenta maiores detalhes sobre as mulheres acima citadas, fazendo uma relação de suas aparições no cenário público através da Literatura frente à moral positivista que vigia no Rio Grande do Sul. Em *“Mulheres do Sul”*, Joana Maria Pedro trás subsídios importantes para o entendimento da cultura e da participação das mulheres na construção histórica do Rio Grande do Sul.

É a trajetória singular das mulheres gaúchas na história brasileira que provoca este estudo. Elas ocuparam um lugar de destaque intelectual, em várias áreas, desde o século XIX até os dias atuais, assim, são evidenciadas na historiografia existente. O Rio Grande do Sul tem uma posição singular em relação aos demais estados brasileiros. Deve-se isso principalmente às suas características geográficas, à economia e à forma pela qual se insere na história nacional. Historicamente, a ênfase dada às peculiaridades do estado se constitui num dos principais suportes da construção social da identidade gaúcha, constantemente evocada em diferentes pesquisas, Prá (2007). Da mesma forma, quanto à aparição pública das mulheres principalmente, a político partidária.

Diferentemente de outros estados, quando as mulheres se lançaram à política partidária, foi por influência direta dos pais ou maridos que tinham a intenção de manter a tradição do sobrenome e assegurar os espaços de poder institucionalizado pelo patriarcado, Pinto (2000). Muitos são os estudos que apontam para essas temáticas, referidas à herança patriarcal da política, um caso tipicamente, latino americano.

As mulheres gaúchas também têm singularidade nesse aspecto. As primeiras eleitas como parlamentares estaduais e municipais não tinham vinculações parentais com políticos de destaque ou nomes tradicionais. Atuavam em suas

regiões de origem, onde se evidenciavam pelos serviços prestados à comunidade no campo social ou por suas atividades profissionais na Saúde, Educação e Serviço Social. Dessa forma, representavam um bom potencial de votos para as agremiações partidárias. Estudos demonstram que a política de cotas⁴ pouco influenciou quantitativamente na participação política feminina a cargos eletivos, o índice brasileiro, nesse quesito, perde para países com menor renda *per capita* e formação escolar mínima da população, como no caso da Índia, Paquistão, entre outros.

É sobre as professoras que adentraram na política partidária que realizo este estudo. Embora saiba que o Magistério foi durante muito tempo a única opção para as mulheres participarem do mundo público, também sei que nem todas as professoras participam da vida político partidária. Mas, Lara Wortmann e Maria Augusta Feldmann fizeram essa opção. Além de se destacarem como educadoras, as duas professoras, lançaram-se ao mundo público da política através de vinculações com agremiações partidárias e tiveram atuações marcantes, como posso demonstrar através da explanação de uma parte fragmentada de seus currículos nos parágrafos a seguir que na Tese será melhor especificado.

A professora Maria Augusta Feldmann exerceu mandato na vice-presidência do Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS / Sindicato) de 1979 a 1981, e a presidência de 1990 a 1993. Como representante do 39º Núcleo do Centro de Professores integrou, de 1982 a 1990, o Conselho de Representantes do Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul. De 1979 a 1980 foi vice-presidente da direção da Fundação Educacional João XXIII. Exerceu a direção da Divisão de Educação da Prefeitura de Porto Alegre, no período de 1982. Foi Secretária de Políticas Sociais da Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação (CNTE), quando integrou o Fórum Nacional de Defesa da Criança e Adolescente, de 1980 a 1983. Eleita como Deputada Estadual pelo Partido Socialista

⁴ Política de cotas ou chamada leis de cotas que obrigou os partidos a preencherem suas listas de candidatos com 20% de candidaturas femininas concorrentes à Câmara de Vereadores. Informação obtida através das seguintes fontes: PINTO, Celi Regina [et al.]. *Perfis, trajetórias, desempenhos: uma pesquisa com as vereadoras gaúchas*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000; PEDROSO, Elizabeth; BIZ, Osvaldo. *Participação política: limites e avanços*. 8. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

Brasileiro (PSB) em 1994, exerceu, na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, a liderança Partidária da bancada do Partido Socialista Brasileiro e a Vice-Presidência da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia.

Foi membro titular da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos daquela casa, assim como, relatora e autora da proposta que criou a Subcomissão Especial do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul e Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito das Ações Trabalhistas. Integrou a delegação oficial e a Comissão Representativa do Brasil na 4ª Conferência Mundial sobre Mulheres, em Pequim em 1995. Atuou como Vice-Presidente Regional do Partido Socialista Brasileiro e membro do Diretório Nacional do Partido. Deputada do Partido Socialista Brasileiro foi indicada em Congresso Municipal do partido para concorrer à Prefeitura de Porto Alegre, nas eleições de 03 de outubro de 1996. Compôs o Conselho Superior da Agência Estadual dos Serviços Públicos Delegados do RS (AGERGS). Presidiu a Fundação Zoobotânica do Estado em 1998. É formada em Biologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente, dedica-se à formação em Ciências Jurídicas no Centro Universitário Metodista IPA.

A professora Iara Wortmann foi normalista do colégio Nossa Senhora da Glória. É Licenciada em Pedagogia, habilitação em Administração Escolar, pela PUCRS e pós graduada em nível de especialização em Supervisão Educacional, pela Faculdade Porto-Alegrense, FAPA. Foi presidente da Associação dos Administradores de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, de 1985 a 1987. Delegada de Educação da 1ª. Delegacia de Educação de Porto Alegre, no período de 1988 a 1990. Conselheira do Conselho Estadual de Educação em 1988 e de 1991 a 1994 - em 1988 indicada - pelo CPERS/Sindicato. Presidente do Conselho Estadual da Educação em 1993 e 1994. Conselheira do Conselho Nacional de Educação, fevereiro de 1996 a 2000. Secretária Estadual de Educação de abril de 1990 a março de 1991 e de janeiro de 1995 a dezembro de 1998. Deputada Estadual pelo Partido Movimento Democrático do Brasil (PMDB). Eleita 2ª suplente da bancada do PMDB, em 1998, tendo assumido como deputada Estadual titular no dia 02 de janeiro de 2001, até 31 de janeiro de 2003. Foi chefe de gabinete da

Presidência da Assembléia Legislativa do RS de fevereiro, de 1999 a janeiro de 2000.

Assessora Parlamentar na Assembléia Legislativa/ RS na Área da Educação, na Bancada do Partido Progressista Social, nos anos de 2003 a 2006. Voluntariamente, coordenou o Comitê da Solidariedade, instância de articulação da sociedade no desenvolvimento da cultura da solidariedade no mesmo período. Atualmente, é assessora na Subchefia Jurídica e Legislativa da Casa Civil do Governo do Estado.

Independentemente dos partidos políticos aos quais as professoras estavam filiadas, minha análise centra-se nas respectivas Histórias de Vidas, enfatizando suas trajetórias profissionais, no sentido de perceber o quanto as opções pelo Magistério, o ser professora, contribuiu ou interferiu para que se lançassem ao cenário político, através de vinculações com agremiações partidárias. Pretendo trazer suas vozes, por meio da História Oral de vida porque esta permite apreender a experiência vivida pelas professoras, Penna (2005). Procuo compreender nas suas trajetórias os percursos de profissionalização, a atuação no magistério: as salas de aulas, as práticas, as situações experienciais, as reflexões, os aprendizados, os comportamentos, as atitudes reveladoras de valores. À luz do contexto sócio-cultural, essas dimensões vão se descortinando, se desvelando, ao mesmo tempo em que emergem as representações construídas pelo imaginário coletivo acerca da profissão e da vida política de como permanecem nessas vidas e na sociedade.

Os professores são importantes para a sociedade contemporânea embora um conjunto de situações históricas tenha provocado uma crise profunda em todas as instituições sociais e, de certa forma, contribuiu para transformar a figura do professor. Ele ainda é um componente social de destaque, em virtude de que a educação ainda representa uma possibilidade de ascensão econômica, política e social na vida dos cidadãos que possuem escolarização. Cabe, mesmo que simbolicamente, ao professor, a responsabilidade social do ensino na condição de capacitar os indivíduos para competir profissionalmente no mercado de trabalho e proporcionar um futuro melhor aos cidadãos que freqüentam as salas de aula.

Para além desses aspectos elencados, acredito por ser professora, que novos estudos sobre a formação dos professores, filtrados por seus próprios pontos de vista, contribuem para a teorização sobre a formação docente. Trata-se também da possibilidade de atribuir um juízo valorativo equitativo sobre a atuação dos professores e as suas dimensões humanas que ensinam tanto pelo que sabem, quanto pelo que nos são mais adversos contextos das salas de aula deste imenso território brasileiro.

A autobiografia, a biografia e as Histórias de Vida, constituem-se em metodologias apropriadas, enquanto instrumentos para a investigação-profissional, na medida em que permitem identificar as estratégias desenvolvidas durante a construção de um conjunto de saberes específicos da função que desempenham. Abrahão (2004). Porém, há nos aprendizados, principalmente dos adultos, uma gama imensa de múltiplos saberes e aprendizagens complementares que devem ser levadas em conta, assim como sua reflexão está mais centrada sobre suas realizações pessoais, pois, “os relatos biográficos deixam transparecer os quadros de referência mediante os quais os adultos dão sentido á história de sua vida.” (DOMINICÉ, 2006, p. 32).

Um trabalho reflexivo, que pode contribuir, para a formação de formadores e para aqueles que estão em formação. Através de dois eixos: investigação e formação entendidos como estratégia para recuperar artes, fazeres e sensibilidades, corroborando para reaver a ação educativa dos sujeitos e a imagem profissional do professor, através da reflexão e da socialização sobre a prática docente. O relato da biografia nas Ciências da Educação possibilita instrumentalizar, a compreensão das apostas sociais, religiosas, educativas, familiares que comporta a vida adulta, contribuindo para elucidar, como aprendemos o que sabemos assim como nos tornamos o que somos.

Esta investigação não trata das mulheres como excluídas, *mas delibera* “resgatar a identidade e a vida daquelas que viviam no anonimato” (PRIORE, 1998, p. 35); mas como sujeitos que escrevem sua história, a partir das suas perspectivas e apontam para a multiplicidade das imagens femininas “[...] Trazendo, num primeiro momento, as mulheres como sujeitos históricos.” (RAGO, 2000, p. 29), que

representam, através dos papéis sociais que desempenharam como professoras nos diversos contextos das salas de aula, e como representantes políticas de agremiações partidárias, ao professarem nos discursos ideológicos, os sonhos, os desejos, as realizações.

Ao observar essas trajetórias pessoais e profissionais vão se revelando as lembranças de um passado vivido, rememorado num tempo presente, que elabora um novo percurso de vida, no sentido de caminhar para “si”, através do ato reflexivo de narrar-se para o outro. É uma forma subjetiva de produzir conhecimento no ato de (re)conhecer a própria história de vida e tudo aquilo que compõe a identidade de cada um, como sujeito.

Todas as referências realizadas em relação às mulheres/professoras contidas nesta pesquisa estão balizadas a partir do contexto sócio-cultural e histórico nos quais foram geradas suas representações⁵ sociais, que são analisadas através das conceituações imprimidas nos aportes teóricos da História Cultural principalmente a partir das idéias teóricas de Chartier (2002). que manifesta em seu estatuto a possibilidade de compreender as representações que são construídas sobre o mundo e, os modos de vida de uma sociedade, idéias que comungo dos trabalhos de Pesavento (2008).

Este é um campo fértil para entender de que forma as relações de poder, entre homens e mulheres, se corporificam, como são construídas as discriminações e as diferenças, os modos de pensar e sentir de uma determinada coletividade. São os estudos das relações de gênero que bem explicitam esses aspectos, embora estes, não estejam na preocupação desta Tese. Através das conceituações desses aportes é possível compreender porque permanece, nas carreiras universitárias, a divisão sexual, como no caso a Pedagogia, uma formação essencialmente feminina.

⁵ Representações: Representação: entendido na pesquisa como a presentificação de uma ausência, a construção social da realidade; idéias sobre o real, concreto, os quais se traduzem em imagens, discursos e práticas sociais, é uma forma de percepção da realidade. Conceito construído e apropriado da História cultural, através da leitura das seguintes obras: PESAVENTO, Sandra [et al.]. *Narrativas, imagens e Práticas sociais. Percursos em história cultural*. Porto Alegre: Asterisco 2008; CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985.

Enfim, esta pesquisa enfatiza, nas narrativas das duas professoras, as maneiras com que as mesmas assumem a participação político-partidária em compasso com suas formações profissionais e de que forma formação profissional e opção política estão imbricadas nessas vidas. São os aspectos norteadores da pesquisa. Este se pretende um estudo que busca refletir sobre o percurso profissional da formação e compreender o processo pelo qual esta formação ocorreu. Através do intuito de desvelar fragmentos dos processos invisíveis da constituição do *habitus*⁶ profissional, a partir da maneira pela qual as professoras agem, pensam, sentem, vivem, no interior e fora do trabalho, na totalidade dos seus espaços sócio-políticos que são feitos de um conjunto de histórias que se interpenetram.

Pauto a investigação no campo educacional e enuncio como objetivo geral desta Tese analisar a trajetória de vida das professoras Maria Augusta Feldman e Iara Wortmann, que atuaram no cenário educacional do Rio Grande do Sul a partir de 1960. Assim como, esclarecer as contingências de vida que levaram as duas professoras, ao participar da política partidária, durante os anos oitenta e noventa do século XX a preocupar-se e ocupar-se com questões educacionais em geral e com o Magistério público prioritariamente.

E, apresento como objetivos específicos:

Descrever a trajetória da conquista do voto feminino no Brasil de forma contextualizada com a história do Rio Grande do Sul, destacando atuação das deputadas eleitas para a Assembléia Legislativa do Estado no período de 1950 até 2009.

Explicitar através da narrativa a trajetória de vida pessoal e pública das professoras Iara Wortmann e Maria Augusta Feldmann, destacando na vastidão dessas vidas, lembranças, recordações e memórias de um tempo vivido em família, na escola, nos diferentes locais de trabalho, nas agremiações políticas, enfatizando

⁶ *Habitus* entendido neste contexto como a articulação entre as propriedades sociais objetivas e sua interiorização nos indivíduos, que comandam pensamentos e ações, leva a considerar os conflitos ou as negociações, cujo desafio continua sendo a capacidade para fazer com que se reconheça sua identidade (BOURDIEU, Pierre. *La distincion. Critique sociale du jugement*. Paris: Minuit, 1979).

aprendizados profissionais e experienciais que contribuíram para que elas desempenhassem um papel de destaque político na sociedade gaúcha.

Verificar, através das narrativas (auto)biográficas se a opção das professoras pela vida pública, na política partidária, implica, uma luta pelos direitos dos professores.

Os capítulos desta Tese seguem a ordem com que compreendi minha investigação e demonstram a trajetória que percorri para compreender o mote escolhido. No primeiro capítulo faço uma incursão pelos caminhos da história da conquista do voto feminino no Brasil, destacando avanços e retrocessos na caminhada feminina em busca de seus intentos e de como os fatores culturais e políticos interferiram para que as mulheres ocupassem cargos político partidários. Enfatizo a trajetória das mulheres eleitas para a Assembléia legislativa do Rio Grande do Sul e seus legados no poder.

No segundo e terceiro capítulos desenvolvo, através da narrativa, as histórias de vida das professoras Iara e Maria Augusta, destacando e entrecruzando seus relatos auto(biográficos) com recortes de jornais dos períodos referentes as suas atuações, principalmente no mundo público. Da mesma forma, que as fotografias, ilustram, demarcam e rememoram um tempo vivido pelas professoras conforme dá-se o caminhar de suas vidas, pessoais e profissionais.

O terceiro capítulo, “*as tessituras finais*” descrevo as análises que foram sistematizadas através da pesquisa como um todo, que resultou na escrita desta Tese e enfatizo as dimensões elaboradas a partir das Histórias de Vida das professoras, conforme constam nos objetivos deste trabalho.



1 DO VETO AO VOTO... O COMEÇO DE UMA HISTÓRIA

O contexto histórico no qual ocorreu a trajetória para a conquista do voto feminino no mundo foi construído através de percursos permeados de avanços e retrocessos. A celeuma sobre o voto feminino no Brasil começou antes mesmo da Proclamação da República, em 1822, nas Cortes de Lisboa⁷. O representante brasileiro, Deputado Domingos Borges de Barros, mais tarde Visconde de Pedras Brancas, poeta e magistrado baiano, manifestou-se através de um projeto em defesa dos direitos civis e políticos da mulher. Entre os brasileiros, pode ser considerado o precursor do sufrágio feminino.

Segundo, o articulista⁸ Othelo Rosa, o Deputado se manifestou, “... *no remoto anno de 1821, surprehendeu e assombrou os seus pares, apresentando e defendendo, nessas épocas recuadas, um projecto em defesa dos direitos civis e políticos da mulher*”⁹. A manifestação do brasileiro provocou escândalo entre os colegas deputados, que foram educados, sob a forte rigidez do ensino ministrado no século XVIII nas Universidades europeias, principalmente em Portugal e na Espanha; sendo, que a fala do brasileiro foi considerada de origem romântica e sonhadora, digna de um poeta, tal como era o referido deputado.

Porém, a idéia sobreviveu, repercutiu, encontrou adeptos, introjetou-se nas lutas, propagandas, conquistou vontades e, em muitos países, a idéia venceu tornando-se realidade. Na Nova Zelândia o direito ao voto feminino ocorreu no ano

⁷ Cortes de Lisboa: Também chamada Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa convocada por uma junta provisória de portugueses que assumiu o controle da Nação em janeiro de 1821, em Lisboa. As Cortes estabeleceram novas leis para as colônias portuguesas e a submissão de Portugal à Constituição espanhola de 1812. Das 181 cadeiras das Cortes, apenas 72 poderiam ser ocupadas por deputados brasileiros. As Cortes decidiam a política adotada nas colônias de Portugal, a recolonização do Brasil, o estabelecimento do antigo monopólio comercial, impulsionando, entre outros fatores políticos e econômicos, D. Pedro I a proclamar a Independência do Brasil em 1822. Definição elaborada pela pesquisadora através das seguintes leituras: BUENO, Eduardo. *Brasil: uma história. A incrível saga de um país*. São Paulo: Ática, 2003, p. 171; FLORES, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p. 160.

⁸ Articulista: Profissional que, periodicamente escreve artigos assinados para jornais e revistas, onde opina pessoalmente sobre fatos econômicos, políticos e sociais. Definição compilada de: RABAÇA, C; BARBOSA, G. *Dicionário de comunicação*. Rio de Janeiro: Campus, 2001, p. 42.

⁹ “O VOTO feminino”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, n. 52, 02 mar. 1931. p. 3.

de 1893; já na Inglaterra o processo iniciou com a participação das *suffragettes*¹⁰, consideradas as primeiras ativistas do feminismo no século XIX que fundaram no Reino Unido, por volta de 1897, a União Nacional pelo Sufrágio Feminino, tendo como mentora do Movimento a educadora britânica Millicent Fawcett.

As ativistas femininas ganharam força obtendo a concessão do voto em 1918 e, a primeira mulher que teve acesso ao parlamento britânico, foi Nancy Astor, em 1919, mesmo ano em que a Alemanha concedeu o voto às mulheres. As americanas puderam votar a partir de 1920, quando uma emenda constitucional do país proibiu a discriminação política com base no sexo.

No Brasil, a idéia da concessão do voto às mulheres reapareceu entre as discussões na elaboração da Carta Magna republicana de 1891, composta pelos deputados Cesar Zana, Almeida Nogueira, Lopez Trovão, Saldanha Marinho, Nilo Peçanha, Lauro Sodré, Barbosa Lima, Epitácio Pessoa, Érico Coelho, Leopoldo Bulhões, Hermes da Fonseca entre outros, que se mantiveram contrários à concessão do voto às mulheres. Na época, os deputados, "... opositores do voto feminino consideraram que, cidadãos, sendo uma palavra masculina, referia-se somente aos homens..." (PETERSEN, 1997, p. 118).

A interpretação da palavra foi tácita aos desejos e sonhos de uma parte dos segmentos médios da população feminina que desejava participar da política do país através do voto. Porém, as campanhas e os debates pelo o voto feminino não cessaram, as mulheres, mobilizadas pela idéia da aquisição desse direito político, persistiam nesse intento.

Na segunda metade do século XIX as lutas se ampliaram em prol da abolição da escravatura e pela Proclamação da República no território brasileiro. Neste contexto, as mulheres foram as grandes aliadas, embora "excluídas da esfera pública, não deixaram de questionar a estrutura política vigente ou de se rebelar contra o fato de serem equiparadas aos escravos e, portanto, consideradas do homem e/ou do senhor" (PRÁ, 2000, p. 359). É no século XIX que elas começam a se perceber como indivíduos que desempenham papéis diferentes na sociedade,

¹⁰ *Suffragetes* = sufragistas em Português.

mãe, esposa, professora. Mas esse reconhecimento da realidade em nada mudou a situação das mulheres que continuaram a desenvolver suas atividades dentro da hierarquia da sociedade vigente no mundo privado do lar.

Sob os valores culturais de herança patriarcal que permeou as mentes dos habitantes brasileiros desses tempos e, que contribuíram para a construção da imagem feminina na sociedade. Esses valores perpassaram e se perlaboraram ao longo da história, atribuindo às mulheres uma série de caracteres construídos culturalmente, os quais até nossos dias ainda despontam como atributos do gênero feminino.

Neste mesmo período da história também ocorreu “[...] a divisão das tarefas e a segregação sexual dos espaços ao seu ponto mais alto. Seu racionalismo procurou definir estritamente o lugar de cada um. Lugar das mulheres: a Maternidade e a Casa [...]” (FRAISSE, 1991, p. 9), o lugar dos homens, que além de marido, tinha um papel fundamental como provedor da família. Dessa forma, as atividades masculinas se destacaram mais socialmente do que as exercidas pelas mulheres, e nesta divisão “natural” das tarefas o masculino consagrou-se como valor positivo, uma espécime exemplar, forte, ideal e dominante na sociedade conjugal¹¹.

Essas representações estigmatizadas, sobre o masculino, perduraram ao longo da história da humanidade, no que tange aos papéis desempenhados socialmente por homens e mulheres, tanto no mundo Ocidental quanto no Oriental, resguardadas as diversidades e diferenças entre essas culturas.

Embora tenha ocorrido a “cristalização” de papéis, a divisão da vida pública e privada, dos direitos civis e políticos na sociedade foi no século XIX que juntamente com o momento histórico a vida das mulheres se altera

esse século assinala o nascimento do feminismo, palavra emblemática que tanto designa importantes mudanças estruturais (trabalho assalariado, autonomia do indivíduo civil, direito à instrução) como o aparecimento coletivo das mulheres na cena política (PERROT, 1998, p. 118).

¹¹ Idéias concluídas pela autora da Tese após leitura de: MALUF, Marina; MOTT, Maria L. *Recônditos do mundo feminino*. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da Vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, v. 3, p. 380-381. E também de: GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 290-294.

O surgimento do feminismo no Brasil fortaleceu o desejo das mulheres pela aquisição de seus direitos políticos e, colaborou para que argumentos consistentes fossem elaborados em favor do sufrágio feminino.

A feminista Josefina Álvarez de Azevedo destacou-se neste intento. Ela foi a fundadora do primeiro jornal feminino "*A Família*" em 1888, na cidade de São Paulo. As páginas dos jornais expressavam as manifestações femininas em favor da emancipação social da mulher. A obra tinha o objetivo de intervir na ordem social e política do seu tempo, de modo a criar condições mais justas e igualitárias entre os sexos.

Nas páginas de "*A Família*", a primeira causa defendida ferrenhamente foi em prol da elevação do *status* das mulheres na sociedade por meio da educação. A educação feminina seria a condição *sine qua non* para construir a emancipação da mulher, um tipo de educação que desenvolvesse capacidade para exercer não só a direção da família, mas também as mais altas funções no Estado. Esse jornal foi o veículo de propaganda do direito feminino ao voto, que difundia a idéia de que sem o exercício do voto, a igualdade prometida pelo novo regime, à República, não passaria de uma utopia (BERNARDES, 1996).

As edições jornalísticas traziam um pensamento de vanguarda para a época, fazendo com as mulheres aspirasse por seus direitos políticos através do sufrágio, lutassem pelo direito da participação eleitoral de votar e ser votada. As idéias apregoadas pelo jornal, entre outros fatores, provocam um movimento, uma mudança na participação política das mulheres, especificamente das brasileiras, conforme a historiografia exemplifica o caso da educadora Leolinda Figueiredo Dalto.

A educadora nasceu na Bahia no ano de 1860, formou-se no Magistério no Rio de Janeiro e a partir de 1896, tentou buscar a concretização de seu sonho: incorporar os Índios brasileiros à sociedade por meio da educação. Sua proposta era inovadora e ousada para aquela época, mas obteve repercussão na imprensa falada e escrita do centro do país; recebeu apoio financeiro de políticos republicanos

influentes e de alguns fazendeiros para percorrer o interior de Góias, Minas Gerais, Maranhão e Pará para cumprir seu intento.

Mas, apesar dos incentivos, da força de vontade, esbarrou nos dois principais pilares de poder do período: a Igreja e os latifundiários. Em meados de 1898 retornou à cidade do Rio de Janeiro com seus cinco filhos, na condição de separada. Fundou o Grêmio Patriótico Leolinda Daltro para defender a alfabetização da Índios sem a interferência da Igreja.

Foi diretora da Escola de Ciências, Artes e Profissões “Orsina da Fonseca” na zona norte da cidade carioca na década de 1910¹². Em dezembro desse mesmo ano fundou o Partido Republicano Feminino, como forma de protesto à recusa de seu alistamento eleitoral. Objetivou mobilizar as mulheres na luta pelo direito ao voto e, contava com o apoio e prestígio de Orsina da Fonseca, esposa de Deodoro da Fonseca. Por mais de uma década militou com outras mulheres no cenário político do Rio de Janeiro expondo a questão do sufrágio feminino. Em novembro de 1917 chegou a ter noventa mulheres em uma marcha organizada pelas ruas cariocas, a persistência do grupo obteve resultados esperados: a luta travada na busca pela cidadania feminina ganhava espaço na sociedade.

Mas aos poucos, a educadora Leolinda foi se dedicando somente a sua atividade profissional, afastou-se da vida política, quando em 1932 foi alcançado o direito do voto feminino declarou que “morreria feliz, pois, vira vitoriosa a luta pela emancipação política da mulher” (SHUMA SHUMAHAR, 2000, p. 319).

Os investimentos de Leolinda Daltro obtiveram ecos e se multiplicaram, as campanhas pelo sufrágio se açularam na década de 1920. As pressões femininas se espalhavam pelas ruas das cidades brasileiras e muito oportunamente durante o Congresso Jurídico ocorrido no Rio de Janeiro em 1922, com objetivo de revisar o

¹² As informações explicitadas nas páginas 2 e 3 além das citações de compilação foram sistematizadas a partir de leituras das seguintes obras: ALVES, Branca Moreira. *Ideologia & feminismo. A luta da mulher pelo direito ao voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980; ARAÚJO, Emanuel. *História das mulheres no Brasil*. Mary Del Priore (Org.). 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997; PRIORE, Mary Del. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998; DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *As mulheres e a História*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

texto Constitucional da 1891, os deputados aproveitaram o ensejo para tentar, novamente, aprovar o direito ao voto feminino na primeira Lei Elitoral brasileira.

Muitas foram as manifestações dos deputados a favor do voto das mulheres, entre eles, as palavras do Deputado César Zana, chamam atenção, quando ele diz “Aceitando a República democrática, exijo-a com condição indispensável, com o suffragio universal, tão universal que até às mulheres se estenda o direito de tomar parte no festim político”¹³.

A inferência de “até às mulheres”, demonstra a desvinculação feminina da categoria dos excluídos, como os analfabetos e escravos, aponta para a transformação do pensamento masculino, diferenciado daquele expressado na Constituição de 1891 que, desconsiderou as mulheres, como cidadãs.

Em outro pronunciamento, na mesma Assembléia de 1922, o Deputado Almeida Nogueira, julgou ser dispensável,

[...] qualquer posição expressa que desfizesse das possíveis a respeito do direito que assistia à mulher de intervir nas questões políticas, pois já tinha esse direito como assegurado na legislação que não fora revogada [...] se as mulheres não são eleitoras é porque não lhes apraz o exercício dessa função cívica¹⁴.

As palavras do Deputado, confirmam a forma de pensar sobre as mulheres, no discurso, pairava o entendimento sobre a igualdade de condições jurídicas, ao mesmo tempo, que depreendia: a falta de incapacidade intelectual feminina, da fragilidade, de organização política, de mobilidade; quando comparadas, às capacidades dos homens, que há muito tempo, ocupavam espaços no poder decisório da política.

Mas, apesar dos inúmeros argumentos apresentados na Assembléia revisionista de 1922, apenas dois, dos constituintes, Lauro Sodré e Barbosa Lima, se mantiveram irredutíveis à concessão, dentre os trinta e um legisladores. As

¹³ Correio do Povo, Porto Alegre, n. 276, 18 dez. 1927. p. 11.

¹⁴ Correio do Povo, Porto Alegre, n. 273, 15 dez. 1927. p. 19.

discussões fervilharam e a minoria venceu os argumentos majoritários, através da seguinte justificativa:

Sob pretenciosa alegação da sua inferioridade intelectual e versatilidade de opiniões, seria contrasenso e injustiça, o espírito feminino tem se irradiado por todas as esferas, demonstrando a sua argúcia, a sua intelligencia.... A violação da consciencia da mulher é, ainda, apesar das leviandades atribuidas ao sexo, menos susceptivel de ser tentada com tanto exito e despudor, como entre os profissionaes da politica hodierna..., quem sabe se a interferencia da mulher nos prelios civicos não conseguirá modificar os nossos costumes, saneando-os, e delles varrendo os exemplos condenáveis...¹⁵.

Embora, tenham ocorrido diversos empreendimentos para estender o voto as mulheres, o resultado apontou que a primeira lei eleitoral brasileira “não sorria à idéia da comparência das damas aos comícios eleitoraes”¹⁶ permaneceu como domínio exclusivamente masculino o direito ao voto.

As palavras expostas nas matérias referidas expressam o contexto histórico vivido no século XIX no Brasil. As declarações são portadoras de um discurso cultural, acima de tudo, introjetado pelas idéias positivistas do filósofo Augusto Comte. Sua obra foi construída na França durante os anos de 1810-1855, no âmbito de um contexto cientificista e de desenvolvimento industrial. Seus princípios, tiveram ressonância principalmente nos países ocidentais.

Seu pensamento filosófico ficou concentrado na reorganização política, social e moral da sociedade, de caráter doutrinário, pois, segundo os ensinamentos de Comte, a educação dos espíritos seria o móvel para a organização da sociedade em nível positivo ou científico, baseado naquilo que é fato, concreto, que pode ser quantificado, analisado e provado¹⁷. Essas concepções penetraram no Brasil através dos Colégios de Jesuítas que ministravam seus ensinamentos aos filhos dos Senhores dos engenhos ou das fazendas de café e, pelos frequentadores da Universidade de Coimbra, quando retornavam da Europa. Posteriormente, Recife e

¹⁵ Correio do Povo, Porto Alegre, n. 276, 18 dez. 1927. p. 11.

¹⁶ Artigo de Othelo Rosa publicado pelo *Correio do Povo*, n. 59, 12 mar. 1931. p. 3.

¹⁷ Concepções construídas sucintamente a partir da leitura das seguintes obras: PENSAMENTO de Comte. *Cadernos de História Memorial do Rio Grande do Sul*, n. 24, 2. ed., p. 2, 2007. Secretaria de Estado da Cultura – Governo do Rio Grande do Sul; RIBEIRO JÚNIOR, João. *O que é positivismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 55. Maiores especificidades sobre o assunto serão retomadas no contexto da escrita da Tese como referência histórica, pois, não é objeto desta pesquisa enfatizar o Positivismo.

São Paulo propalaram os mesmos princípios filosóficos, através da Faculdade de Direito.

As idéias filosóficas do Positivismo foram aquinhoadas no contexto brasileiro do final do século XIX, pois, no país, os dirigentes políticos e intelectuais não tinham uma filosofia definida e aspiravam por idéias que lhes dessem uma nova concepção de valores e orientassem seus atos. O Positivismo vem preencher uma lacuna, um espaço, que conduz à sua luz respostas, encaminhamentos e soluções válidas para a época daquele contexto, pós Proclamação da República. Havia a necessidade de fortalecer e consolidar o novo Regime, ao mesmo tempo em que uma nova Legislação Republicana passava a regulamentar a vida das famílias e da sociedade como um todo.

Para tal, propósito, os governantes republicanos contavam com uma aliada fundamental, chamada imprensa, que propalava as novas idéias sendo “[...] um instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na ordem social, pois, através dela se trava uma luta constante pela conquista de corações e mentes [...]” (CAPELATO, 1988, p. 3). Os jornais vigentes objetivavam conduzir a maneira de pensar dos leitores, principalmente da população letrada, formar opiniões, servindo de legitimador dos projetos políticos, econômicos, sociais e culturais da época.

Os artigos jornalísticos, através dos articulistas, contribuía fundamentalmente para a divulgação das idéias positivistas, bem como, para a consolidação da imagem da mulher na sociedade. Da mesma forma, que manifestavam as posições masculinas, ao publicar, principalmente nas páginas do *Jornal Correio do Povo*¹⁸, diferentes escritos sobre a concessão do voto feminino no território brasileiro; que após a revisão Constitucional de 1922 se acirraram.

¹⁸ A) Faço referência ao *Jornal Correio do Povo* porque realizei levantamento de fontes primárias para escritura da dissertação de mestrado em 2001 e o material encontrado neste veículo de comunicação se apresentou, quantitativamente e qualitativamente, com maiores possibilidades de estabelecer relações de análise frente ao meu objeto de estudo naquele momento.

B) Sobre o apontamento conclusivo da escrita masculina no *Jornal Correio do Povo* os dados para maiores informações estão na dissertação de Mestrado em História de autoria de: KARAWAJCZYK, Mônica. *O voto da Costela. O sufrágio feminino nas páginas do Correio do Povo (1930-1934)*. Porto Alegre: PUCRS-IFCH, 2008.

Aponto as posições masculinas, porque durante um longo período a maioria das publicações de artigos, nos jornais e periódicos, que circulavam no Rio Grande do Sul, era de escritas de homens. A grande exceção, do século XIX, foi o periódico chamado “Corimbo”¹⁹, que trazia em suas páginas escritas femininas diversas e percorria as regiões sul do Estado, principalmente em Rio Grande e Pelotas.

As transformações no mundo do século XX foram muitas, a começar pela Primeira Guerra (1914) que modificou as relações políticas, econômicas, sociais, culturais e principalmente a concepção de trabalho e a relação das mulheres com o mundo público, pois, frente à nova ordem, a mão de obra masculina ficou parca nas primeiras fábricas existentes e a força de trabalho feminino foi solicitada para suprir necessidades e até estimulada a exercitar o bem pelo progresso da nação²⁰.

Para as mulheres há um grande impulso ao trabalho fora do lar assim como: “Assiste-se a um triplo processo: uma redistribuição industrial da mão-de-obra feminina, um aumento dos empregos femininos no setor dos serviços, um avanço nas carreiras intelectuais e liberais” (LAGRAVE, 1998, p. 507). Nesse contexto, as mulheres passam a ocupar lugares, até então, destinados aos homens e com isso, se apropriam, de uma outra forma de se relacionar com o mundo cotidiano: na maneira de vestir, de se comportar, de se posicionar frente às situações. Obtiveram maior liberdade na vida pessoal através da ocupação dos postos de trabalho.

Como exemplo desse contexto histórico foi à aparição de Bertha Lutz no mundo público brasileiro em pleno ano de 1918. Líder do movimento feminista brasileiro, formada em Biologia pela Universidade de Paris e em Direito na Universidade de São Paulo. Foi à segunda mulher a ingressar no serviço público

¹⁹ Corimbo: Periódico literário editado pelas escritoras Revocata Heloisa de Mello e Julieta de Mello Monteiro na cidade de Rio Grande no período de 1883 a 1943. Grupos letrados femininos escreviam artigos para os periódicos reivindicavam direitos sociais e políticos. Ver mais em: VIEIRA, Míriam Steffen. *Atuação literária de escritoras no Rio Grande do Sul: um estudo do periódico Corimbo 1885-1925*. Dissertação de Mestrado História apresentada no PPGHFCH da PUCRS, 1997; FLORES, Hilda Agnes Hubner. O Corimbo. *Letras de Hoje*, Porto Alegre: PUCRS, v. 37, n. 2, p. 183-188, jun. 2001.

²⁰ Informações completas dessa discussão da ocupação dos postos de trabalho ler em: THÉBAUD, Françoise. O triunfo da divisão sexual. In: DUBY, G.; PERROT, M. (Org.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1998, v. 5, p. 486.

brasileiro. Por meio de concurso ocupou o cargo de secretária do Museu Nacional do Rio de Janeiro em 1919.

Representou as mulheres brasileiras, na Assembléia Geral da Liga das Mulheres Eleitoras nos Estados Unidos, em 1920, onde foi eleita vice-presidente da Sociedade Pan-Americana. Fundou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher e a Federação Brasileira para o Progresso Feminino no Rio de Janeiro. Essas entidades eram preocupadas prioritariamente com a condição feminina em seus diferentes âmbitos. A trajetória de atuação da feminista e ativista política Bertha Lutz foi longa e permeada de frustrações; candidatou-se em 1933, pelo Partido Autonomista, para uma vaga na Assembléia Nacional Constituinte e não foi eleita, assim como em 1934, quando alcançou a primeira suplência parlamentar federal e conseguiu assumir o mandato em 1936 quando o titular da vaga, Cândido Pessoa, faleceu.

No Congresso Nacional Bertha apresentou projetos como o Estatuto da Mulher, que propunha mudanças na legislação brasileira quanto ao trabalho feminino; e a criação do Departamento Nacional da Mulher, que seria um órgão de assistência exclusiva ao público feminino e infantil. Encerrou sua participação feminina em 1937, mas continuou participando de Movimentos Feministas e na luta pela melhoria da condição feminina no Brasil. Trabalhou 46 anos como docente e pesquisadora do Museu Nacional do Rio de Janeiro onde recebeu várias premiações pela sua atuação em pesquisas, escreveu livros sobre a flora brasileira e sobre a situação da mulher, faleceu em setembro de 1979, no Rio de Janeiro (TABAK, 1989)²¹.

Deixou um legado fundamental para a história da trajetória feminina das mulheres brasileiras na luta pelos seus espaços na sociedade e, de forma fundamental, atuou para que a condição de cidadã plena de seus direitos fosse garantida às mulheres através da Constituição e, dessa forma, as mesmas tivessem consciência de sua importância na construção e formação de uma sociedade de homens livres para o exercício democrático.

²¹ Ver mais sobre a trajetória de Bertha Lutz em: SHUMA SHUMAHAR, Érico Vital Brazil (Org.). *Dicionário mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000; ABREU, Alzira; BELOCH, Israel. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

Mas a situação política das mulheres começa a mudar no cenário no brasileiro após a revisão constitucional de 1922. Ocorreu a concessão do voto às mulheres no Rio Grande do Norte, em 1927. Por força de uma lei estadual Alzira Soriano foi eleita para a prefeitura da cidade de Lages, naquele Estado, pelo Partido Republicano. Porém ela não terminou seu mandato porque a Comissão de Poderes do Senado anulou os votos de todas as mulheres, Souza (1993). O mesmo aconteceu com as mulheres que quiseram votar. Elas se alistavam e solicitavam a permissão ao presidente do Senado Federal em tempo hábil.

O sistema eleitoral daquela época funcionava dessa maneira porque não existiam títulos eleitorais, o voto era descoberto, não secreto, e a comprovação da participação era feita através de um documento assinado pelo juiz ou presidente da mesa, que se encontrava no local da votação, com a listagem das eleitoras. Foi o que fez a professora Celina Guimarães Viana, da cidade de Mossoró, ao enviar seu pedido ao referido Senhor:

Sr. Presidente do Senado

Na qualidade de primeira eleitora brasileira, cujos direitos Viu. Conferir-me a lei rio-grandense do norte, sancionada pelo benemérito presidente José Augusto, graças à aspiração do patriotismo à altura cívica do senador Juvenal Lamartine, permita que à respeitável mesa do Senado Federal peço, em nome da mulher brasileira, seja aprovado projecto que instituiu o voto feminino, amparando esse direito político reconhecido pela Constituição Federal.

Saudações.

Celina Vianna – Professora da Escola Normal de Mossoró.

Mossoró 25 de novembro de 1927²².

O pedido de Celina foi negado, assim como já havia ocorrido em 1922 com Regina Cecília Maria Diva Nolf Nazário²³. As negações dos pedidos, ilustrados neste

²² Correio do Povo, Porto Alegre, n. 96, 15 dez. 1927. p. 3.

²³ Diva Nolf Nazário, sufragista e feminista, natural de Batatais (SP). Em junho de 1922, cursava a Faculdade de Direito e após estudos sobre a constituição convenceu-se de que tinha direito ao voto, era eleitora. Através da Polícia Central conseguiu a carteira de identificação eleitoral e no Fórum Civil de São Paulo registrou a carteira. A resposta do juiz eleitoral foi despachada no dia 07 de junho daquele mesmo ano e, entre outras linhas, o seguinte texto: “Não se reconhece ainda no, Brasil, a capacidade social da mulher para o exercício do voto. As restrições que se lhe impõe na ordem civil têm um reflexo na ordem política [...] Entendem, por certo, a maioria dos nossos representantes, segundo as quais as palavras “cidadão brasileiro”, empregadas nas leis eleitorais, designem sempre o cidadão do sexo masculino, elegível para os cargos públicos [...]. A verdade é

documento por dois exemplos, evidenciam dois pressupostos: de que o movimento feminino pelo sufrágio continuava existindo entre as componentes dos segmentos médios da sociedade daquela época; e, que faltavam maiores mobilizações femininas no país, pois, o fato das mulheres terem conhecimento de seus direitos, necessariamente, não as tornava comprometidas suficientemente com a efetiva participação política²⁴, o que as impedia de se tornarem eleitoras.

Havia a necessidade de que o movimento atingisse um maior número de mulheres brasileiras, dos diferentes segmentos sociais, pois, as mulheres que se destacam na historiografia, nos jornais e nas revistas da época compunham um grupo politizado da sociedade, sabiam ler, tinham fluência na linguagem, possuíam conhecimento sobre Direito Constitucional. Fatores que dificultavam uma abrangência e a coesão significativa da população feminina. Esses componentes, além das questões culturais e religiosas acabaram contribuindo para que o movimento sufragista caminhasse lentamente pelo imenso território brasileiro nas primeiras décadas do século XX.

O Rio Grande do Sul se diferenciava do contexto histórico nacional no final do século XIX início do XX. Durante esse período a política rio-grandense foi conduzida pelos governantes, Júlio Prates de Castilhos (1892-1898) e Antônio Augusto Borges de Medeiros (1898- 1928), que comungavam e difundiam os ideais positivistas de Augusto Comte, com profunda relação em bases religiosas cristã, o que dificultava muito a ocupação de espaços na sociedade por parte das mulheres.

Apesar de todos os avanços pelos quais passava o país e o mundo ainda era necessário ultrapassar enormes barreiras culturais e religiosas no Rio Grande do Sul,

que prevalecem ainda entre nós, considerações tradicionais das quais se faz eco o deputado Pedro Américo, ao lembrar que a missão da mulher é mais doméstica, do que pública, mais moral, do que política [...]. Em vista do exposto, idefiro a petição de fls. O2. São Paulo, 7 de junho de 1922. Affonso José de Carvalho. Compilação da obra de: SHUMA SHUMAHAR, Érico Vital Brazil (Org.). *Dicionário mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 182.

²⁴ Participação Política: Entendida no contexto acima como terminologia corrente da Ciência Política, a expressão é geralmente usada para designar uma variada série de atividades: o ato do voto, a militância num Partido político, a participação em manifestações, a contribuição para uma certa agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos, a participação num comício ou numa reunião de secção, apoio a um determinado candidato (...). Compilado de: BOBBIO, Norberto [et al.]. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992, p. 888.

pois, “[...] a Igreja reorganizou as normas de conduta feminina, preparando a mulher para ser a grande divulgadora do discurso patriótico cristão e reafirmou o modelo de rainha do lar e anjo tutelar” (ISMÉRIO, 1999, p. 80). Essas idéias contribuíam para que as diferenças entre homens e mulheres se alargassem, construindo barreiras quase que intransponíveis na luta feminina pelos seus espaços²⁵.

As relações socialmente estabelecidas estavam baseadas no princípio da preservação moral e dos bons costumes, que impunha normas de conduta às mulheres que muitas vezes se aceitavam como representantes da Virgem Maria e, submetiam suas vidas e a organização de suas famílias dentro desses valores, que exaltavam os atributos de mãe e esposa, “[...] não havia, naquele momento, espaço para uma outra opção. Havia de se exaltar a maternidade, valor uníssono na sociedade brasileira, especialmente para aqueles que ocupavam posições de poder [...]” (SOIHET, 1999, p. 108). Dessa forma as mulheres se sentiam valorizadas e o espaço restritivo e confinado do lar era como uma benção.

As representações femininas à imagem e semelhança das figuras sagradas, e a incorporação desses modelos de vida permearam por longa trajetória o pensamento da sociedade gaúcha e de certa forma contribuiu para manter os homens com o poder decisório.

Mas o tempo passou e a década de 1920 acumulou transformações, o surgimento das fábricas, as mulheres ocupando espaços em posto de comando, a Semana da Arte Moderna no Rio de Janeiro, em 1922, a eleição presidencial de Artur Bernardes, a Revolta dos 18 do Forte, o primeiro movimento do Exército na República Velha, a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Esses acontecimentos mobilizavam as atenções políticas e culturais no centro do país, influenciavam lentamente para que a desconstrução de velhos hábitos e costumes fosse substituída por novas formas de pensar a sociedade e seu entorno. O Rio Grande do Sul também passava por conflitos a Aliança Liberal, chefiada por

²⁵ Embora a temática sobre o Positivismo no RGS tenha originado diversas pesquisas é importante citar a dissertação de Mestrado de: LEAL, Elisabete da Costa. *O Positivismo, o Partido Republicano Rio-Grandense a Moral e a Mulher (1891-1913)*. 1996. 272 f. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre, UFRGS, 1996. É uma referência para maiores entendimentos sobre a definição dos papéis femininos durante esses períodos.

Joaquim Francisco de Assis Brasil, um representante dos Federalistas, se revoltou contra o Governo Republicano de Borges de Medeiros, que havia sido reeleito como Presidente do Estado “um período crucial da história gaúcha e brasileira. Trata-se de uma fase de acentuados conflitos sociais e políticos em que determinada ordem estabelecida passa a ser contestada [...]” (VICENTINI, 1998, p. 7); as contestações terminam com o pacto das Pedras Altas onde foi assinado um acordo que obrigava a mudança da Constituição Estadual de 1891, que permitia a reeleição dos presidentes estaduais, entre outras concessões econômicas que atendiam aos interesses da agropecuária gaúcha. A paz foi selada. Em 1930, os chamados “chimangos” e “maragatos” que haviam se enfrentado se uniram para derrubar o Presidente brasileiro Washington Luiz e colocar no poder o gaúcho Getúlio Vargas²⁶.

No âmbito a Revolução de 1930²⁷, com a queda da República Velha, há a ascensão de um novo grupo ao poder que traz como objetivo a moralização política nas Instituições governamentais, tendo como proposta uma nova Lei Eleitoral. Em 1932 o presidente Getúlio Vargas promulgou o novo Código Eleitoral que estendeu o direito ao voto às mulheres e à introdução das mesmas no mundo político através das seguintes condições: “Disponha, a seguir, que seria eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma por ele determinada, estendendo assim, o direito de voto às mulheres, sem porém, tornar obrigatório seu alistamento”²⁸. Entretanto a obrigatoriedade do voto ficava restrita às mulheres que exerciam função pública remunerada. O novo sistema de eleição conduziu ao tão sonhado sufrágio universal, direto e secreto.

Embora as mulheres tivessem conquistado a liberdade para votar no Brasil em pleno século XX, foi garantido legalmente esse direito a elas mas, “o marido

²⁶ Para saber mais sobre os acontecimentos políticos desse período no Rio Grande do Sul consultar as obras: QUEIROZ, César Bubolz. *O governo do Partido Republicano Rio-grandense e a Questão Social: 1895-1919*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre, PUCRS, 2000; PISTOIA, Cristiane Debus. *Violência física material e moral no Rio Grande do Sul (1888-1920)*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre, PUCRS, 2009.

²⁷ Para maiores informações sobre esse período da História consultar: FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2003; LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil contemporâneo*. 9. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000; CARONE, Edgar. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1982.

²⁸ CÓDIGO ELEITORAL BRASILEIRO. *Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul*. Tribunal Regional Eleitoral. Porto Alegre. CORAG, 1998, p. 24; PESAVENTO, Sandra. *História do Rio Grande do sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

ainda é o chefe da sociedade conjugal. A mulher é a auxiliar do marido nos encargos da família. Tem por deveres a direção do lar doméstico, a criação e educação dos filhos”²⁹. Ou seja, segundo o Código Civil as mulheres se mantinham subordinadas, juridicamente, à vontade dos homens, somente tiveram asseguradas a igualdade dos direitos políticos.

Porém, em 1934 no primeiro pleito conquistado poucas mulheres compareceram aos locais de votação. Ainda que as mulheres de todo território brasileiro pudessem votar e serem votadas, poucas ousavam exercer seus direitos conquistados. Em Porto Alegre apenas 2800 eleitoras, compareceram nas mesas especificamente femininas³⁰.

Entretanto, a ausência das mulheres às urnas, naquele ano, em nada impediu que a Dr^a Aurora Nunes Wagner registrasse seu nome na história rio-grandense. Ela era odontóloga, professora e escritora, foi co-fundadora da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul. Foi a primeira mulher a se candidatar para ocupar uma vaga na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, concorreu pela Ação Integralista Brasileira³¹, e não foi eleita, assim como Bertha Lutz, uma das líderes do Movimento sufragista no Rio de Janeiro. Mas Carlota Pereira de Queiroz, representante de São Paulo, se elegeu para ocupar na Câmara Federal, uma cadeira como Deputada no ano de 1934.

²⁹ “PALAVRAS DO Juiz” assinado pelo Ministro Presidente do Tribunal de Justiça da época Sr. Dr: Mario Costa Manso. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 04 mar. 1933. p. 12.

³⁰ Para maiores informações sobre a afirmativa acima ver: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. *Revista da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul de 1932 1 937*, Porto Alegre, p. 16-24, 1998.

³¹ Dr^a Aurora Nunes Wagner nasceu em Quaraí em 08/08/1899. Foi alfabetizada e cursou o Ginásio em Uruguaiana/RS. Em Porto Alegre, estudou no tradicional Colégio Júlio de Castilhos. Concluiu Odontologia na Faculdade de Medicina, em 1919, com Especialização em Odontopediatria na Universidade do Brasil no Rio de Janeiro. Em 1936 foi qualificada em primeiro lugar para a Livre Docência das cadeiras de Ortodontia e Odontopediatria na Escola Médico-Cirúrgica de Porto Alegre, tendo sido a primeira mulher a exercer o magistério universitário. Dr^a Aurora colaborou na *Ilustração Brasileira* e na revista *Rio-Grandense de Odontologia* de Porto Alegre. A revista *Atenéia* nascida sob sua presidência como órgão oficial da Academia Literária Feminina RS, teve sua colaboração assídua por 25 anos (1949-73), A revista foi intérprete do pensamento feminino, com colaborações literárias diversas, entrevistas, pesquisas, ensaios, informações... Para maiores informações ler: *Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul. Presença Literária* 2004. Porto Alegre: EDIPLAT, 2004; WAGNER, Aurora N. *Prelúdios*. Porto Alegre: Tip Thurmman, 1946. Disponível nos sites eletrônicos: <www.alf-rs.org.br/web/fundadoras e www.unb.br/ih/his/gefem/labrys11/.../hflores.htm>.

Trabalhou por melhorias na educação brasileira e publicou vários trabalhos em defesa da mulher, pautou sua ação parlamentar pelo olhar especial para as crianças, contra a miséria e as desigualdades sociais; criou o primeiro projeto sobre serviço social no Brasil, integrou a Comissão de Saúde e Educação na Câmara Federal. Seu mandato durou até 1937, foi reeleita novamente. Abandonou a política em 1942 para se dedicar à Medicina³².

Nos anos seguintes a política estabelecida pelo presidente Getúlio Vargas em nada contribuiu para o avanço político partidário das mulheres. Em 1937 o Presidente brasileiro implementou um período ditatorial que suprimiu os direitos políticos adquiridos constitucionalmente, fechou o Congresso Nacional, as agremiações partidárias e os partidos políticos foram proibidos de realizar qualquer movimento, os mandatos dos parlamentares foram suprimidos, os Estados brasileiros perderam a autonomia, ocorreu a centralização do poder até 1945.

Durante o Estado novo, aparentemente, as decisões do Presidente brasileiro eram respeitadas, mas muitos movimentos e partidos políticos se mantiveram na clandestinidade. A participação das mulheres se tornou significativa, durante esse período, quando surgem diferentes movimentos femininos, que não apresentavam unidade política institucionalizada, mas, lutavam por objetivos comuns de forma organizada: lutavam contra a violência, pela paz mundial, pela manutenção do Ensino Religioso nas Escolas públicas, muitas siglas foram usadas para realizar protestos nesses tempos.

O processo da participação feminina na política partidária foi interrompido pelos acontecimentos políticos do país. Porém, o projeto nacionalista de Vargas “[...] reconheceu a força do movimento católico para organizar e movimentar as massas dentro dos princípios da moral cristã [...]”, (ISMÉRIO, 1999, p. 33) e, as mulheres passaram a atuar também nas ações comunitárias organizadas pelos movimentos católicos, que tinham como lema “*Deus, Pátria e família*”; ou na Liga de Defesa

³² Para maiores informações sobre a vida de Carlota Pereira de Queiroz ler: SHUMA SHUMAHAR, Érico Vital Brazil (Org.). *Dicionário mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 129. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 17, n. 23, p. 184-185, 1989.

Nacional (LDN) como representantes cívicas da Pátria, da moral e dos bons costumes.

Foi através dessas e de outras organizações institucionalizadas que as mulheres dos segmentos médios da população continuaram atuando na sociedade e demonstravam lutar em prol de seus interesses, embora vivessem em um período de supressão democrática em que o governo se mostrava um estado paternalista forte³³.

A década de 1930 foi um período privilegiado para as mulheres brasileiras. Surgiram revistas como *A Noite* e *O Cruzeiro* que tratavam de assuntos femininos em suas páginas; a grande maioria dos artigos e reportagens eram escritos por diferentes profissionais que atuavam no mercado de trabalho como enfermeiras, modistas, jornalistas, médicas, advogadas, professoras entre outras, que expressavam suas opiniões, orientavam e informavam a população sobre os mais diversos assuntos daquela realidade.

Essas publicações demonstram que as mulheres foram galgando postos profissionais diversos no mercado de trabalho, ocupando espaços na sociedade brasileira. As transformações pelas quais a sociedade passou e a interferência direta dos meios de comunicação na vida privada contribuiu para que, muitas mulheres se lançassem no mercado de trabalho e, mesmo aquelas que permaneciam em seus lares eram passíveis de mudanças.

No Rio Grande do Sul as mudanças do centro do país eram acompanhadas pelo governo que se modernizava aos moldes da época. Um exemplo foram as mudanças na área educacional, de 1934 a 1937, a Educação passou a ser prioridade no Estado. A criação de novas escolas na capital e no interior do Estado. O Instituto de Educação Flores da Cunha oportunizava escolaridade e profissionalização às mulheres através do curso de Magistério, assim como a possibilidade da aquisição de alguma liberdade, embora a formação nesse nível inculcasse a ideologia do papel sempre submisso das mulheres na sociedade,

³³ Ver mais sobre o Estado Novo em: CARONE, Edgar. *A República Nova (1930-1937)* São Paulo: Difel, 1982; SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

inclusive o da professora, cuja função social confundia-se com a da mãe, recatada e prendada, pois, segundo Guacira Louro,

Na educação escolar os idéias da mulher submissa, obediente, recatada, prendada, certamente eram ensinados às jovens estudantes. A formação das normalistas confundia até certo ponto o papel da professora com o de mãe; por isso se falava tanto em vocação e era senso comum a idéia de que a mulher era mais adequada ao magistério primário. A função maternal era transferida dos filhos para os alunos e continuaria a ser por muitos anos exaltada (LOURO, 1987, p. 34).

Não obstante, o Magistério foi sem dúvida muito importante para a vida de uma parcela feminina da sociedade gaúcha, pois foi a primeira forma de participação política das mulheres no cenário público, era a possibilidade de serem reconhecidas como representantes de uma categoria: ser professora. E, através da atuação na sala de aula propalar suas crenças, seus saberes, as opções pedagógicas através do ato de ensinar. Essas mulheres professoras pertenciam aos segmentos médios da população, destacavam-se na comunidade em que atuavam por se dedicarem às causas sociais, ganhando espaço e confiança da sociedade. Dessa forma, muitas professoras adentraram ao mundo público da política partidária no Rio Grande do Sul, como foi o caso da primeira mulher eleita Deputada Estadual em 1951, Suely Gomes de Oliveira.

A candidatura e eleição da primeira mulher a ocupar uma cadeira no Legislativo gaúcho ocorreu depois de dezenove anos da concessão do direito ao voto feminino. O caminho percorrido por Suely Gomes de Oliveira para chegar ao Parlamento na capital do Estado foi longo e trabalhoso. Iniciou sua vida política partidária em 1940 quando recebeu um convite para integrar o “Movimento Queremista”³⁴ a partir desse convite iniciou uma carreira ascendente na política. Foi a primeira mulher a ser eleita para a Câmara Municipal de Pelotas em 1947 e, mais tarde, participou da fundação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no Estado.

³⁴ Movimento político surgido em maio de 1945 com objetivo de defender a permanência de Getúlio Vargas na presidência da República. O nome queremismo se originou do slogan utilizado pelo movimento: “Queremos Getúlio”. Explicação compilada de TERLERA, João Carlos. Perfil de uma pioneira. In: OLIVEIRA, Suely de. *Perfil biográfico, depoimentos e discursos (1915-1944)*. Coordenação do Projeto: Divisão de Biblioteca e Memória Parlamentar. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2007, p. 23.

Suas primeiras ações como legisladora foi reivindicar pelo Magistério e atender aos necessitados. A vocação de líder comunitária se difundiu pela região de Pelotas e o sucesso da atuação da “vereadora professora” levou Suely a ser a primeira deputada a assumir uma vaga na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Ela foi empossada em 31 de janeiro de 1951 representando o PTB, Partido Trabalhista Brasileiro.

Como deputada, dedicou-se aos interesses do Magistério estadual e ocupou uma cadeira no Serviço Público, que tratava dos projetos do Magistério, chegando a Presidência da Comissão, em 1959 permanecendo até 1961 Retornando em 1964 e permanecendo ininterruptamente até 1971. Além de ter sido a deputada que mais perdurou como efetiva de uma Comissão na Assembléia gaúcha também bateu recorde em reeleições consecutivas, somando 24 anos interruptos de mandato parlamentar.

Encerrou sua atuação político partidária em 1975, quando exercia mandato pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Suely trabalhou muito pelos servidores públicos gaúchos beneficiou os professores que atuaram em sala de aula durante 25 anos com a aposentadoria, que só com a Reforma da Previdência, no governo de Fernando Henrique foi alterada.

A conhecida “Lei Suely” foi de sua autoria, beneficiou os servidores públicos em 1/6 ao tempo de aposentadoria àqueles sem falta não justificada. Dessa forma, a cada seis anos ininterruptos de trabalho, era somado um ano de serviço na contagem do tempo para aposentadoria. Regularizou a situação das auxiliares das escolas que executam serviço de limpeza, merenda e outras funções, e assegurou, através de projeto de lei, aos professores a Licença Prêmio.

Liderou movimentos para a elevação e fixação para Gratificação de Difícil Acesso aos professores. Beneficiou servidores públicos com o Plano de Classificação de Cargos; os guardas Portuários com a política de carreira. Garantiu direito de aposentadoria, aos já aposentados, funcionários da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, até a incorporação da Rede Ferroviária Federal. Suely negociou permissões de alterações por emendas na aprovação do Plano de Carreira do

Magistério, ainda hoje, muitas das emendas de sua autoria permanecem na lei (TERLERA, 2007).

A deputada Suely, na grande maioria de seus pronunciamentos na tribuna do Legislativo, manifestou sua formação profissional e expressou um pensamento de sua época. Como exemplo, transcrevo nas linhas a seguir, um de seus muitos pronunciamentos em defesa do trabalho do professor e do aumento salarial.

Senhores Deputados, poucos dentre os servidores do Estado prestam tantos e tão relevantes serviços à coletividade quanto os professores primários. A sua missão é a que comporta maiores sacrifícios e renúncias e dela, como nenhuma outra, depende o porvir da nacionalidade, (...). Formar, corrigir e aperfeiçoar caráter, (...), ao professorado primário não basta o conhecimento das matérias que leciona. Exige-se-lhes mais, vocação, dedicação, (...) (OLIVEIRA, 1974, p. 57).

O pensamento expresso nas palavras da deputada Suely como promotora do Magistério, destaca um discurso histórico cultural trazido e propalado por muitos e durante muito tempo sobre a profissão do Magistério, contribuindo para o ideário de feminização do mesmo, “o magistério é uma palavra masculina, o mestre que inaugura a instituição escolar moderna é sempre um homem, na verdade é um religioso” (LOURO, 1997, p. 92). Pelo fato de a profissão estar em determinada época relacionada com a religião, com um trabalho missionário, sagrado, não remunerado, foi visto como uma doação, uma vocação, características que se relacionam com os estereótipos femininos da mãe e da professora, este, entre outros fatores colaboraram para a desvalorização profissional do exercício da profissão docente.

A deputada Suely deixou um legado histórico importante para a sociedade gaúcha através de seus projetos de lei, de suas intervenções junto aos governos que comandaram o Rio Grande do sul, durante suas ações como parlamentar, conforme, exemplifiquei anteriormente. Foi uma deputada guerreira, conciliadora, humilde e sábia porque afrontou na tribuna da Assembléia Legislativa, durante longos anos, sozinha, o embate político com seus colegas parlamentares homens de forma, ponderada, educada, mas, acima de tudo firme e decidida.

Demonstrava os princípios que trazia e, sobretudo, representava uma grande parcela das mulheres trabalhadoras que compunham os segmentos médios e desprovidos de benefícios e condições na sociedade rio-grandense. Passou por diferentes governos e períodos ditatoriais de difícil atuação política, mas, permaneceu parlamentar, sobreviveu às intempéries pelas quais passou o país, como representante das esposas, professoras, mães e, principalmente das mulheres no cenário histórico e político do Rio Grande do Sul.

No período de 1937 até 1945 as eleições diretas para o Executivo e Legislativo foram suspensas por Vargas. Esse longo período sem a participação política efetiva da população no campo decisório da política fez com que a grande maioria dos partidos políticos, associações e instituições organizadas na sociedade se retraíssem em pequenos movimentos e ações efêmeras muito parcas, quando ocorriam. Dessa forma, a sociedade brasileira como um todo, e principalmente as mulheres, perderam o pouco espaço político partidário que haviam conquistado com muita luta.

Mas o cenário mundial, pós Segunda Guerra, colaborou para a entrada maciça da mão de obra feminina no mercado de trabalho, trazendo, com isso, uma outra, forma de luta e de organização. O período democrático foi de 1945 até 1964, quando apareceram novamente as mulheres de forma organizadas no cenário político, com destaque para as Campanhas da Mulher pela Democracia (CAMDE), a União Cívica Feminina (UCF), a Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG), que lutavam por diferentes causas e objetivos.

Em março de 1964 ocorreu a mudança do regime de governo, ocasionada por um movimento militar³⁵ novamente, os direitos políticos e a democracia foram banidos da história brasileira. Políticos tiveram os mandatos interrompidos, sindicatos foram fechados, estudantes tiveram os centros acadêmicos extintos das Universidades, as eleições para governadores e prefeitos passou a ser indireta. Neste contexto, permanecia exercendo seu mandato na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, pelo MDB, a deputada Suely Oliveira. Também assumiu, por um

³⁵ Esse movimento é denominado de Revolução ou de Golpe, segundo o entendimento e a filiação ideológica de cada intérprete deste momento histórico.

mês, a deputada suplente do Partido democrático Cristão (PDC), Maria Else Iris Potthoff Correa Lopes, professora e advogada. Ela se manifestou uma única vez na tribuna e expressou seu sentimento em relação aos acontecimentos políticos do país naquele momento:

Sr. Presidente e Srs deputados.

(...) falo, neste momento em nome da mulher gaúcha, da mãe, da esposa, da filha que, dentro ou fora do lar, dedicada a suas atividades e funções, não esquece seus deveres cívicos e políticos, e está atenta aos acontecimentos da Pátria. A mulher gaúcha, embora lamente todas as prisões ocorridas, tem não só o direito, mas o dever de exigir que os objetivos da revolução sejam definidos, no sentido de esclarecimento e formação democrática cristã, merecendo atenção as diferentes classes (...). E foi assim que surgiram associações políticas, mas apartidárias, femininas entre as quais se destaca a Ação Democrática Feminina Gaúcha e a Cruzada da Mulher Democrática, a Associação das Cidadãs de Porto Alegre, entre outras, só nesta capital com ramificações por todo os Estado. (...) Concluindo, também afirmo como deputado, que a tranqüilidade das pessoas, da família e da Pátria, justifica a ação das autoridades responsáveis. Enquanto o III Exército, em consonância com o governo do estado e da república, dentro de suas atribuições específicas, procurar o fim das desordens, resguardando e garantindo a Democracia Cristã vigente terá o povo de todos os sul-riograndenses conscientes e em especial, o da mulher gaúcha que represento ...³⁶ (POTTHOFF, 1964, p. 3).

O pronunciamento da deputada descreve o momento tenso pelo qual passava o Brasil naquele momento, ela expressa suas posições ideológicas e partidárias, mas seu tempo de atuação foi curto e o deputado Mario Mondino reassume a vaga em dezembro daquele ano. Da mesma forma aconteceu com a suplente Zaira Folly, que foi deputada por um mês, quando ocupou a vaga de Flávio Ramosa pelo Movimento Trabalhista Renovador (MRT) na Assembléia Legislativa.

Porém, todos esses partidos foram extintos em 1965 pelo Ato Institucional nº2 e, em 1966 é fundado o partido governista, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o partido oposicionista o Movimento Democrático Nacional (MDB). O bipartidarismo vigorou durante o período da Ditadura Militar no Brasil. Barreiras (1999). Foi no ano de 1966 em pleno movimento de repressão e cassação de políticos que ocorreram eleições para o Legislativo Estadual e Federal, no país. Muitas foram as mulheres que concorreram e se elegeram ocupando o lugar de seus maridos cassados.

³⁶ *Anais da Assembléia Extraordinária de Janeiro a fevereiro de 1965*, v. CLXXII.

Como foi o caso de Terezinha Gisela Irigaray Chaise, casada com o ex-prefeito de Porto Alegre, Sereno Chaise. Segundo Terezinha, o Partido do Movimento Democrático nacional via, na sua pessoa, a possibilidade de representação partidária “(...) as pessoas acreditaram, acharam que eu pudesse representar a maioria indignada com a caça de um voto de liderança partidária, canalizaram tudo para mim (...)”³⁷. Foi necessário lançar candidaturas comprometidas com os partidos políticos que assegurassem o espaço já conquistado e representassem uma expressão significativa de votos.

A deputada Terezinha foi eleita com 51462 votos. Obtendo a maior votação que o partido já possuiu. Ela assumiu o mandato em 31 de janeiro de 1967 e pautou seu trabalho no legislativo gaúcho a dar atenção para a Educação, aos estudantes universitários perseguidos pela polícia e as denúncias dos abusos das forças militares contra a população. Contou, nas entrevistas, que esse período que viveu na Assembléia legislativa foi um período muito tumultuado e tenso. Havia respeito entre os parlamentares, mas todos estavam sempre aguardando o momento de suas cassações, já que nunca sabiam quando aconteceria.

Terezinha afirmou que foi o tempo mais difícil em que viveu³⁸. Mas, apesar das condições adversas, muitas vezes se pronunciou na tribuna do Parlamento gaúcho. Dentre tantos discursos importantes, um, sobre o aniversário do Instituto de Educação Flores da Cunha, chama bastante a atenção:

(...) O Instituto de Educação General Flores da Cunha, que hoje completa 99 anos de existência, presto nesta hora minha homenagem como professora primária, a minha homenagem como ex-aluna, àquelas figuras brilhantes que se dedicaram felizes ao Magistério, que nesta hora reverencio, porque são realmente grandes vultos que souberam dosar a sua vida dentro do trabalho e da dignidade, do esforço pessoal; e, acima de tudo, souberam ensinar seus alunos o amor, a humildade e o humanismo. (...) ³⁹ (CHAISE, 1968, p. 101).

³⁷ Entrevista concedida em 11/09/1997, encontra-se digitalizada e faz parte do arquivo pessoal da pesquisadora.

³⁸ Entrevista concedida em 14/08/2008, encontra-se digitalizada e faz parte do arquivo pessoal da pesquisadora.

³⁹ *Anais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 16 abr. 1968. p. 101.

Porém o entusiasmo, a esperança e a vontade de lutar contra o regime autoritário dos militares sucumbiu em 13 de março de 1969, quando foi cassada pelo Ato Institucional nº5, que previa a suspensão dos seus direitos políticos por dez anos. Terezinha sofreu muito, ficou inconformada, foram longos anos cinzentos na sua vida e de sua família, porém esse período passou e hoje só existem as lembranças do passado, que ainda fazem a roda do moinho girar (IRIGARAY, 1999, p. 33).

Terezinha não saiu do cenário político, foi vereadora em Porto Alegre de 1983 a 1988, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Em janeiro de 1986 foi nomeada para exercer o cargo de Secretária Municipal de Educação e Cultura e da Presidência da Fundação de Educação Social e Comunitária, retornou à Câmara Municipal e encerrou seu mandato em 1988. Foi Conselheira do Tribunal de Contas do Estado e atualmente presta assessoria jurídica a um órgão público do Estado do Rio Grande do Sul.

Os anos passaram e a participação feminina na política partidária no Rio Grande do Sul continuava escassa. Em 1974, a candidatura de Mila Cauduro, para Vereadora, levantou a bandeira pela Anistia. Após a organização do Movimento Feminino pela Anistia (MFA) em cidades maiores, Lícia Peres, militante do grupo pela democratização partidária no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), se une a outras mulheres constituindo a Comissão Gaúcha do (MFA), instalada na Câmara dos Vereadores de Porto Alegre.

Em 1975, por iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) foi declarado o Ano Internacional da Mulher. Momento muito importante para a retomada de algumas ações comunitárias pelas mulheres, assim como um momento de discutir e divulgar as discriminações que estavam sofrendo. Foi um avanço significativo que este espaço proporcionou, pois estes encontros e movimentos contribuíram para que as mulheres pudessem avaliar os avanços e retrocessos que tiveram nas conquistas civis e jurídicas no mundo, e especialmente no Brasil.

Esse período foi marcado no Rio Grande do Sul pela atuação da Deputada Estadual Dercy Furtado, na Assembléia Legislativa. Ela assumiu o mandato em 31

de janeiro de 1975 representando a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e não dividiu suas idéias com a deputada de seu partido Dalila Floriano Alves que assumiu mandato no lugar do deputado Nelson Marquazan em novembro de 1974 e permaneceu no cargo até janeiro de 1975. Dercy atuava politicamente desde 1970, quando recebeu do prefeito da cidade Thelmo Thompson Flores o convite para se candidatar a vereadora de Porto Alegre.

Segundo Dercy, o convite foi originado do reconhecimento público de seu nome na comunidade e poder trazer uma boa votação ao partido, pois, realizava um trabalho social na Ação Católica, na Igreja e teve notoriedade nacional.⁴⁰ Sua atuação como parlamentar foi marcada pela atenção especial que deu às mulheres em geral. Promoveu o I Congresso Feminino sobre a Participação da Mulher na Vida Pública, em um dos trinta artigos elaborados pelo Congresso está a seguinte indicação

A mulher deve assumir seu papel de educadora. Isso ocorreria como mãe, como professora, (...). Que a mulher assuma todos os papéis pertinentes ao seu momento cultural e histórico, assumindo lideranças construtivas num espaço conjunto com todas as gerações (FURTADO, 1975, p. 81 e 85).

Essa é uma pequena demonstração das idéias trazidas por Dercy para que o avanço das mulheres ocorresse em todos os setores na sociedade, *a promoção da mulher* foi sempre seu lema de campanha. Considera que cumpriu todas as promessas de campanha com seus eleitores⁴¹.

A deputada Dercy Furtado, em 1983, passou a dividir o espaço com a deputada eleita Ecléa Fernandes, representante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) professora, com mestrado em Educação foi casada com o ex-governador Sinval Guazzelli e teve participação atuante durante o tempo em que trabalhou no gabinete da Casa Civil como primeira dama. Foi reeleita em 1987 pelo Partido Socialista Democrático Brasileiro (PSDB) e, durante seus

⁴⁰ Entrevista concedida em 11/09/1997, as falas estão digitalizadas e pertencem ao arquivo pessoal da pesquisadora.

⁴¹ Entrevista concedida em 17/09/1997, as falas estão digitalizadas e pertencem ao arquivo pessoal da pesquisadora.

mandatos, esteve envolvida com projetos sociais, com o aumento salarial do Magistério, com abrigo para menores e atenção especial às presidiárias.

Acreditava que esse olhar para os mais necessitados que estavam à margem da sociedade era fundamental para a dignidade entre os humanos na sociedade.

Considera que aprendeu muito quando desempenhou funções na Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), no Rio de Janeiro⁴². Em 1989 recebeu o *Prêmio Especial Springer*, por ter participado da elaboração da Constituinte de 1988, encerrou seu mandato em 1991 e, passou a se dedicar aos cuidados das filhas e netos.

A deputada Ecléa Fernandes, dividiu durante seu segundo mandato espaço com a advogada e Professora Universitária Hilda de Souza, que permaneceu como parlamentar gaúcha durante os anos de 1986 até 1991, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Dedicou sua atenção aos problemas do campo, preocupou-se com a eletrificação rural, com a reestruturação administrativa do Estado, preocupou-se com os problemas agropecuários da região de Pelotas.

Estendeu atenção especial à Constituinte Estadual de 1988, onde atuou como vice-líder da bancada do PMDB com a qual colaborou para assegurar a concessão do maior número de direitos às mulheres. Também recebeu o *Prêmio Especial Springer* por ter participado da elaboração e discussão da Constituinte de 1988.

O que posso enfatizar é que até a data da Constituinte Estadual apenas sete deputadas foram eleitas para Assembléia legislativa do Rio Grande do Sul as quais foram citadas no texto acima. Após 1988 outras mulheres se elegeram para o Parlamento Gaúcho, foi um período fértil para a explanação política das mulheres. A deputada Jussara Cony exerceu o mandato de 20 de dezembro de 1989. Foi reeleita quatro vezes: em 1991 a 1995; de 1995 a 1999; de 1999 a 2003 e de 2003 a 2007.

Seu trabalho na Assembléia foi pautado pela participação em comissões e foi em 1990 vice-presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente onde elaborou

⁴² Entrevista concedida em 16/09/1997, as falas estão digitalizadas e pertencem ao arquivo pessoal da pesquisadora.

projetos de lei na área da saúde da mulher. Fez parte, também, da Comissão de Serviços Públicos, atuando na defesa das causas dos trabalhadores. Fez parte das Comissões de Cidadania e Direitos Humanos, onde coordenou o Fórum Contra a Pena de Morte, e de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo, atuando junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra na luta pela Reforma Agrária.

É autora de leis como a de Incentivo à cultura e da emenda ao orçamento do Estado que prevê a implantação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) no Rio Grande do Sul. Em 1982 Jussara Cony elegeu-se vereadora da Capital. Exerceu na Câmara Municipal a presidência da Comissão de Saúde e Meio Ambiente e coordenou o Comitê Estadual pela criação da Indústria Químico-Farmacêutica Estadual. Em 1988 foi à vereadora mais votada e só não assumiu o mandato devido à legislação eleitoral. Pertence ao Partido Comunista do Brasil, tem sua formação universitária em Farmácia e atualmente é Presidente do Grupo Hospitalar Conceição em Porto Alegre.

A deputada Jussara Cony atuou com a deputada Antônia Regina Jobim Argemi Rossignollo que foi eleita pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) é professora e permaneceu na Assembléia legislativa de 31 de janeiro de 1991 até 30 de janeiro de 1995, quando encerrou seu mandato. Atualmente é aposentada do magistério estadual e dedica-se aos prazeres do lar e da família.

Na eleição de 1994, Maria Augusta Feldmann, professora, foi eleita deputada Estadual pelo Partido Democrático Socialista (PDS), atuou como líder partidária da Bancada do Partido Socialista, foi vice-presidente da Comissão de Educação e Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia; membro titular da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos; relatora e autora da proposta que criou a Subcomissão Especial do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul e vice-presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito das Ações Trabalhistas. Integrou em 1995 a delegação oficial e a Comissão Representativa do Brasil na 4ª Conferência sobre Mulheres, em Pequim entre outras participações. Sua ação na política partidária encerrou e na atualidade é diplomada em Ciências Jurídicas.

Em 1997 a deputada Cecília Hipólito assumiu mandato na Assembléia Legislativa pelo Partido dos Trabalhadores (PT) como suplente. Foi reeleita em 1999 sendo a primeira mulher a assumir o cargo de presidente da Comissão de Finanças na instituição parlamentar. É professora com pós-graduação em Ginástica e Dança pela Universidade Federal de Pelotas. Atuou em diferentes Comissões Parlamentares e pautou suas ações em defender interesses dos trabalhadores do campo, dos professores universitários, dos funcionários públicos em geral. Reside em Pelotas, sul do estado, atua como professora universitária.

Cecília compartiu a Bancada do Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa com a mais jovem eleita no Estado do Rio Grande do Sul Luciana Genro, professora de Inglês, foi parlamentar nos anos de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002. Foi vice-presidente de Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, pautou suas ações na defesa dos interesses da juventude e dos trabalhadores. Eleita deputada Federal em 2002, atua com a legenda do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

A deputada estadual Maria do Carmo Bueno trabalhou em duas legislaturas em 1994 pelo Partido Popular Socialista (PPS) e 1998 pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB), foi líder-partidária na Assembléia Legislativa, fez parte da Subcomissão de Ética Parlamentar Em 1995 representou o Parlamento na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim. Encerrou sua participação na política em 2003 e retornou às atividades no jornalismo.

Diferentemente do que fez a deputada professora Maria do Rosário Nunes, que tem atuação efetiva no Partido dos Trabalhadores (PT). Exerceu mandato Legislativo em 1998 sendo a 2ª vice-presidente da Assembléia Legislativa do Estado e Presidente da Subcomissão das Crianças, Adolescentes e Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social no Rio Grande do Sul. Em 2002 passou a exercer mandato na Câmara Federal em Brasília e suas atuações estão voltadas para a exploração sexual e a prostituição de adolescente no Brasil. Atualmente, é Presidente da Comissão de Educação na Câmara Federal

Iara Silvia Lucas Wortmann assumiu mandato na Assembléia Legislativa em janeiro de 2001 como representante do Partido do Movimento Democrático

Brasileiro (PMDB). Atuou em diferentes Comissões no Parlamento gaúcho, foi relatora da sub-comissão mista de Combate às Drogas, participou da elaboração do projeto de Lei que criou a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, foi vice-presidente da Escola do Legislativo. Atualmente, está aposentada do Magistério Estadual e trabalha na subchefia Jurídica e Legislativa na Casa Civil.

Tiveram atuação na Assembléia Legislativa as suplentes: Gilda Maria Haack do Partido trabalhista Brasileiro (PTB) funcionária pública que assumiu a vaga de titular em 1º/1/2003 completando o mandato em 31/01/2003. Adriane Garcia Rodrigues integrante do Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 1º/1/2002 completando o mandato em 31/1/2003. Leila Maria Wulff Fetter integrante do Partido Progressista Brasileiro (PPB). Arquiteta e professora no Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas foi empossada, em 31/1/2003, voltou para a cidade de Pelotas e acompanha seu esposo na atuação política.

Miriam Marroni integrante do Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu como deputada estadual na Legislatura 3/1/2005. Foi vice-presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Maria Helena Sartori integrante do Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), assumiu mandato em 2002. Foi vice-presidente da Comissão de Finanças e coordenadora da Comissão da Reforma Universitária. A deputada Floriza Rosa dos Santos representou o Partido Democrático Trabalhista (PDT) em maio 2002 assumiu a legislatura e pautou suas ações na Comissão de assuntos de Gênero.

Atualmente na Assembléia Legislativa está a deputada Stela Beatriz Farias Lopes que é integrante do Partido dos Trabalhadores (PT), professora de História, formada pela FAPA (Faculdade Porto-Alegrense). É vice-presidente da Comissão de Serviços Públicos da Assembléia Legislativa. Marisa Virginia Formolo Dalla Vecchia, deputada do partido dos Trabalhadores (PT) professora, licenciada em Filosofia e Pedagogia, Especialista em Métodos de Pesquisa e mestre em Planejamento Educacional. É vice-presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos.

Silvana Covatti, do Partido Progressista (PP), professora primária e acadêmica de Direito, foi vice-presidente da Comissão Mista de Participação

Legislativa Popular, membro titular das comissões de Saúde e Meio Ambiente e de Finanças, Fiscalização, Controle e Planejamento. Em 2008, foi relatora da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2009. E, Zilá Breitenbach do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), é formada em Pedagogia, com especialização em Supervisão Escolar. Foi Prefeita de Três Passos por dois mandatos. Atualmente representa na Assembléia Legislativa, a figura da conciliação e do consenso entre o governo e a oposição. Tem um trabalho de destaque na sua comunidade como empreendedora.

Esta exposição da atuação das deputadas estaduais a partir de 1991 colabora para que a análise dos dados sejam espelhos da realidade histórica apresentada no decorrer da trajetória das mulheres na concessão do voto e de suas atuações enquanto parlamentares. Assim como, contextualiza historicamente a trajetória da atuação política das professoras/deputadas que são os sujeitos desta investigação.

A análise concisa da exposição evidenciou, a partir do contexto algumas conclusões, tais como: ainda as grandes majorias das deputadas exercem ou exerceram a profissão do Magistério; com relação a outros Estados brasileiros ainda as mulheres que participam da política partidária concorrendo a pleitos eletivos o Rio Grande do Sul tem uma representação mínima frente ao contingente eleitoral desde 1932 foram eleitas para Assembléia Legislativa apenas vinte e sete deputadas até 2009; assim como, poucas mulheres voltam aos pleitos eleitorais consecutivamente, na grande maioria das vezes encerram suas participações e voltam para suas bases de origem onde exercem trabalhos com a comunidade.

As deputadas trabalham, com raras exceções, em Comissões Parlamentares que têm vínculo cultural com a feminização, como as áreas da saúde, educação, infância, violência e ação social. Esses aspectos elencados demonstram que há muito caminho a ser percorrido pela unidade política entre as mulheres no Estado que possa levar a uma maior participação na política decisória do Legislativo. A grande preocupação não é explicitar minuciosamente cada referência conclusiva, mas demonstrar que, mesmo considerado um Estado politizado, com níveis baixos de analfabetismo e com bom nível intelectual da população o Rio Grande do Sul não

avança na mesma proporção no que tange à conscientização política de seus habitantes.

Acredito que a narrativa da trajetória da conquista do voto feminino, embora descrita nesta Tese, de forma concisa, contribuiu para demonstrar o quanto foi difícil e árdua é a caminhada das mulheres em diferentes épocas no Brasil, para aquisição do direito democrático, que é a participação política e política partidária em um cenário histórico demarcado como reduto de exclusividade masculina. A conquista do voto significou um largo passo na caminhada pela emancipação da mulher.

O voto feminino foi antes de tudo, a conquista da cidadania política feminina, os direitos políticos, que se tornaram símbolo da igualdade. Através da conquista desse direito de cidadania, foi possível abrir outros e novos espaços na vida pública da sociedade para a mulher atuar de forma efetiva, independente dos estereótipos culturais, já enfatizados na introdução desta pesquisa.

O direito ao voto trouxe às mulheres, falo especificamente das brasileiras, a oportunidade de avançar nas aquisições jurídicas e ter garantias constitucionais e a tão sonhada igualdade com os homens, na questão dos direitos garantidos pelo Código Civil em relação ao pátrio poder e a responsabilidade com os filhos. No que tange aos direitos trabalhistas as obtenções e avanços foram muitos a partir de 1937 e, se ampliaram na Constituição de 1988. Todas as conquistas que chegam até nossos dias foram alcançadas lentamente dentro do processo histórico brasileiro e mundial, conforme, expressei nas páginas anteriores.

Inobstante a história brasileira passou por períodos democráticos e autoritários, que na maioria das vezes propiciaram o aparecimento e o fortalecimento dos grupos corporativos masculinos no campo decisório, dificultando o aparecimento das vozes femininas no campo decisório da política.

A história demonstra que as grandes mudanças ocorridas na sociedade brasileira aconteceram a partir da incorporação da mão de obra feminina no mercado de trabalho e que influenciaram nos valores vigentes dos papéis tradicionais femininos. Foi através do trabalho, mas não somente por causa dele, que ocorreram mudanças significativas dos valores subjacentes atribuídos às

mulheres e que motivaram as organizações femininas a se institucionalizarem e participarem da vida política do país para reivindicarem melhores salários e condições de trabalho.

Cada vez mais as mulheres ocupam nos seus postos de trabalho cargos de comando e se destacam pela competência com que gerenciam grandes empresas, nacionais e multinacionais assim como se destacam nacionalmente por suas ações no judiciário e em Tribunais Federais brasileiros.

É inegável o avanço que as mulheres obtiveram nas diferentes composições da sociedade, como são inegáveis que no poder decisório da política institucionalizada ainda há muito para ser realizado. Para que continue ocorrendo mudanças, mesmo que lentamente, é necessário trazer para o debate a trajetória enfrentada pelas antecessoras: as conquistas, os avanços traçar objetivos, mapear necessidades, refletir sobre a realidade e trazer os estudos teóricos que tendem a contribuir e que de certa forma intervêm na sociedade como possibilidade de alterar de forma mais consciente e homogeneizadora as complexas relações que envolvem o poder e o domínio masculino neste campo, há muito tempo pré-estabelecidos.

**“UMA PROFESSORA DEPUTADA, OU
UMA DEPUTADA PROFESSORA”**



IARA WORTMAN

2 HISTÓRIA ORAL DE VIDA: PROFESSORA IARA WORTMAN

Iara Sílvia nasceu em primeiro de agosto de 1943, no bairro Floresta, em Porto Alegre, mas, ainda muito pequena mudou-se para a Glória, onde passou a infância, que segundo ela, foi maravilhosa. Brincou muito de roda, de pular corda, de esconder na rua e nos pátios das casas, as amigas e os amigos do bairro eram muitos e não havia perigo, os carros circulavam lentamente pelas avenidas e na Rua Domício da Gama nº 50, na qual residia, eram parques. Em suas caminhadas diárias para ir ao Colégio Glória, por volta de seus doze anos, tinha parada obrigatória no bar do seu Olavo, na esquina das ruas Leonardo Ribeiro e Oscar Pereira, para comprar chocolate. Iara lembra que gostava muito dos chocolates produzidos pela *Neugebauer* e que uma vez, ganhou sua mesada mensal, oferecida pelo pai, Cr\$50,00, cinquenta Cruzeiros, foi até o bar e, comprou uma caixa com cem *chocolates refeição*.

Chegou em casa e levou uma bronca da mãe pelo exagero da compra e do gasto do dinheiro de uma só vez. Ela reconhece que foi danadinha na infância da qual tem muitas lembranças, entre tantas, dos carnavais, por exemplo: havia os cordões, blocos que ocupavam as ruas e realizavam os *assaltos*, uma prática que consistiam em bater na porta das casas para pedir coisas, os proprietários ofertavam balas, doces, para alegrar a vida dos foliões.

Ao lembrar esses acontecimentos Iara considera que as pessoas viviam de forma mais saudável e com melhor qualidade nos relacionamentos, a convivência entre as pessoas era interessante; pois, sem telefone e televisão só restava ouvir rádio que funcionava quando ligado à energia elétrica. O rádio foi um importante objeto de descobertas na infância. Escutava as novelas diárias da rádio Farroupilha na companhia da avó Dorvalina. Em sua imaginação infantil, acreditava que dentro daquela caixinha da qual saía o som, havia de verdade, pessoas lá dentro e, com o passar do tempo, descobre que não era assim que funcionava.

As descobertas ocorriam de acordo com o crescimento das pessoas, tudo de acordo com as fases da idade, era fantástico, descobrir sozinha como as coisas

funcionavam. Dessa forma, foi a primeira infância da Iara no bairro Glória, onde viveu até seus 12 anos, quando sua família, pai Milton, mãe Ilda e o irmão Hilton se mudaram para outro bairro chamado Medianeira. Nesse bairro viveu sua adolescência, da qual, tem boas recordações. Os teatros que realizava com as amigas, das calças de brim coringa, abotoadas nas laterais que eram modernas, da congá e de suas alpargatas sete vidas vermelhas, que adorava, recorda desses detalhes com satisfação de tê-los experimentado de forma prazerosa naquele tempo.

Seus estudos, desde a Pré-Escola até formar-se no Magistério, ocorreram no Colégio Nossa Senhora da Glória, que até os dias atuais se localiza na Avenida Oscar Pereira 3052, zona sul da Capital Gaúcha. Do Colégio, Iara guarda muitas lembranças importantes para sua vida. Conta com orgulho que, entrou no Jardim de Infância, fez o Primário, o Ginásio e uma prova, que era semelhante ao vestibular, que se realiza atualmente, para entrar no curso Normal. Considera essa trajetória como algo que lhe trás muita alegria e satisfação. Sente forte emoção quando a turma de formandas de 1962 se reúne para comemorar o aniversário de formatura no Colégio Glória.

Os prédios, as Irmãs da Congregação Escolares de Nossa Senhora, as colegas, o contexto, evoca lindas e grandes lembranças para Iara, que considera o período, ali vivido, um dos mais bonitos da sua vida, assim como valoriza o fato de sua vida escolar ter iniciado no Jardim de Infância e ter terminado no Magistério, sair professora no mesmo colégio, acredita ser, esse fato muito marcante e de muita emoção.

Esta Instituição escolar representa para Iara o baú de suas recordações, nela estão guardadas as lembranças de um tempo vivido e experienciado um tempo de felicidade. Embora com muita disciplina. O silêncio imperava durante as aulas, principalmente quando pelos corredores caminhava a Madre Alódia, que durante longos anos dirigiu o colégio e, mais tarde, quando Iara estava no Magistério, a direção da Instituição passou para a Madre Domingas que, numa certa manhã, não permitiu a entrada da aluna normalista no colégio porque ela usava batom; a solução para poder assistir às aulas foi à retirada da cor dos lábios. As normas eram aquelas e todas as meninas, alunas, obedeciam.



Figura 1 - Iara recebe Diploma na Formatura do Primário
Fonte: Arquivo pessoal (dezembro de 1954).

As aulas eram boas, Iara gostava de canto-coral, ministrado pela Irmã Lúcia quando cursava o Ginásio. Admirava a linguagem correta expressada pela Irmã Nunila professora de Português. Gostava dos exercícios de álgebra oferecidos pela professora Ada de Matemática e, das teorias desenvolvidas pelo professor João Pedro dos Santos, de Sociologia, no curso Normal. Lembra do seu primeiro livro de leitura, com o qual se alfabetizou, como se fosse hoje, chamava-se *Queres Ler?* Era bem colorido cheio de frases como: *O Ivo viu a uva, o ovo...*, a letra era cursiva e, dessa forma se alfabetizou.

O uniforme era obrigatório: camisa branca, saia azul marinho, pregueada, abaixo do joelho, gravata com o emblema do Colégio, meias três quarto alvas de anil, sapatos pretos, lustrados, com salto baixo e fivela lateral, na mão, a caderneta escolar, azul, que era apresentada por todas na porta do Colégio; assim era o cotidiano escolar de Iara enquanto foi aluna do Glória. Mas, mesmo com toda a organização, a rigidez e o controle, o Colégio era um dos mais conceituados daquela época na capital, se destacava também, pelas participações nos desfiles da Semana da Pátria.

A preparação para o episódio cívico iniciava dois meses antes, quando as meninas do Colégio, em filas, marchavam pela Avenida Oscar Pereira, ao som da

banda marcial masculina do Colégio Marista Assunção. Era a grande oportunidade de as alunas normalistas, que cruzavam pelo meio das fileiras da banda, flertar, sem receio da repreensão das sempre atentas, Irmãs escolares.

Embora todas fossem cuidadas, ao modo da época, as relações estabelecidas entre professores e alunas eram de extrema afetividade, havia a primazia no estabelecimento de relações saudáveis no Colégio. Um exemplo é o fato da Irmã Helena, que já foi Lucília, professora de História, manter contato com suas alunas até os dias atuais. Há alguns anos, convidou algumas de suas pupilas, entre elas a professora Iara, para sua festa comemorativa de cinquenta anos de fé religiosa; segundo, a professora foi bastante emocionante.

Ela sentiu-se orgulhosa por ter sido convidada para o evento festivo e ter a oportunidade de conviver com pessoas que tiveram importância fundamental na sua vida e na sua formação profissional. Além de sua família, foi o Colégio que contribuiu para sua formação confessional católica.



Figura 2 - Formatura do Curso Ginásial no Colégio Nossa Senhora da Glória
Fonte: Arquivo pessoal (dezembro de 1958).

Freqüentou o curso de formação, a catequese durante dois anos e, aos 12 de idade, se confessou pela primeira vez, estava preparada para realizar a Primeira Comunhão, que aconteceu em um domingo de 1954. Iara se preparou: roupa

especial, longo vestido, véu, luvas e sapatos brancos, na mão um pequeno terço. São lembranças marcantes de um tempo que não volta mais.



Figura 3 - Primeira Comunhão
Fonte: Arquivo pessoal (1954).

Assim como o compromisso de freqüência às missas do domingo. Enquanto foi aluna do Glória, era obrigada a freqüentar a missa e levava sua caderneta escolar para ser assinada pelo pároco da Igreja. Essa era a comprovação exigida pela madre superiora, na segunda-feira, na portaria do Colégio. Um tempo em que ninguém questionava nada, se era certo ou errado, simplesmente obedecia.

O tempo passou e a vida escolar de lara no Colégio Glória findava. No último ano do curso Normal foi necessário realizar o estágio obrigatório, lara e mais cinco colegas desfrutavam a experiência de ser professora na mesma escola. Todas foram designadas para a Vila Dona Teodora, onde ficava a Escola Municipal Dolores Alcaraz Caldas. Atualmente é a Vila Farrapos e a escola não está mais naquele local. A Vila se localiza na zona Norte da cidade e a futura professora residia na Zona Sul, para

chegar até o local do estágio ela teria que usar dois ônibus; ao saber desses deslocamentos seu pai ficou preocupado e sugeriu a filha que não realizasse o estágio.

A resposta de Lara foi imediata: *“se não fizer o estágio não vou ser professora. Eu quero ser professora”*. Ao dar essa resposta ao pai, acredita que percorreu o curso de vida normatizado de seu tempo, pois, ao entrar no curso Normal as mulheres de sua época não se questionavam sobre a escolha profissional, os pais deixavam as filhas serem professoras, mas outras profissões, ainda, têm suas dúvidas se poderia ter exercido. O Magistério era uma profissão essencialmente feminina e, naqueles tempos, a única oportunidade de profissionalização para as mulheres, principalmente, as dos segmentos médios da população.

Lara Sílvia recebeu o diploma do Magistério junto suas colegas no Auditório do Colégio Glória dia 04 de agosto de 1962, foi um dia de grande felicidade para ela ao ter seu sonho realizado: ser professora.



Figura 4 - Após a Formatura do Magistério com os pais Milton e Ilda e o noivo Eduardo

Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 5 - Apresentação do grupo de formandas no Magistério do Colégio Nossa Senhora da Glória. Em ordem da esquerda para a direita as alunas: Marília, Cerez, Nara, Vera, Iara, Maria Líres, Luiza (já falecida), entre outras.

Fonte: Arquivo pessoal (04 agosto de 1962).

A experiência profissional na escola municipal foi muito significativa e demarcou um período muito importante da vida pessoal de Iara. Na Escola Municipal Dolores Alcaraz Caldas além do estágio de seis meses a professora Iara, a partir do dia 06 de agosto de 1962, iniciou sua vida profissional no Magistério. Através de um contrato ofertado pela superintendente do Ensino Municipal, a professora Nair Marques de Almeida, que havia sido paraninfa da turma de formandas do Colégio Glória, reconheceu a dedicação das estagiárias e deu como presente as suas afilhadas um contrato de docência. Iara estava entre elas e foi contratada. A professora Iara entrou noiva nesta escola e se tornou a Senhora Wortmann em 1963.

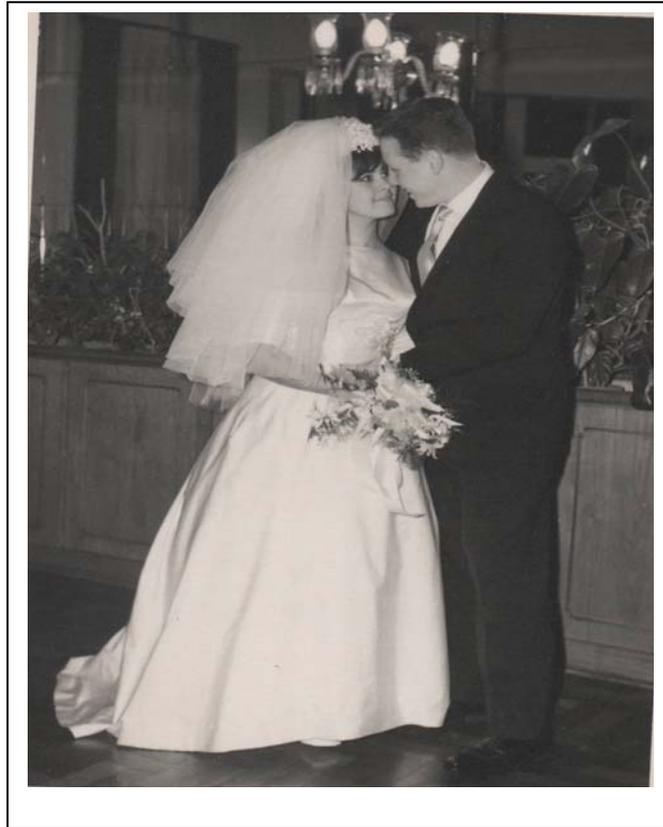


Figura 6 - Casamento de Lara Wortmann
Fonte: Arquivo pessoal.

Os grandes laços de amizade entre as colegas e a direção da Escola garantiram o bom e saudável relacionamento; a convivência desse grupo se tornou familiar. Além das reuniões semanais de planejamento pedagógico e do trabalho intenso da sala de aula a convivência com os afetos, maridos, namorados, noivos, colaborava para que a visão da profissão do Magistério fosse vivenciada de forma diferente, era muito gratificante; poder conviver no trabalho e nos momentos de diversão, fora do ambiente escolar. Mais que gratificante, na profissão, segundo a professora Lara, é ouvir de um ex-aluno: *“a senhora foi minha professora”*; é ser reconhecida pelo trabalho de sala de aula, é muito gratificante.



Figura 7 - Na sala de aula no ano de 1962. Escola Municipal Dolores Alcáraz Caldas - Turma 2ª série primária

Fonte: Arquivo pessoal (1962).

Em dezembro de 1964 a professora Iara foi nomeada para o Magistério estadual, após ter realizado concurso público, se exonerou da rede municipal de ensino assumindo uma vaga no Grupo Escolar Três de Outubro, no bairro Tristeza, na Zona Sul. Naquela época, a professora residia no bairro Medianeiro, nas proximidades da Avenida Carlos Barbosa. Para deslocar-se até o local do trabalho necessitava usar transporte coletivo, o que era muito difícil. Os horários, os deslocamentos, as acomodações não eram fáceis. Mas, apesar das dificuldades de deslocamento, o trabalho pedagógico, a relação entre os professores, direção e alunos era muito boa.

A professora Iara teve seu primogênito, Luciano, em 1965. E, em 1968, após nascer seu segundo filho, Milton, devido à distância entre o grupo Escolar e a sua residência e, frente à nova situação de vida familiar, foi lecionar no Colégio Estadual D. Pedro I, no bairro Glória, próximo da sua casa.

Assumiu, então, o quarto ano primário. Realizava seu trabalho com muito comprometimento de forma prazerosa, gostava de dar aulas. A diretora do Colégio Estadual D. Pedro I se chamava Ana Beatriz e, numa ocasião apontou para a

professora lara sua capacidade administrativa; essa observação, ainda causa espanto na professora lara, pois, tinha apenas, vinte e seis anos, não podia imaginar-se administrando uma escola. A oportunidade de se tornar administradora não foi desperdiçada. Seu nome foi indicado para representar o Colégio no curso de Administração Escolar, equivalente a um Pós-Normal, que era oferecido pelo Instituto de Educação Flores da Cunha. A professora lara foi contemplada com a bolsa de estudos iniciando os estudos em março de 1969 e durante o curso havia a realização de um estágio o qual foi cumprido no Grupo escolar Cândido Portinari, no bairro Menino Deus.

Após o estágio as professoras eram encaminhadas para as direções de escolas. Naquela época, década de setenta, não havia eleição para a direção das escolas e a Delegada de Ensino⁴³ chamava-se Neli Mariath, que exercia a direção do Grupo Cândido Portinari, e tinha como assessora a professora Eva Lucy. A professora lara e a professora Eva Lucy trabalharam juntas no Colégio D. Pedro I. O grupo de formandas do curso de Administração Escolar era composto de aproximadamente de vinte professoras e, todas seriam encaminhadas para a direção de escolas estaduais de Porto Alegre, Viamão e Grande Porto Alegre. Porém, naquele período, década de 1970, ocorria à realização do senso escolar e todas as professoras foram indicadas como pesquisadoras no sistema. A Delegada de Educação, professora Neli Mariath, organizou e destinou os grupos para realização da pesquisa em uma reunião e, no final do encontro, pediu que *lara Sílvia*, permanecesse no local.

A ênfase no seu nome se constituiu em uma identificação, pois, foi como lara Sílvia, que se tornou conhecida. Na escola D. Pedro I, porque outras duas professoras também se chamavam lara. Ficou muito surpresa, quando a diretora Neli Mariath lhe ofertou solenemente, pelas suas mãos, a direção do Colégio Cândido Portinari. Para a professora lara foi o reconhecimento da sua capacidade de trabalho.

⁴³ Atualmente, Coordenadora de Coordenadoria. À época as atuais Coordenadorias eram denominadas de Delegadas de Ensino.

Sua permanência na direção do Colégio Cândido Portinari foi de seis anos, quando engravidou pela terceira vez. Nasceu Fernanda, em setembro de 1975 a filha mulher. A família aumentou ao longo dos anos de casamento requerendo mais tempo para o cuidado e a dedicação de mãe. Iara, com apoio de seu esposo Eduardo tomou a decisão de sair da direção da escola para dispensar mais atenção aos três filhos, um com dez anos, outro com oito e a bebê recém nascida.

Acreditou que sua dedicação ao Magistério fora efetiva e bastante intensa. Era hora da família. Além disso, considera que ficar na direção de uma escola durante seis anos é o tempo limite de atuação no cargo, pois, a gestão tem tempo de duração, para que as pessoas não se acostumem e se acomodem deixando de inovar; na escola é necessário criar novas oportunidades e trabalhos.



Figura 8 - Professora Iara Diretora da Escola Estadual Cândido Portinari em uma Missa com os alunos

Fonte: Arquivo pessoal (1975).

Deixar o “Candinho”, como era conhecida a escola Cândido Portinari pela comunidade, não foi fácil, para a professora Iara pois lá existia uma grande família, uma verdadeira extensão dos lares. Mas, o lado mãe da professora falou mais alto. Em março de 1976 ela se afastou da Direção da escola e até os dias atuais,

passados trinta e três anos, ela lembra com saudades de todos os colegas que juntos caminharam durante seis anos.

A professora lara saiu da direção da escola, para exercer a função de Supervisora Administrativa das escolas da rede da 1ª Área Educacional, no bairro Cidade Baixa, pois, tinha conhecimento teórico de Supervisão Educacional, aprendido durante o curso de Pedagogia do qual recebeu diploma em 1973. Realizava um trabalho de assessoria, que orientava as escolas na formulação de suas propostas de gestão da educação.

Nesta atividade a professora lara permaneceu até início de 1979 quando foi convidada para atuar na Diretoria de Ensino da Brigada Militar, onde supervisionava os cursos que a Brigada Militar oferecia para a qualificação da corporação. Ela considera que foi mais um momento rico para a aplicação dos seus conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da sua formação educacional.

Nesta experiência encontrou antigas e queridas amigas de sua trajetória profissional, dentre elas Leda Lísia Franciosi Portal, a Celina Failace e a Valdemarina Bidone de Azevedo e Souza, tragicamente falecida no voo 2054 da TAM, em junho 2007. Posteriormente, ministrou aulas no Ensino Superior, curso de Pedagogia, do Centro Universitário La Salle, a disciplina era Legislação do Ensino. Essa também foi uma experiência gratificante, afirma a professora lara, porque fez amizade com os alunos e colegas e no segundo ano de sua atuação foi convidada para ser Parainfa de uma turma do curso.

A professora lara ressaltou infinitas vezes, no decorrer de sua narrativa, a importância da relação que mantinha com seus alunos, professor-aluno/a e vice-versa durante atuação na sala de aula. Acredita que somente a relação familiar é mais forte do que essa. Suas recordações, desse tempo, denotam a intensidade com que foram vivenciadas. Ilustra suas experiências no Magistério, através do reconhecimento de seus alunos.

Descreveu uma cena ocorrida há pouco mais de três anos, quando estava no Supermercado Zaffari e foi abordada por um rapaz que gerenciava o caixa, sendo surpreendida por sua declaração: *“Professora lara? Fui seu aluno.”* A primeira

reação foi a dúvida. Será que não está me confundindo? Faz muito tempo que não estou na sala de aula. Mas, a conversa continuou:

“Fui seu aluno no quarto ano primário no Colégio D. Pedro I. Eu e meu colega, fomos na sua casa lhe visitar. Era perto do campo do Grêmio e a senhora nos serviu Toddy, eu derramei na sua toalha branca o copo, até hoje morro de vergonha quando me lembro disso.”

Imediatamente as lembranças vieram não do Toddy derramado na toalha branca, mas da recepção de alguns alunos que na sua porta batiam para visitá-la.

Realmente, a professora recebeu alguns alunos na sua casa, eram momentos bastante significativos, de trocas de afetos e conhecimentos além muros da escola, tanto, que o ex-aluno, apesar do tempo, não havia esquecido. Eram momentos importantes, naqueles tempos, havia um outro tipo de relacionamento entre os professores e alunos, assim como, entre os colegas professores daquela escola.

Foi uma época maravilhosa para a professora lara que nos finais de semana, junto a suas colegas, realizava trabalhos e tinha uma convivência saudável. Naquele tempo o trabalho era com classes paralelas. Todos os professores das séries se reuniam semanalmente para discutir os conteúdos, a metodologia, era um trabalho muito importante porque as provas chegavam prontas nas escolas vindas do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais da Secretaria Estadual de Educação, CPOE. O aluno tinha que ter um desempenho acima da média, acima do mínimo e depois disso, os professores passaram a organizar as provas. Cada escola com o seu grupo de professores passou a ser responsável pelo desempenho de seus alunos.

O trabalho de classes paralelas fazia com que o grupo de docentes discutisse conteúdo, inclusive montasse provas em conjunto para não ficar um trabalho individual, porque o importante, segundo a professora lara, era o compromisso dos professores. A grande preocupação era com a qualidade do ensino e com a aprendizagem do aluno. Os professores trabalhavam muito nesse sentido. Quando ocorreu a Reforma de Ensino, os antigos grupos começaram a criar as séries finais,

sexta, sétima e oitava foi criado os conselhos de classe e as classes paralelas se transformaram praticamente nesses conselhos de classe.

A professora lara relata que nos finais de semana sua casa era muito freqüentada pelos colegas, pois não havia computador, só a máquina de escrever. O marido, Eduardo partilhava dessas experiências profissionais, admirava suas iniciativas e a incentivava. Para colaborar, transportava do serviço sua máquina de escrever para casa a fim de datilografar os exercícios e atividades que eram mimeografadas manualmente para ser entregues aos alunos na sala de aula durante a semana. Essas ocasiões serviam também de reunião.

As professoras do Colégio D. Pedro I planejavam suas aulas, elaboravam materiais, discutiam assuntos de seus interesses profissionais e ações pedagógicas. A professora lara, ainda, considera esses momentos vividos profissionalmente, como um diferencial daquele tempo. A entrega ao exercício profissional era uma entrega plena, intensa, muito mais que ser só professora, era a vivência de uma verdadeira educadora.

Participou duas vezes do Conselho do Centro Estadual dos Professores do Rio Grande do Sul (CPERS). A primeira vez teve conforme diz a professora lara “teve a honra de substituir Zilá Totta”, em 1988, quando ela renunciou ao mandato. E a outra vez, quando ocorreu a reeleição no sindicato e ela concorreu em uma lista tríplice que foi enviada para aprovação do Governador Simon e pelo Secretário da Educação Bernardo de Souza, na qual ela foi a indicada como Conselheira representante do sindicato dos professores do Estado. Expressa que foi um tempo de muitos aprendizados e convivência com os professores do Rio Grande do Sul. E acredita que desempenhou bem suas atribuições no tempo em que lá esteve.

Porém, após quarenta anos de sindicalizada, por vontade própria se desvinculou do CPERS por não concordar com a atuação e condução do mesmo. Acredita que sempre trabalhou pela autonomia do sindicato e não admite a política partidária dentro do sindicato. Concebe que todas as pessoas deveriam ser filiadas a um partido político e não devem confundir os papéis. As questões discutidas e de responsabilidade do sindicato são as questões do Magistério e as questões

partidárias devem ser resolvidas dentro do partido cada situação tem seu lugar próprio de discussão. A sua atitude foi muito bem pensada e refletida, mas necessária.

O tempo passou e no Governo de Pedro Simon, a professora Iara ocupou o cargo de Delegada de Educação, quando foi convidada pelo então Secretário da Educação, Ruy Carlos Ostermann, para substituí-lo; era ano eleitoral e quem iria concorrer às eleições deveria deixar o cargo público que ocupava, conforme a legislação vigente.

O Governador do Estado passou a ser Sinval Guazzelli, que ocupava o cargo de vice-governador, e a professora Iara assumiu a Secretaria da Educação em abril de 1990 e a deixou em 03 de março de 1992, permaneceu na função onze meses, durante os quais se dedicou à reorganização do currículo escolar e às questões pedagógicas da Rede Estadual de Ensino, dando continuidade ao trabalho que vinha realizando como Delegada de Educação. Na imagem a seguir, o Governador Sinval Guazzelli dá posse aos novos Secretários de seu governo. A reportagem do Jornal Correio do Povo do dia 27/04/1990, página 10, registrou o momento.



Figura 9 - Posse aos novos Secretários governo de Sinval Guazzelli

Fonte: Correio do Povo (1990, p. 10).

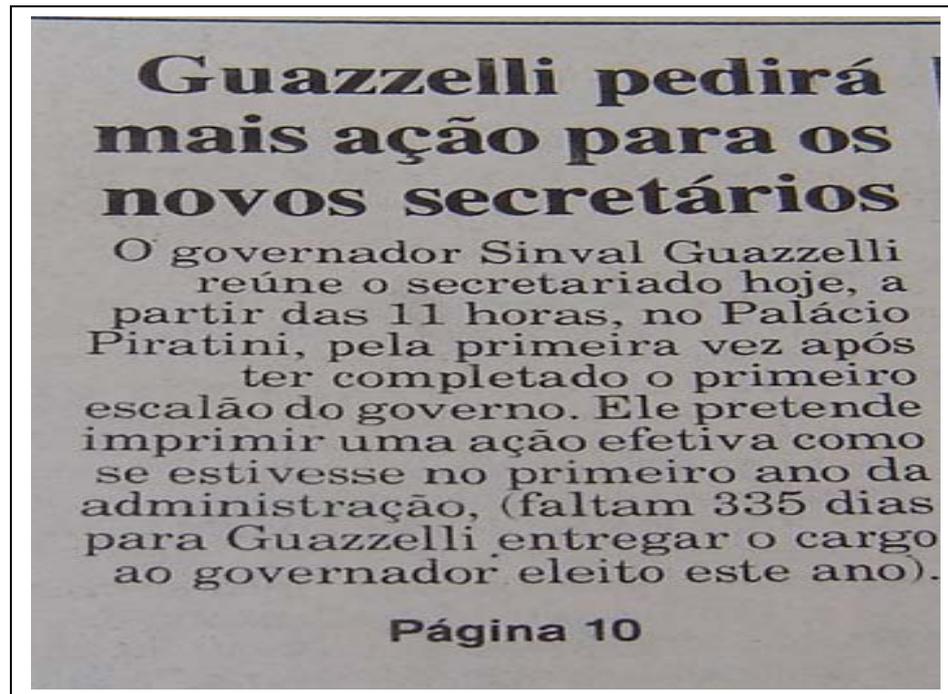


Figura 10 - Guazzelli pede mais ação para os novos secretários
 Fonte: Correio do Povo (1990, p. 10).

Desse período a professora Lara, lembra de uma viagem que fez às Missões onde esperava a comitiva para o almoço num Clube da cidade. Ela foi surpreendida por um rapaz que a ela se dirigiu informando que havia lido no jornal sobre sua estada naquela localidade. O rapaz um Promotor de Justiça, que fora ao seu encontro porque havia sido seu aluno no Colégio Cândido Portinari, em Porto Alegre. A professora sentiu uma forte emoção, automaticamente vieram as recordações e a sensação de privilégio e satisfação por ter vivido experiências tão significativas nas salas de aula, na direção da escola na convivência com a comunidade escolar. Segundo ela, só os professores podem desfrutar dessas experiências. O convívio era marcante, naquele colégio, forte; as famílias se envolviam. As quermesses eram maravilhosas, uma verdadeira comemoração que envolvia a todos.

O círculo de pais e mestres era muito atuante. Junto com a direção organizavam jantares, promoviam o colégio e a convivência entre as famílias. A professora Lara faz ares de graça quando recorda que muitos pais a chamavam de *Madre Lara*, pois, achavam a escola muito organizada, parecida com colégios de

Irmãs religiosas. Sob a direção de Iara Sílvia, cem professores ministravam aulas aos mais de mil alunos que frequentavam os três turnos do estabelecimento escolar.

Ao questioná-la sobre a fórmula dessa eficiência e o sucesso na administração dessa escola, a resposta foi pensada, como um olhar profundo para dentro de si e, veio a fala: “*tudo isso mostra que trabalhar com amor é uma coisa que dá certo, eu acho que isso aí fez com que eu realmente ficasse tão feliz de ter abraçado essa profissão que eu hoje me despeço*”.⁴⁴

Acredita que ao assumir a Secretaria da Educação deu continuidade ao trabalho que vinha realizando como Delegada de Educação no período de 1986 e 1987, com vistas à ação pedagógica. Embora tenha permanecido como Secretária Substituta num curto espaço de tempo, afirma que aprendeu muito. Porém, considera que consolidou sua ação efetiva na parte pedagógica quando assumiu, em 1995, a Secretaria Estadual da Educação, no Governo de Antônio Britto e garante que a marca de seu trabalho e da equipe que lhe acompanhava era essencialmente pedagógico. Entre as ações que realizaram está à implementação dos Parâmetros Curriculares em todas as disciplinas do Ensino Fundamental e Médio.

Além da experiência ofertada para oito escolas que se habilitaram a participar de um Projeto de Gestão de Qualidade Total aplicada ao ensino em que foi oportunizado aos diretores dessas escolas um curso de aprimoramento nos Estados Unidos. O modelo americano também foi trazido para algumas escolas, que foram escolhidas por regiões do Estado, o estudo sobre a inteligência sócio emocional, o qual a professora Iara considera de fundamental importância para a educação.

A nomeação da professora Iara para ser Secretária da Educação obteve na formação de governo a unanimidade em torno de seu nome, por reunir uma série de características importantes como: “*suporte da opinião pública, respeito entre os professores, admiração de correligionários e respeito dos adversários*”⁴⁵. Conforme

⁴⁴ Narrativa gravada em 17/09/08, às 19h. Degravada e digitalizada em poder da pesquisadora.

⁴⁵ BRITTO, Antônio. *Depoimento escrito enviado através de email profissional* em 29/10/09. Respondido e assinado digitalmente pelo ex-governado, tendo o conhecimento da utilização do documento na tese e consentido no uso de suas respostas.

descreveu o ex-governador Antônio Britto e acrescentou que durante seu governo a Secretária Lara marcou sua atuação, pois:

Lara tem por conta de seu temperamento e caráter, de levar a negociação mais difícil ou o tema mais árido em clima construtivo, respeitoso, fraterno. Ao mesmo tempo que, por conta de sua competência e preparo, defender as posições mais avançadas, mais corretas para os temas da educação. A soma de dois fatores – a habilidade pessoal e o rigor técnico – fazem da Lara uma pessoa diferenciada. E que pode enganar a muitos: com seu jeito tranquilo e negociador, sabe, e sabe muito bem onde quer chegar (BRITTO, 2009).

Com toda essa bagagem de profissionalismo e atributos pessoais, a professora Lara tem concepções apropriadas sobre a importância da escola na vida do aluno. Concebe que o papel da escola não é só desenvolver conteúdo, mas se preocupar com o bem estar do aluno, porque se ele não estiver bem emocionalmente, não irá aprender. Aprender, segundo a professora Lara, é fundamental na vida de qualquer ser humano, mas o mais importante é aprender a “ser”, “se a pessoa não sabe ser”, não sabe fazer.

Conforme conta a professora, a experiência com os educadores americanos que vieram palestrar sobre a inteligência sócio emocional foi muito rica; todos que dela participaram passaram a ter um novo olhar sobre o aluno e a educação. Aconteceu rica socialização das experiências entre os educadores, trocas sobre suas experiências de sala de aula, é uma prática que nunca se esquece, nunca morre, segundo a professora.

A professora Lara faz questão de afirmar que todas as oportunidades de qualificação profissional ofertadas pela Secretaria de Educação estiveram baseadas nos princípios democráticos da liberdade de escolha. Nenhuma escola ou professor foram obrigados a participar dessas atividades ou dos estudos. Quando determinadas escolas eram escolhidas para participar das atividades, os professores manifestavam suas opiniões, as escolas que participaram das atividades educativas estavam envolvidas com o processo e o desejo da mudança ou da transformação das ações educativas.

Acredita, a professora lara, que sua atuação na educação também foi pautada pelo uso da democracia: nada foi imposto, tudo foi socializado. As escolas que quiseram ter uma experiência diferenciada participaram do projeto. Garante que toda experiência faz parte do processo pedagógico e os professores, passam a ver seus alunos de outra forma, como um ser humano inteiro, como ele realmente é.

A professora lara crê que sua trajetória de participação em cargos administrativos se origina de sua formação no curso de Administração Escolar, realizado no Instituto de Educação Flores da Cunha e que a aquisição de experiência vem da unidade entre a teoria e a prática e as aprendizagens da vida, principalmente as coletivas, as que ocorrem nos grupos de trabalho em que se desenvolvem parcerias. Essa bagagem ela carregou na sua caminhada profissional, quando foi Presidente da Associação dos Administradores de Educação no período de 1985 a 1987, um trabalho que gostou muito de ter realizado.

Durante o período em que foi Secretária da Educação do Governo Britto, 1995 a 1998, viajou pelo Estado, conheceu a realidade escolar do interior gaúcho e a professora lara lembra de um episódio que aconteceu em Palmeiras das Missões. Contou-me ela que a maioria das escolas têm bibliotecas com o nome dos escritores gaúchos. Nessa escola que visitava com o Governador a biblioteca se chamava Érico Veríssimo. Ele, em uma conversa com a diretora da instituição, perguntou se havia o livros Clarissa na biblioteca, pois, fora a primeira leitura que havia realizado quando estudante; a responsável respondeu que não havia livros de escritor nas estantes e esse fato se transformou em projeto para todas as escolas do Estado.

Relata a professora lara que foi muito bonita a ação, o projeto se chamou "*Estantes do Rio Grande*" e abasteceu as bibliotecas das escolas estaduais com livros de escritores gaúchos e com a História do Rio Grande do Sul. A ex-secretária explica que é necessário contextualizar para aprender, "se nós não conhecemos a nossa cidade, começando desde pequena na nossa rua, nosso bairro, nosso município, nosso Estado e o Brasil, como é que agente vai querer conhecer o mundo," e, foi neste sentido que acredita ter contribuído para que a educação no Estado avançasse, investindo na leitura e na qualificação das bibliotecas, o que instrumentaliza os alunos a ter conhecimento e ampliar conhecimento.

Posterior a atuação como Secretária Estadual de Educação a professora Iara concorreu a uma vaga de deputada no Parlamento gaúcho no ano de 1998, foi eleita como segunda suplente e, como não tinha previsão de assumir a vaga na Assembléia Legislativa concorreu no ano de 2000 à vice-prefeita na candidatura de César Bussato (PMDB) à Prefeitura de Porto Alegre.

Os jornais do período realizaram ampla cobertura deste pleito eleitoral. Em muitas páginas estiveram estampadas as fotografias e reportagens com e sobre a professora Iara e sua participação na eleição concorrida de 2000, como exemplifico com alguns recortes a seguir.



Figura 11 - Participação na eleição de 2000

Fonte: Zero Hora (2000, p. 10).



Figura 12 - A professora Iara divulgando sua Campanha eleitoral na frente de sua antiga Escola Estadual Cândido Portinari

Fonte: Zero Hora (17/08/2000, p. 6).

A campanha eleitoral para a prefeitura de Porto Alegre no ano de 2000 foi exaustiva, a professora Iara trabalhou intensamente, dedicou-se aos debates, às carreatas, às visitas na periferia, participou de programas televisivos, mas o resultado foi a eleição de Tarso Genro, do Partido dos Trabalhadores. Mas ela considera que adquiriu uma grande experiência e que viveu intensamente aqueles momentos.

A professora Iara assumiu uma cadeira no Parlamento em 03 de janeiro de 2001, representando o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Recebeu a posse das mãos do presidente da Assembléia Legislativa Otomar Vivian que proferiu, entre outras, as seguintes palavras,

“(...) É gratificante darmos posse a mais um parlamentar [...], uma mulher, e uma mulher com as qualidades pessoais, com o passado de vida pública com as condições morais de honestidade, de dignidade e de fé cristã da deputada Iara Wortmann (...)”⁴⁶.

⁴⁶ Compilação do Discurso do *Diário da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. 03/01/2001. p. 8.

No término da explanação muitos aplausos oriundos da platéia que lotou o Plenarinho da Assembléia.

Emocionada, a deputada Iara Wortmann se dirigiu à Tribuna para enunciar o primeiro pronunciamento como Parlamentar. Com o firme propósito de lutar por uma sociedade mais justa e igualitária, defender a implantação de políticas sociais para atender à população mais carente do Estado e fiscalizar as ações da administração estadual, assim como:

(...) continuar trabalhando pela educação com a consciência de que como parlamentar, minha atuação será ampliada. Quero com a postura e a didática de professora que sou, assumir todos os desafios que estiverem ao meu alcance buscando melhor qualidade de vida – no sentido mais- amplo da expressão – de todos os gaúchos. Minha atuação como deputada continuará na mesma linha de postura ética que sempre pautou toda minha vida pessoal e profissional. Assumo com a consciência de que sou uma professora que chega ao Parlamento gaúcho com o respaldo de 24.695 eleitores, com a vontade de resgatar o respeito e a valorização dos professores⁴⁷. (WORTMANN, 2001, p. 08).

A deputada Iara expressou seu compromisso com o mandato que assumiu através do voto popular e conforme expressou em seus discursos pronunciados na Tribuna da Assembléia Legislativa cumpriu com o que se comprometeu. Ter um olhar especial sobre a Educação, os professores, alunos e a comunidade escolar do Estado. Sem esquecer de sua condição primordial - ser mulher. Por priorizar a condição feminina recebeu o Troféu Mulher Cidadã, em 1999, quando teve seu trabalho reconhecido na área da Educação da Mulher e, segundo ela, foi muito significativa a premiação. A deputada Iara Wortmann entregou em 09 de março de 2001, o mesmo prêmio que havia recebido, a algumas mulheres que tiveram seu trabalho reconhecido. Nessa homenagem, frisou que a representação pública das mulheres não é puramente uma questão estatística dizendo:

Precisamos olhar para além dos números e avaliar o impacto que a ação feminina tem provocado sobre a política contemporânea. E, com certeza, esta ação está mudando a forma de ver o mundo, mudando a forma de fazer

⁴⁷ Compilação do Discurso contido no *Diário da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul*. 03/01/2001. p. 8.

política. O grande desafio é construir uma nova cultura política que não seja nem masculina, nem feminina, mas humana⁴⁸. (WORTMANN, 2001, p. 1).

Na Assembléia enquanto parlamentar Presidiu a Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia. Relatou o Projeto de Lei da criação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), em parceria com o deputado Edson Portilho, do Partido dos Trabalhadores, o qual teve aprovação por unanimidade. Organizou e participou do Fórum Democrático para debater a criação da Universidade Estadual, no período de 19 de abril a 28 de maio de 2001, que originou 22 audiências públicas em encontros regionais. Coordenou a Subcomissão Mista de Valorização da Vida e Combate às Drogas, trabalho que foi extremamente gratificante realizado em 22 audiências públicas que resultou na produção de um caderno com as reivindicações, preocupações e atividades realizadas em cada região, como forma de prevenção.

Os diferentes grupos das regiões trocaram experiências das atividades realizadas no combate às drogas. Segundo, a ex-deputada o Parlamento gaúcho não pode ficar alheio ao problema e deixar de discutir com a sociedade. É possível trabalhar em parceria e poder contar com os três poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Brigada Militar e empresas para a melhoria da qualidade de vida dos adolescentes e jovens do Estado. A ex-deputada recorda que:

Por mais que eu viva, jamais vou esquecer a emoção de ter visitado algumas ONGs e fazendas que atendem dependentes químicos. Às vezes, ficamos distantes dos problemas e achamos que não é conosco. Aprendemos muito, especialmente, no momento em que começamos a participar das discussões e a ouvir os usuários de drogas. Talvez nos meus 46 anos de magistério, minha maior escola foi ter tido a oportunidade de coordenar a Subcomissão de Valorização da Vida e Prevenção ao Uso de Drogas. As experiências que ouvi e vi foram uma lição de vida. É importante termos essa atuação e dar-se conta que a droga está destruindo famílias. Se pudesse começar de novo eu iria propor a continuação desse trabalho de valorização da vida e prevenção ao uso de drogas no Legislativo gaúcho⁴⁹. (WORTMANN, 2009).

⁴⁸ *Diário da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. Ano LVII. Porto Alegre, 09/03/2001. p. 1.

⁴⁹ Declarações compiladas da conversa do dia 20/08/09.

Por esse trabalho empreendedor e vanguardista a Assembléia Legislativa recebeu do governo Federal a medalha de *Valorização da Vida*, reconhecida nacionalmente. Assim como a ex-deputada Iara Wortmann foi agraciada com uma homenagem e, também é reconhecida por ter implantado o programa “Deputada Por Um Dia” para marcar as comemorações do Dia Internacional da Mulher. Ela sente orgulho do convite que recebeu do então Presidente da Assembléia, o atual Senador Sérgio Zambiasi para ser vice-presidente da Escola do Legislativo.

Uma das principais iniciativas da Escola é o projeto “Deputado por Um Dia” que objetiva trazer alunos da 7ª série do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio para conhecer o processo legislativo, apresentar projetos de lei e vivenciar as funções do parlamentar. Muitas matérias elaboradas pelos alunos podem ser apresentadas pelos deputados; é uma forma de participação política direta e real é um aprendizado proporcionado aos alunos; é uma forma de aprendizado, argumenta a ex-deputada. Assim como oportunizou as meninas a participarem das sessões plenárias no mês de março em comemoração ao dia Internacional da Mulher, mas a estratégia foi repensada e, atualmente, os meninos também participam, pois, segundo a ex-deputada “os homens devem participar das discussões de gênero”.

Considera a ex-deputada Iara Wortmann, que viveu na Assembléia um período muito rico em experiências, porque participou de ações importantes como o Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional para debater com as comunidades projetos de relevância como o Orçamento do Estado quando viajou pelo Rio Grande levando a proposta de análise e discussão do orçamento. Atualmente, o Fórum Democrático continua atuante e forte.

É uma ferramenta que serve de elo entre o Legislativo gaúcho e as comunidades, além de ter empreendido uma forte luta para resgatar o retorno do Colégio Tiradentes, em Porto Alegre, para a administração da Brigada Militar. O governo do PT não queria que a instituição continuasse ligada a BM. Essas ações são guardadas na memória da ex-deputada.

A ex-deputada e professora Iara Wortmann foi eleita para Assembléia Legislativa com 24.695 votos em mais de 400 municípios, mesmo assim foi suplente,

assumindo a vaga em 2001. Sua votação, segundo ela, foi atrelada a sua atuação no Magistério. Crê que foi a experiência como professora que a trouxe para a Assembléia, tanto que em seu discurso de posse enfatizou que estava assumindo como professora/deputada ou como deputada/professora.

A sua grande realização enquanto parlamentar foi poder exercer todas as convicções de educadora que, sem sombra de dúvidas, são bastante significativas, e sente orgulho de ter pautado suas atuações voltadas à educação. Pensa que sua contribuição enquanto parlamentar nos dois anos que esteve legislando não foi criar Projetos de Lei mirabolantes, mas entender que a Assembléia Legislativa tem um papel pedagógico de viabilizar e fortalecer a ação da cidadania a começar pelo aluno, com a Escola do Legislativo, isso foi o que pautou suas ações.

No ano de 2002 ela concorreu novamente à vaga de deputada, mas não se elegeu, encerrando sua vida na política pública. Segundo a professora Lara fazer política não é só ter mandato, é atuar politicamente mesmo sem ser candidata; afirma que faz política, é Secretária Geral do Partido Popular Socialista (PPS) em Porto Alegre e integra o Diretório Estadual e a Executiva Estadual do partido. Acha que tem que atuar em outras frentes, e que tem o papel junto do partido, agora, é fazer com que as mulheres do seu partido possam atuar junto com os homens para modificar, essa política, neste momento tão difícil.

Expressa que é muito difícil fazer política porque os partidos são machistas, é difícil a mulher fazer campanha, ter seu espaço. Os homens ainda acham em pleno século XXI que as mulheres não têm a condição ferrenha de ir para o embate, para a discussão. Concebi que essa situação só vai mudar quando todos os partidos estatutariamente respeitarem a cota de Gênero. Essa é uma discussão imprescindível dentro dos partidos. Sabe que ser feminista é lutar pela igualdade de Gênero independentemente do sexo e acredita que a verdadeira democracia só vai existir quando houver igualdade entre homens e mulheres, conforme garante a Constituição.

Enfatiza que a mulher ao ocupar seu espaço na sociedade tem que ser competente, saber o que quer, estar situada no mundo, contextualizar, agir para modificar o mundo que a cerca, principalmente dirimir as desigualdades sociais e

integrar cidadãos que possam atuar no contexto da sociedade. Entende que a Educação é um dos vieses para se alcançar a igualdade e a melhoria social, mas não é tudo, ela é o reflexo da sociedade, é excludente, desde que, alguns não tem oportunidade. Chegou a hora, segundo a professora, de o professor parar de dizer que não é político. Ele pode não ser partidário, mas a educação tem lado, de continuar a situação como está ou modificá-la; lutar pela qualidade, possibilitar ao indivíduo o seu desenvolvimento para que possa se tornar cidadão. O grande papel da escola é fazer com que os alunos sejam críticos, reflitam atuem na realidade que os cerca, que eles tenham autonomia no pensar e no agir. Esse é o valor da educação para a formação política dos cidadãos, assim pensa a ex-deputada.



Figura 13 - Professora lara com suas maiores paixões: os netos

Fonte: Arquivo pessoal.

A mulher lara Wortmann acredita que na sua vida nada foi por acaso e que nasceu educadora, sempre pautou seu trabalho em uma entrega por inteiro mantendo seus vínculos afetivos e familiares com prioridade. Caracteriza-se pela garra, dedicação e o gosto pelo desafio, tem um temperamento forte, é uma guerreira porque enfrentou muitas batalhas é uma pessoa de fortes posições, mas não se considera intransigente, define sua vida como a música de Roberto Carlos “*Emoções*”, foram muitas ...

“CRITIQUEI, EXIGI E ME REBELEI”



MARIA AUGUSTA FELDMANN

3 HISTÓRIA ORAL DE VIDA: PROFESSORA MARIA AUGUSTA FELDMANN

Maria Augusta fez História Natural pensando em pesquisar, ser bacharel. Optou pelo curso porque oferecia também a formação em Ciências Biológicas e Ciências Geológicas. Ela iniciou sua formação acadêmica na Universidade Federal de Santa Maria, paralelamente realizou concurso para escriturária na Instituição, foi efetivada e passou a trabalhar lá. Seu pai, não queria, achava que a filha deveria somente estudar, se formar e depois sim, trabalhar. Acredita Maria Augusta, que esse pensamento paterno se devia a época em que vivia, mas principalmente pela forma como o pai investiu na família, segundo ela, foi criada “*a moda antiga*”, estudou Francês, Inglês, piano e música desde a infância.

Ela continuou seus estudos e prosseguiu com as atividades extras. Por acreditar que não podia decepcionar seu pai e, porque era algo muito prazeroso em sua vida, conciliou o trabalho na Universidade e suas atividades extras. Diz que foi um período de muitos sacrifícios que valeram à pena. Mas, Maria Augusta casou e teve que se transferir para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul em Porto Alegre.



Figura 14 - Maria Augusta 16 anos. Participação de apresentação de piano
Fonte: Arquivo pessoal (1962).

Seu casamento com Carlos Jader Feldman ocorreu dia 15 de fevereiro de 1969 e modificou sua vida. Maria Augusta pediu exoneração do cargo que ocupava na Universidade Federal de Santa Maria, e passou a viver em Porto Alegre com o esposo. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, se submeteu as adaptações necessárias para concluir o curso em Ciências Naturais. Passado dois anos as condições econômicas do casal não permitiram que em Porto Alegre continuassem a viver. Optaram em 1971 pela transferência para a cidade de Dom Pedrito, interior do Rio Grande do Sul, que oferecia ao seu esposo, a oportunidade de trabalhar como médico radiologista no Hospital da cidade. Seu esposo iniciou a residência em Cardiologia e posteriormente concluiu Radiologia.

Maria Augusta acostumada a trabalhar e estudar se viu perdida na cidade interiorana, mas logo buscou uma forma de empregar seu tempo. Iniciou sua ação se oferecendo para lecionar nas escolas da cidade, porque de certa forma sua formação era em licenciatura. Nas Escolas públicas não havia vaga para Biologia, mas na Escola Normal havia para complementos de Química, ela não relutou, acreditou no seu conhecimento em bioquímica, adquirido na Universidade e, passou a ministrar aulas no Curso Normal; ao mesmo tempo em que, também, assumiu na Escola pública a disciplina de Física para o Segundo Grau.

Todas as situações eram novas para professora Maria Augusta, que se incumbiu da responsabilidade de ensinar matérias que não conhecia profundamente, mas não se intimidou. Passou a estudar para ministrar suas aulas, pois, já tinha um conhecimento prévio dos conteúdos que trazia na sua bagagem de estudante. Iniciou suas atividades e a disciplina de Ciências ficou sem professor porque a titular estava em licença gestante. A professora Maria Augusta não titubeou, enviou solicitação para assumir a vaga para a Delegacia de Ensino de Bagé, mas soube poucos dias depois que também havia se oferecido para ocupar a vaga, um senhor, farmacêutico de natural daquela cidade.

Ela então expediu um telegrama para o Secretário de Educação com os seguintes termos, os quais ela lembra nitidamente: “*solicito informações porque contratação de pessoas sem titulação para o cargo, tendo em vista que estou aqui no quarto ano de..., etc e tal*”. Ao contar os fatos aos familiares, eles

desacreditaram que o Secretário fosse se sensibilizar com o pedido, mas dez dias depois chegava a resposta do Coronel Mauro da Costa Rodrigues, Secretário da Educação no ano de 1971, que por telegrama comunicava a professora Maria Augusta de sua contratação, por um período determinado, para ocupar o cargo da professora licenciada; e, que seu “fono” já havia sido enviado para a Delegacia de Educação para que ela assumisse imediatamente a disciplina de Ciências na Escola Estadual José do Patrocínio.

Essa foi uma lição que Maria Augusta jamais esqueceu e passou para suas filhas a experiência que, “quando se quer alguma coisa que entendemos ser nosso direito, devemos buscá-la, devemos ter coragem, de enfrentar as situações, nunca desistir antes de tentar, mesmo quando achamos difícil ou quase impossível”⁵⁰. É preciso tentar, mesmo que não consiga; este ensinamento ela jamais abandonou em sua trajetória profissional e política.

A professora Maria Augusta passou a lecionar Física para o Segundo Grau na Escola Estadual José do patrocínio, Considera que foi nesta atividade, ao dar aula de Física, para o terceiro ano Científico que enfrentou o seu primeiro grande desafio que despertou a sua maior paixão, o Magistério, e passou a ser professora. Seu maior incentivo foi um aluno que teve no terceiro ano colegial, um rapaz negro, de uma família simples, com traços muito bonitos, e se chamava Manoel.

A professora Maria Augusta preparava suas aulas à noite e, muitas vezes, invadia a madrugada, pois, necessitava entender o conteúdo para poder explicar a seus alunos. Na maioria das vezes selecionava três problemas, ditava o primeiro, e enquanto fazia a chamada o Manoel já tinha resolvido o problema no quadro. O mais curioso, segundo ela, é que ele elaborava suas respostas em um só cálculo. A professora olhava para o seu caderno aberto em cima da sua mesa, que tinha no mínimo três páginas escritas e, lembrava da noite que havia passado quase em claro para chegar na mesma resposta que Manoel, passado alguns minutos ela pensou: vou aprender a simplificar com o aluno.

⁵⁰ Narrativa compilada literalmente do encontro de 04 de abril de 2008.

Pedia a ele que viesse até o quadro e explicasse para a turma, a maneira como resolvia os problemas de Física; ele tinha uma forma perfeita de raciocínio e, a partir dessa situação, a professora foi se encantando pela maneira de ensinar, pela descoberta conjunta do conhecimento, em que a troca é fundamental, afirma Maria Augusta. Ela considera que esse fato, foi decisório para sua escolha profissional. Porque a cada aula, a cada novo conteúdo havia uma descoberta, mais um desafio e um encantamento. O mais desafiante, segundo a professora, era dirimir as dúvidas com um amigo engenheiro, que lhe ajudava nas horas difíceis. Cada cálculo resolvido de forma correta era uma vitória, era a certeza de que ela sabia fazer. Essa segurança impulsionou a professora Maria Augusta a encontrar a sua maneira de ensinar, de se comunicar. Foi um processo gratificante vivido em um belo período de sua vida, relembra com carinho.

Em 1973 a professora Maria Augusta retorna para Porto Alegre e acreditando na impossibilidade de conciliar seus estudos na Universidade com as aulas na escola, vai até a Secretária da Educação para se exonerar da disciplina de Física. Lá chegando foi persuadida a continuar com o contrato e lhe foi ofertada uma vaga para Ciências ou Biologia na Escola Agrícola Daniel de Oliveira Paiva de Cachoeirinha. Então a professora passou a ministrar aula à tarde e freqüentar a Universidade pela manhã e às vezes à noite.

Embora tenha sido prazerosa a experiência na Escola Agrícola era muito cansativa, porque os professores para chegarem até a escola tinham que caminhar mais ou menos três km a pé em uma estrada de chão batido, relata a professora. Mas mesmo assim era compensadora a experiência, principalmente pelo excelente ambiente de amizade que era vivenciado, as caronas, os cafés, a divisão e trocas de ensinamentos. A professora estava no quarto ano da Faculdade, grávida de sua primeira filha Karen.

Realizava no Colégio Aplicação da UFRGS sua Prática de Ensino, vivia duas realidades educacionais distintas, o que tornava cada vez mais interessante a experiência de ser professora. No Colégio Agrícola os alunos eram tranquilos, mas no Colégio Aplicação a situação era bem diferente. A professora Maria Augusta lembra que substituía um colega que fora para o Projeto Rondon, no Terceiro Ano

Colegial, quando iniciou uma explicação sobre citologia, desenhou uma célula para explicar, expressou alguns conceitos e logo em seguida um rapaz levantou a mão e disse que o professor do cursinho pré-vestibular tinha explicado diferente aquele assunto, que o “meato intercelular” não era aquilo, que a forma como a professora estava descrevendo era incorreta.

A sala virou numa gargalhada de adolescentes, e, a professora Maria Augusta olhou para o aluno e disse: a próxima aula é tua, o tema é “meato intercelular”. Vale dez ou zero e, passou para o próximo conteúdo. Na aula seguinte o aluno se desculpou disse que a maneira que a professora havia explicado era correta e explanou o conhecimento sobre o assunto, terminada a explicação, a professora elogiou e disse que a nota era dez.

Acredita que dessa forma impôs respeito e conquistou os alunos sem impor atitudes agressivas e discussões desnecessárias, essa foi uma das estratégias que usou sempre em sala de aula. Foi nesse ritmo que a professora Maria Augusta engravidou da sua segunda filha Sheilla, que nasceu quando Karen tinha um ano e dois meses. Teve que optar por realizar o estágio em Paleontologia na UFRGS e continuar a lecionar nas duas escolas.

A professora Maria Augusta se afastou do estágio e conseguiu transferência da Escola Agrícola de Cachoeirinha para Porto Alegre; passou a trabalhar no Colégio Padre Réus, na zona sul, próximo à sua residência. Permaneceu nesse Colégio até 1975, quando se afastou para acompanhar o marido a Londres, onde ele realizou especialização. O grande problema da professora naquele período foi conseguir licença para seu afastamento da escola, já que não havia sido nomeada. Por ser contratada necessitava se exonerar do cargo para viajar; visto que a única forma possível de suspensão de contrato era de competência exclusiva do Governador. Tentou de todas as formas não efetivar essa ação.

E conseguiu. Recebeu ajuda da professora Ecléa Guazzelli, que na época era a esposa do Governador do Estado, Sinval Guazzelli. Maria Augusta credits aos acasos da vida o que aconteceu. O fato se originou de exames médicos, de rotina, que o Governador foi fazer no Instituto de Cardiologia do Rio Grande do Sul, sendo

que, um dos médicos que o atendeu foi o esposo de Maria Augusta, que comentou o assunto da viagem e da situação da esposa como professora.

A professora Ecléa, sabendo da eterna falta de professores, se dispôs a solucionar o problema, pediu a professora Maria Augusta que a procurasse e foi o que ela fez. Ela conseguiu com que fosse sustado seu contrato, quando retornou, em 1976, assumiu a vaga e realizou dois concursos para Biologia e Ciências, pois, já havia terminado seu curso na URGs e possuía licenciatura nas duas disciplinas. Após nomeada permaneceu no Colégio Padre Reus.

A atuação da professora Maria Augusta foi com o Segundo Grau⁵¹ especificamente o terceiro ano colegial, ela lecionava Biologia e ficava muito preocupada com a aprendizagem de seus alunos. Fazia com que eles entendessem o conteúdo ministrado e não apenas decorassem os conceitos. Lembra que os alunos entravam na série sem saber nada sobre as profissões, sobre sexo, enfatiza, que os diálogos familiares não existiam e, que a escola também silenciava sobre essas temáticas fundamentais para a vida dos adolescentes.

A partir dessa realidade a professora Maria Augusta percebeu que podia orientar seus alunos e iniciava suas aulas falando de células, óvulos, espermatozoides; conversava com eles sem agredir, sem invadir espaços, ministrava aulas diferentes, falando de métodos contraceptivos. Essa metodologia encantava e ao olhar para seus alunos, a professora, percebia nas feições dos mesmos a curiosidade, o interesse, recorda a professora. Nas aulas não se ouvia o barulho de uma mosca, havia uma reciprocidade entre eles, era muito gratificante, expressa a professora Maria Augusta.

Ela acredita que mais dois componentes contribuíam para que houvesse silêncio em sua disciplina: uma em função dos assuntos tratados e da seriedade com que a professora trabalhava nas salas e a outra porque era exigente e muito rígida com relação a disciplina e o aprendizado. Mas havia a hora das brincadeiras e do lúdico, afirma Maria Augusta. Conta ainda, que nunca entrou em conflito com

⁵¹ Denominação atual é Ensino Médio.

seus alunos, apenas em discussões ferrenhas sobre o conteúdo como por exemplo: as teorias sobre origem da vida e evolução das espécies. Quando as diferentes teorias provocam pontos de vista distintos. Nessas discussões ela procurava estimular os alunos, pois, as mesmas, provocavam o exercício do raciocínio e demonstravam conhecimento e capacidade de empreender relações e leituras de mundo.

Os anos foram passando e a professora Maria Augusta foi aprimorando suas aulas, passou a convidar enfermeiras e médicas para palestrar, certa de que essas falas complementavam tecnicamente suas orientações aos alunos e também os deixava mais a vontade para perguntar. A forma didática e a linguagem adequada faziam com que os alunos esperassem ansiosos pelas aulas ao mesmo tempo em que a escola passava a ser um lugar interessante, prazeroso e de utilidade para eles, acredita a professora.

Embora tenha cursado uma Faculdade, realizado estágio, ter estudado diferentes teorias sobre didática e principalmente Prática de Ensino a professora Maria Augusta crê que seu verdadeiro aprendizado de ser professora ocorreu na sala de aula, com o Manoel, com os colegas e outros tantos alunos que freqüentaram suas aulas. Considera que foi uma boa professora que através do domínio do conteúdo e da forma de explicar teve sua ação qualificada nas salas de aula; aprendeu experimentando, concebe ela.

Nas aulas de Biologia ela sempre ensinou a partir da *etmologia* das palavras. O quadro ficava colorido, com os desenhos e com as palavras mais importantes em destaque. Quando explicava as “anomalias cromossômicas”, dizia não só, como se formavam, mas que características as pessoas portadoras apresentavam, características que fossem interessantes, capazes de garantir a memorização. Costumava desenhar um óvulo e o espermatozóide, desdobrando os gametas, que ao serem divididos, formavam as diferentes anomalias, que se caracterizavam pelas diferentes cores do giz, que a professora traçava no quadro verde.

Aparentemente o quadro ficava desorganizado, relata a professora, pelas relações que estabelecia entre as cores, para interligar o x com o y ; mas ao terminar suas explanações ela sentia que as turmas haviam entendido o conteúdo e seriam capazes de empregá-los em atividades e avaliações. Segundo a professora Maria Augusta, as avaliações que realizava não eram fáceis, pelo contrário eram muito bem elaboradas para não dizer difíceis. Isso fazia com que os alunos estudassem se sentissem desafiados, exigidos. Ela se orgulha dessas ações que na grande maioria das vezes produziu bons resultados aos alunos.

Fato comprovado quando recebeu o telefonema de um ex-aluno que foi aprovado no vestibular de Medicina, ele relatou que havia uma questão dissertativa na prova referente a uma “*síndrome*” e, que ele não havia estudado, mas recordou das aulas de Biologia, da professora “dançando” na frente do quadro, com os gizos coloridos em sua mão, que se cruzavam dando o resultado da “*síndrome*”, ele lembrou exatamente em que lugar no quadro verde estava à síndrome solicitada, acertou a questão, e ligou para agradecer os ensinamentos. A professora Maria Augusta conta com detalhes o fato e, sente-se feliz de ter proporcionado um aprendizado efetivo aos seus alunos. Ela afirma, que essa é uma experiência que só os professores têm é a maior gratificação da profissão.

Dos tempos do Colégio Padre Reus a professora Maria Augusta só guarda lembranças saudosas, de muitos anos de trabalho e convivências. Diz que o Colégio era maravilhoso, tinha professores muito bons que acreditavam na proposta pedagógica e que investiam em estudos. Organizavam grupos de estudos, nos quais liam Paulo Freire, Moacyr Gadotti, entre outros.

A participação do corpo docente era efetiva dos quais ela se lembra do nome de Maria Luisa Xavier, Vera Barbosa, Maria Celeste Silva. Professores comprometidos com os estudos das quartas feiras após as 10h da manhã e às 16h, o pouco tempo deixava assuntos pendentes que eram equacionados através de telefonemas, em horários disponíveis, mas tudo era operacionalizado graças ao grupo comprometido e interessado de professores. Esse grupo, segundo a professora, tinha a preocupação de acompanhar as transformações pelas quais

passava o mundo, atualizar as ações pedagógicas para que as aulas e a escola fossem mais atraentes para os alunos.

A educação é um processo que precisa acompanhar as transformações, adequar-se as mudanças para não ficar estacionada no tempo, no passado, tem muito para ensinar; mas as inovações, as descobertas devem ser incorporadas às práticas pedagógicas, positivas, na escola; tem que haver motivação, é isso que está faltando nos dias atuais declara a professora Maria Augusta. Crê, ainda, que na atualidade, os salários dos professores, além de outros fatores, seja um grande desmotivador da ação pedagógica, pois, os educadores têm que sobreviver com seus ganhos; trabalhar em três ou quatro escolas para honrar seus compromissos, declara a professora.

Não existe mais tempo para se pensar na profissão, nas ações, na prática, nos alunos. É necessário que exista reflexão para se pensar, para ver as coisas, para entender e trazer o mundo para dentro da sala de aula, para se investir na qualidade do ensino, esses pensamentos povoam a mente da professora Maria Augusta.

Ela se afastou do Colégio Padre Reus por duas vezes a primeira quando foi trabalhar na Secretaria de Educação Municipal junto à Secretária Terezinha Irigaray em 1986. A professora assumiu a diretoria da Divisão Educacional e, afirma que foi um tempo bastante confuso no qual pouco empregou sua experiência de sala de aula. O que foi exigido da professora Maria Augusta era a confirmação de que as afirmações do prefeito Alceu Collares, que havia alunos excedentes na Rede Municipal de ensino, eram reais, de fato ocorriam. A checagem desses dados era feita pela Diretoria de Ensino; um trabalho muito intenso, de muitas divergências. Segundo a professora, um projeto educacional não pode ser resumido a contagem de números de alunos, a salas de aula, a remanejamento de professores declara ela.



Figura 15 - Posse como Diretora de Educação na Secretaria Municipal de Educação 1985 na presença da Secretária Terezinha Irigaray
Fonte: Arquivo pessoal (1985).

Professora Maria Augusta trabalhou muito, além de não encontrar a confirmação dos dados, entendeu que tinha um compromisso com a Educação e não com um discurso político. Voltou para a sala de aula no Colégio Padre Reus. A outra vez que se afastou da Instituição de Ensino, foi quando iniciou sua participação no Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul⁵², Cpers, em 1979. Afirma Maria Augusta que nunca tinha se preocupado com Sindicato, organização sindical. Era associada porque alguns professores do sindicato um dia passaram na sua escola motivando a associação. Ela atendeu a chamada. Quando iniciou a mobilização em 1979, por melhores salários e por uma educação de qualidade, acreditou que era justa e necessária sua participação.

Embora o sustento de sua família viesse de outras fontes, ela se solidarizou com os colegas que pagavam cursos, sustentavam as famílias, se mantinham com

⁵² Cpers surgiu no final da Segunda Guerra em Porto Alegre como Centro dos Professores Primários do Estado do Rio Grande do Sul. Em 1973 foi transformado em Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul Cpers, órgão público que atende a demandas tipicamente sindicais como aposentadoria, estatuto, eleições para diretores, Quadro de Pessoal por Escola, orçamento, reajustes salariais. Credenciou-se no compromisso com a categoria, cada vez mais vinculado às lutas sociais e políticas mais gerais: democratização do ensino, eleições diretas para governadores e presidentes. Compilação do livro: *CPERS: 50 anos sindical. Compromisso Com a Cidadania Plena*. Porto Alegre: Editora Tchê!, 1995, p. 9-10.

um salário baixo. Era necessário uma remuneração justa, que valorizasse o trabalho profissional do professor, expressa a professora.

No entender de Maria Augusta as pessoas têm que receber, pelo trabalho que fazem, tem que haver a valorização da profissão do professor, essa é uma questão extremamente importante no conjunto da sociedade e na formação das pessoas, enfatiza ela, e continua dizendo que, a educação é fundamental e o professor como parte desse processo é uma peça chave, a sua motivação é fundamental para ensinar, para bem comunicar em sala de aula.

A Assembléia dos professores ocorreu no Clube Caixeiros Viajantes e contava com mais ou menos três mil professores. A professora Maria Augusta lá estava por compreender que todos deveriam se envolver e, que essa unidade daria força ao movimento, às reivindicações. A direção do sindicato ainda não tinha comando porque a greve não havia sido decretada, e entre uma discussão e outra, a professora se viu cercada pelos seus colegas do Padre Réus e, votando pela greve.

Ela ficou surpresa porque nunca havia participado de greves, mas considerou de extrema importância seu envolvimento. A decisão pela greve resultou na ajuda da organização da greve e, foi montado o comando da Zona Sul, que ela se aproximou do sindicato. Essa mobilização despertou o interesse da professora Maria Augusta ela começou a se manifestar nas Assembléias, analisar a conjuntura, se explanar sobre propostas, suas falas eram espontâneas, expressava o sentimento das pessoas de modo geral, recorda ela.

Ocorreu a eleição do comando da greve e havia críticas em relação às posições tomadas por eles, decepções; hoje a professora Maria Augusta interpreta de outra maneira as ações de um comando sindical, ela tem a compreensão de que as decisões são tomadas a partir de um grupo composto por pessoas heterogêneas, são várias cabeças que pensam diferente, vivem situações de conflitos tanto interno quanto externo e a responsabilidade e tensão do próprio movimento deixa todos em estado de alerta, afirma a professora.

Maria Augusta crê que não se pode optar pela decisão mais afoita ou mais cordata, ou mais “pelega”, numa tomada de decisão, tem que se pensar em algo

intermediário; essa é a visão atual da professora. Naquele momento, em 1979, estava enfurecida com aquele comando do sindicato, mesmo assim, suas críticas aquela época eram feitas com a intenção de contribuir com o movimento. Foi dessa forma que a professora se envolveu nesse processo, suas falas tinham repercussão nas Assembléias; ela era bastante aplaudida pelo que dizia, talvez, pela forma de dizer, objetiva e racional, assegura ela.

Por expressar o sentimento daquele grupo em que convivia e de grande parte da categoria, apresentar uma avaliação da conjuntura, centrada, objetiva e real, contextualizando a greve e a situação dos professores, com clareza essas ações lhe davam credibilidade, relata a professora. As solicitações do comando de greve eram de que o governo na figura de Amaral de Souza e sob a responsabilidade do Secretário da Educação Leônidas Ribas, adequasse o piso do salário dos professores a dois salários mínimos e meio da época e que houvesse mais cobrança, precisão, ação perseverante por parte do comando. A professora Maria Augusta argumentava que era necessário vincular o salário básico do Magistério que fosse se adequando ao tempo, acompanhando as mudanças salariais, tinha que se estabelecer um “indexador” para isso.

Hoje ao lembrar suas falas fica pensando, na maneira como falava aquelas coisas sem conhecimento do contexto econômico, tudo era muito espontâneo, isso segundo a professora, foi algo muito marcante daquele período, nas primeiras greves do Magistério as coisas não eram planejadas, as pessoas em sua maioria expressiva, não representavam partidos políticos, tudo era organizado espontaneamente, *“Se acreditava naquilo que era pedido e se entendia que era merecedor. A luta não era só por salários, era realmente por uma educação de qualidade”*⁵³ por essas razões, os pais e a comunidade escolar apoiavam os professores incondicionalmente, naquele momento. O espírito daquele tempo era esse, declara Maria Augusta.

A greve durou treze dias e terminou em 14 de abril de 1979⁵⁴ porque o comando avaliou que no interior os professores estavam desanimados e as

⁵³ Compilação literal da narrativa do dia: 04/05/08.

⁵⁴ Datas retida do Jornal *Correio do Povo*, Porto Alegre, 14/04/1979. p. 8.

negociações não estavam avançando, mas os ganhos vieram, não foram os solicitados, mas houve aumento do vencimento básico que ficou estabelecido em Cr\$ 4.000.00 (quatro mil cruzeiros). O comando reconheceu, segundo a professora Maria Augusta, que não tinham alcançado tudo que buscavam, mas que isso fazia parte de um processo de luta que estava se iniciando, era só um primeiro passo. O importante era que os professores se mantivessem mobilizados e continuassem a luta porque não haviam tido prejuízos, a não ser o compromisso da recuperação das aulas, que era um compromisso normal, e a garantia do abono das faltas. Havia avançado no quesito salarial e em algumas reivindicações que mais ou menos foram atendidas; obviamente, que os professores queriam mais.

Mas a professora reconhece que em muitas horas é importante parar, não porque se vai desistir, mas para juntar mais forças para prosseguir a caminhada. Essa foi uma estratégia que deixou os professores bem, a greve parou não porque os professores se sentiam derrotados, mas para apanhar mais forças para continuar. Maria Augusta retornou para o colégio e, como todos os professores envolvidos com a greve, se sentiu compromissada com o movimento; se interessou em participar das reuniões do Conselho do Cpers. A representante do Colégio era uma colega, a professora pediu a ela que lhe cedesse o lugar para ir às reuniões, a colega redigiu a autorização com o consenso do grupo de professores e a professora Maria Augusta assumiu um lugar no Conselho do Centro dos professores.

A primeira reunião após a greve contou com a presença da professora Maria Augusta. O Conselho era composto diferentemente de como se apresenta agora com Zonais e dois núcleos em Porto Alegre e no interior também. Em 1979/1980 havia 17 núcleos no interior e todas as escolas da capital tinham “*assenta*” públicas no Conselho, não era por zonal. Nessa primeira reunião, devido à greve, quatro dirigentes haviam renunciado ao mandato, o então presidente da entidade professor Hermes Zanetti, trouxe a proposta de eleger naquele momento os substitutos para os cargos vagos. Um dos nomes elencados era o da professora Glaci Rolim, para 1ª vice-presidente, e os outros nomes eram desconhecidos.



Figura 16 - Representando o Rio Grande do Sul como Conselheira do Cpers no Encontro Nacional de Professores

Fonte: Arquivo pessoal (janeiro de 1980).

Os componentes da reunião começaram a se organizar para votar e um senhor pediu a palavra solicitando que fosse dado uns quinze minutos para que pudessem se articular e ver se outros nomes podiam integrar o Conselho, ao invés de fazer a simples homologação dos nomes apresentados por Zanetti. O tempo foi dado e a professora Maria Augusta se viu cercada por pessoas do Conselho dizendo que ela deveria aceitar e assumir a vice-presidência do Cpers. Ela ficou confusa, meio sem saber o que fazer e, ao mesmo tempo, argumentava que não sabia nada sobre o funcionamento do sindicato, as normas, os estatutos enfim, colocou que era sua primeira participação naquele grupo, mas mesmo assim seu nome concorreu na chapa da professora Glaci como 1ª Secretaria. A votação ocorreu e foram as vencedoras. No dia seguinte a professora retornou para o Colégio como dirigente do Cpers.

A partir desse fato a professora Maria Augusta passou a se envolver diariamente com as questões sindicais a entender o funcionamento do Centro dos Professores, nesse período 1980, o professor Hermes Zanetti assume a Confederação de Professores no Brasil, deixando o cargo de presidente. Novas eleições foram convocadas e a professora Glaci Rolim passou a ser presidente e a

professora Maria Augusta vice-presidente, foi uma atuação difícil, assegura a professora, a greve estendeu-se por maior tempo foram 21 dias, todas as propostas levadas ao Governador Amaral de Souza foram rejeitadas, mas graças à habilidade do secretário da Educação Leônidas Ribas, o acordo terminou sendo o solicitado.

Houve o aumento de 20% de vantagem para os regentes de classe, ficou acordado que o Magistério teria aumento quando outra categoria funcional fosse aumentada (paridade indireta) e o compromisso do vencimento básico dos professores ser o equivalente a 2,5 salários mínimos da época. Ficou garantida a representação do Centro dos Professores no Conselho Estadual de Educação, fato inédito no país.

Segundo a professora Maria Augusta, foi uma das greves pela qual mais avanços os professores tiveram. Terminados os mandatos, os dirigentes do Cpers foram até o Secretário de Educação agradecer os períodos vivenciados, embora eivado de divergências, para se despedirem. Qual foi a surpresa da professora Maria Augusta, quando ele lhe perguntou para qual escola desejava ir; esse fato jamais foi esquecido. Ela considera que a atitude do Secretário Leônidas Ribas foi de extrema elegância e ética, pois ocorreram divergências, enfrentamentos nos debates, mesmo assim ele teve uma atitude extremamente respeitosa, o que já não existe mais nas relações pessoais e na política, afirma a professora.

Em 1981, após a saída do Cpers, a professora Maria Augusta foi convidada a integrar o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Deputado Porfírio Peixoto foi à casa dela fazer o convite junto com o Secretário Geral do partido Deputado Carlos Augusto. Para a professora foi um momento de muita alegria, porque tinha uma grande admiração por Leonel de Moura Brizola. Era muito “brizolista”, apreciava a forma aguerrida com que ele lutava e colocava suas idéias, embora achasse que ele era muito prolixo em muitas ocasiões. Mas a forma transparente como ele trabalhava e colocava suas idéias cativaram a professora.

Ela lembra que sua contemplação por Brizola ocorria desde sua adolescência; aos 13 anos, quando se encaminhava para a escola ouvia a rádio da Legalidade em um rádio de pilha, que colocava no ouvido, para ouvir a voz de Brizola convocando a população a resistir à tomada do poder pelos militares. Conta a professora, que

acompanhava os acontecimentos do período. Sentia-se atraída pelos assuntos da política, literatura, temas que a maioria das adolescentes não apreciavam naquela época, recorda Maria Augusta.

Destaca que Brizola teve um papel muito importante naquele período e, mais importante, quando retornou do exílio em 1979, participando do resgate democrático do país e fundando em 1980, o Partido Democrático Trabalhista. Participar do mesmo partido político de Brizola seria um sonho de infância concretizado, pensava a professora Maria Augusta. Ela acreditava que ter um partido político era importante desde que o partido fosse bom. Era uma forma de participar diretamente das decisões políticas. Nessa época a professora ainda tinha uma grande ilusão sobre os partidos políticos, o que hoje não acontece mais, segundo Maria Augusta é um processo que as pessoas passam, de conhecer a realidade e ter consciência das suas escolhas e opções, afirma com convicção.



Figura 17 - Leonel de Moura Brizola no Diretório do Rio Grande do Sul
Fonte: Arquivo pessoal (janeiro de 1982).

Na verdade, a professora Maria Augusta acredita que os partidos na sua essência, na fundação teórica e programática, são bons. Ao analisar o estatuto do partido, o programa do partido de um para o outro são muito poucas as diferenças, analisa a professora, mas ela não tinha que seguir o programa do partido, tinha que

seguir aquela liderança como modelo, pelo bom exemplo ela se filiou ao PDT. Em 1982 atendendo ao convite do partido concorreu a uma vaga de Deputada Estadual, e foi bastante interessante porque perguntavam a ela: *Qual é a tua base? Quem vai te dar sustentação? Tens um núcleo de apoio?*. Eram perguntas sem resposta imediata, porque Maria Augusta nunca tinha vivido um processo eleitoral, mas aos poucos foi se familiarizando com a nova situação. Realizou uma bonita campanha em algumas cidades do Estado, onde havia conhecidos, amigos e professores que admiravam da época da greve, e conforme permitiu a situação financeira planejada.

A campanha ocorreu de julho a novembro e contabilizou 12 mil votos, a professora achou que foi um sucesso pelo pouco tempo que havia entrado para o partido e por ser pouco conhecida. Porém a votação não foi suficiente para que ela pudesse assumir uma vaga na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

O retorno para o Colégio Padre Reus foi tranquilo, tinha aprendido muito na direção do Cpers e continuava sendo integrante do sindicato. Em 1986 professora Maria Augusta montou uma chapa para concorrer à presidência do Centro dos Professores, mas o grupo que se organizou não tinha penetração no interior, só a vontade de dirigir o Sindicato, era um grupo afoito que não percebeu a capacidade de articulação dos concorrentes, mas a chapa perdeu por poucos votos. Na verdade a chapa foi montada para marcar oposição, todos eram muito inexperientes, recorda Maria Augusta. A forma de participação naquela eleição era um prenúncio de que na próxima viriam para serem vencedores, e foi o que aconteceu, afirma a professora.

Em 1990 o grupo de professores que constituiu a chapa era bem preparado, articulado, havia percorrido o interior do Estado fazendo campanha. Segundo a professora Maria Augusta a eleição foi linda. A chapa estava composta da professora como presidente, Marisa Abreu como 1ª Vice-presidente e como 2ª Vice-presidente Eliezer Pacheco, contava ainda com os professores, Denise Schwochow, Antônio Barbosa, Sônia Cardoso, Edel Beck, Maria Lenira Seibitz, Lucena Souza, Pedro Schuch, Salete Cadore, Mariana Messon e Maria Margarida Santana. Esse grupo se caracterizou pelo pluripartidarismo, cada componente tinha sua filiação, atuava no seu partido, mas dentro do sindicato a fala era uníssona, *“lutar pelo interesse dos professores do Rio Grande do Sul”*.

Havia muito respeito e companheirismo entre as pessoas. A professora Maria Augusta considera que realizaram um bom trabalho, com muitas dificuldades, muitos embates, fofocas, os jornais pressionando, foi um verdadeiro combate até 1993 quando terminou sua atuação.

Naquele ano ocorreram eleições para o governo do Estado. O resultado foi à vitória de Alceu Collares que assumiu em 1991, como Governador dos Gaúchos e nomeou como Secretária da Educação a professora Neuza Canabarro. Por outro lado, havia o Partido dos Trabalhadores que era muito bem organizado e que se opunha a atuação do grupo que estava na direção do Cpers. Havia uma questão política séria, analisa a professora Maria Augusta, porque quando ela assumiu a presidência do sindicato finalizava o governo de Sinval Guazelli, que no seu entender fez propostas interessantes, para o Magistério que não foram aceitas naquele momento pelos professores.

Ela compreende que o grupo de comando chegou ao sindicato com grande expectativa em relação ao governo de Collares que estava assumindo no ano seguinte. E, conforme o histórico do partido, a primazia era a atenção especial à educação. Mas uma grande parte do comando do sindicato tinha filiação no PT e, a conversa que se ouvia, era de que a professora Maria Augusta gostaria de aceitar as propostas do governador Guazelli para que seu partido assumisse o governo sem a greve dos professores, seria, no entendimento do grupo, um favorecimento ao novo governo.

Uma comprovação do que a professora expressou nas linhas acima apareceu mais tarde quando professores contrários às decisões do Cpers se manifestam publicamente com o seguinte título: “*Feldman acusada de provocar derrota*”.



Figura 18 - Crítica à Direção do Cpers
 Fonte: Correio do Povo (21/05/91, p. 3).

Professora Maria Augusta já conhecia a atuação política de Alceu Collares e frisava que ele era um homem de posições duras, pouco flexível, mas não era esse o entendimento do grupo e foi afastada a idéia das negociações com Guazelli, que oferecia ao Magistério um aumento de 151% naquele momento. Ela acredita que esse foi o grande erro, o problema sindical da época, era “tudo ou nada”, embora segundo ela, nunca se tenha tudo; sempre se precisa de um pouco mais. Querer mais é legítimo, afirma a professora. Porém lamenta que tenham colocado uma boa proposta de lado. Talvez por divergência entre o comando.

Pensa atualmente que quando se dirige uma categoria tem que se escutar o que há de consenso e não qual é a divergência para manter a unidade. E aconteceu a greve. O ano letivo iniciou em março de 1990, sem aulas. Foi um período muito difícil, os professores permaneceram 74 dias em greve. O governador acusou o Cpers de não permitir que ele assumisse o governo e decretaram a greve; dizia, que já o teriam esperado com greve e as relações entre sindicato e governo iniciaram com cizânias. Aconteceu a suspensão do ano letivo e confusões, as mais inimagináveis. O calendário rotativo foi uma, apareceu tudo que devia e não devia, expressa a professora Maria Augusta que ainda se agita ao tratar desses assuntos.

Muitos foram os debates que a professora Maria Augusta participou com a Secretária da Educação Neuza Canabarro para esclarecer a população sobre a greve e

discutir pontos decisivos da questão do salário dos professores. As discussões são no Programa da Rádio Gaúcha intermediado pelo repórter Cândido Norberto.



Figura 19 - Participação no Programa da Rádio Gaúcha
Fonte: Zero Hora (08/06/91, p. 8).

E os jornais expressavam o sentimento da população em relação às turbulentas relações estabelecidas entre o Governador e o Centro de Professores conforme a charge demonstra: Na reportagem que segue, a comprovação do que a professora Maria Augusta relatou na sua história. A difícil relação com o Governador Collares e a Secretária Neuza Canabarro.



Figura 20 - Charge
Fonte: Zero Hora, (25/06/91, p. 2).

Magistério avalia greve

O magistério público gaúcho reúne-se hoje em assembleia geral, em meio à decepção do encontro realizado ontem à noite com o governador Alceu Collares, e tudo indica que a categoria irá rejeitar a proposta de abono salarial oferecida por Collares na última terça-feira. A rejeição estava sendo adotada ontem pela maioria das assembleias dos 42 núcleos regionais, nas avaliações preliminares de preparação da assembleia. Ao final do encontro com o governador, no Palácio Piratini, a presidenta do Cpers/Sindicato, Maria Augusta Feldman, declarou-se decepcionada e frustrada, porque o magistério esperava

por uma melhor oferta salarial em vez do abono. "A rejeição aos abonos é uma posição histórica do magistério, que sempre lutou pelo seu plano de carreira", afirmou Maria Augusta.

A assembleia geral está marcada para as 14h, no Gigantinho, em Porto Alegre, e deve reunir aproximadamente 15 mil professores. A expectativa é de que depois do encontro haja uma intensificação do movimento grevista. Já está definida a realização de uma carreta do Gigantinho até o Palácio Piratini, com o desenvolvimento de um grande ato público.

A posição inicial do comando de greve sobre a proposta de abono é de que este sistema causa achatamento salarial e ameaça o Plano de Carreira. "Pode-se dizer que houve um retrocesso nas negociações com o novo governo, já que não está sendo observada nem a proposta feita pelo ex-governador Sinval Guazzelli", disse Maria Augusta. Ela também chegou a acusar de "estranha" a postura do atual governo, que promete dar prioridade à educação e ao magistério. Por sua vez, o governador também se confessou frustrado e decepcionado por não poder apresentar uma proposta melhor ao magistério. A proposta feita pelo governador Alceu Collares prevê um abono salarial nos meses de fevereiro, março e abril. Os professores com contrato de 20 horas receberiam Cr\$ 20 mil; 30 horas, Cr\$ 30 mil; e 40 horas, Cr\$ 40 mil.

RICARDO GIUSTI



...ais uma reunião terminou sem acordo

Figura 21 - Magistério avalia greve
Fonte: Correio do Povo (21/03/91, p. 5).

A professora Maria Augusta destaca que os governantes têm como objetivo elaborar seus programas de governos caracterizando-se, pelas diferenças; ao invés de resguardar do antecessor o que ficou de bom, feito e realizado. E foi assim com o governo de Collares, assegura a professora Maria Augusta. Garante que ocupou todo o espaço oferecido pela mídia porque foi uma luta muito pesada com o governador e a secretária Neuza. As divergências eram muito grandes e os embates muito densos. Seu autoconhecimento colaborou para que sua ação fosse mediadora. Por experiência sabia que estudar o adversário é a melhor estratégia para enfrentá-lo e foi o que fez nos embates com o governador Collares que é um homem de respostas e raciocínio rápidos. Foi preparada para se conter e não perder a razão, saindo-se bem nas atuações mantendo o nível de educação e ganhando cada vez mais espaço nos meios de comunicação.

Segundo ela, a postura do governador colaborou para que os acontecimentos se tornassem favoráveis a atuação do Cpers. Ele rompeu relações com o Judiciário e com o Legislativo; o sindicato passou cada vez mais a ocupar espaços na sociedade.

Na Assembléia Legislativa os representantes do sindicato eram recebidos pelo Presidente o Deputado Cesar Schirmer para reunião com os líderes da categoria.



Figura 22 - Professora Maria Augusta sendo recebida pelo Presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, quando representava o Cpers durante a greve do Magistério.

Fonte: Arquivo pessoal (1991).

Os encontros com o Presidente da Assembléia legislativa do Estado do Rio Grande do Sul resultaram na charge que segue:



Figura 23 - Charge

Fonte: Zero Hora (01/05/91, p. 2).

Conforme a professora Maria Augusta, foi uma forma de mostrar a influência do sindicato dos professores na Assembléia, inclusive a charge deu muito trabalho depois que foi publicada, porque gerou um conflito: parecia que o Cpers mandava na Assembléia Legislativa. Foi necessário um longo trabalho para refazer essas relações porque o sindicato convivia com todos os partidos de forma harmônica. Tem orgulho de dizer que o Cpers tinha credibilidade, devido a um trabalho de consolidação bem embasado, que iniciou na presidência do professor Hermes Zanetti e se consolidou nas negociações da greve de 1990. Tanto, que os professores foram para a Assembléia Legislativa através de convite dos deputados.

A Comissão de Educação da Assembléia foi de extrema importância para a sociedade e, para os encaminhamentos dos impasses entre Governo e professores, recorda Maria Augusta. Relata que na presidência do Deputado Otomar Vivian, foi possível discutir o calendário rotativo, a proibição de reuniões nas escolas, a compra de ventiladores de teto para as salas de aula, entre outros assuntos.

Pela primeira vez a Assembléia Legislativa pautou a votação de um Decreto Legislativo, visando suspender o calendário rotativo. Esse decreto desde sua existência, nunca havia sido usado, foi a primeira vez que a Assembléia Legislativa gaúcha votou com base no decreto. Foi maravilhoso!. Havia a força do movimento, declara a professora Maria Augusta. Apesar de lamentar a falta de credibilidade que hoje tem o sindicato perante a sociedade.



Figura 24 - Cpers e governo voltam a falar
 Fonte: Zero Hora (19/04/91, p. 16).

O resultado da greve de 1991 foi o seguinte:



Figura 25 - Resultado da greve
 Fonte: Correio do Povo (07/05/91 – Capa).



Figura 26 - Reportagem sobre fim da greve
Fonte: Correio do Povo (21/05/91 – Capa).

E os ganhos da greve foram:

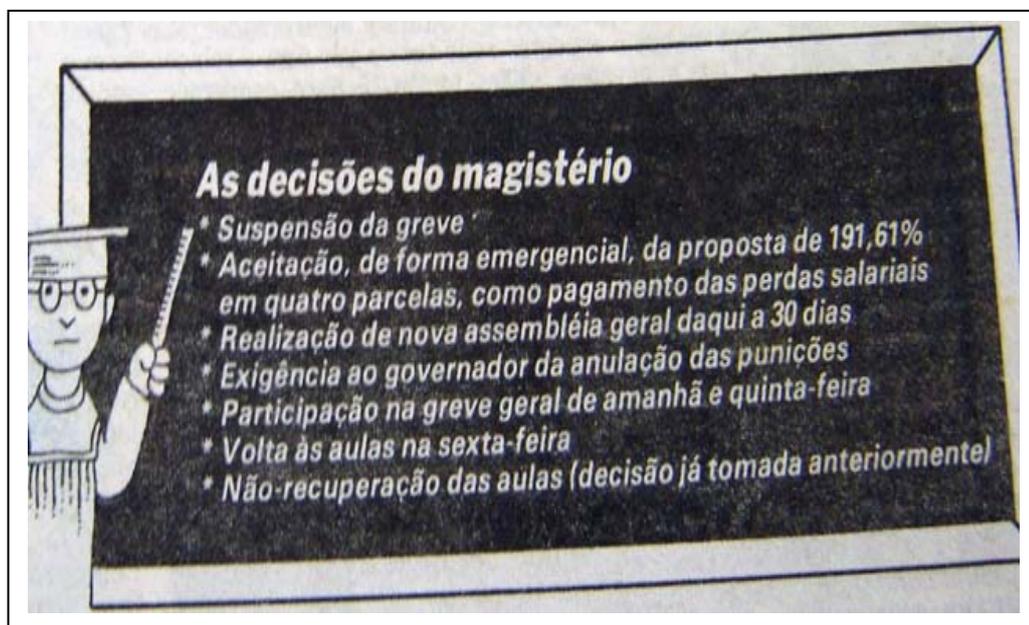


Figura 27 - Reportagem com as decisões do magistério
Fonte: Correio do Povo (21/05/91 – Capa).

Frente aos acontecimentos turbulentos, ao retornar de uma viagem, a professora Maria Augusta ouviu do presidente do partido ao qual pertencia compondo o Diretório Estadual, PDT, Sereno Chaise, a seguinte declaração pelo rádio: *“que era um absurdo se contrapor, as decisões do governador, fazendo uma referência que o Cpers estava fazendo exorbitâncias ao conclamar a eleição de diretores”*. A professora ficou profundamente irritada, porque considerou descabida as colocações, ele estava se referindo a eleição de diretores nas escolas. Acontece que em 1988 foi garantida na Constituição Estadual a eleição direta para os diretores das escolas, esse ganho foi vitorioso porque conseguiu envolver toda a sociedade, assim como foi conseguido, por força dos diferentes movimentos organizados o percentual de 35% de verba para a Educação, enquanto o resto do país tem é 25% dos impostos arrecadados, empregados com investimentos em educação. Pela forma da lei estava garantida a eleição de diretores e o Cpers estava trabalhando nesse sentido, inclusive havia chamado a eleição dos diretores. O governador Collares impetrou uma ação direta de inconstitucionalidade sobre a lei de eleição dos diretores, porque a constituição dizia que os diretores seriam eleitos democraticamente.

O Cpers acompanhou o Processo junto ao Supremo Tribunal Federal de Justiça através da Confederação Nacional dos Professores. A eleição evidentemente não foi cassada, mas, foi suspensa. No sentido real não aconteceu, porque o governador conseguiu uma liminar para inviabilizar as eleições. Mas o Cpers resolveu independentemente da liminar realizar as eleições. Foi sobre essa atitude que o presidente do partido deu as declarações no rádio, declara a professora.

Passado pouco tempo a professora Maria Augusta recebeu a convocação do Diretório do Partido (PDT) para participar de uma reunião. Estavam presentes, o Presidente do Partido, o governador Collares e a Secretária Neuza na mesa diretora para exporem o Programa de Governo. Quando terminaram suas explicações a professora levantou a mão e perguntou ao presidente qual seria o momento em que poderiam tecer as considerações sobre o que foi apresentado. Para surpresa de Maria Augusta ele lhe perguntou: *“O que a Senhora está fazendo aqui? Porque a*

Senhora hoje estava insuflando a categoria a fazer eleição de diretores e a contrapor o partido aí fora, isso é insubordinação, quer inclusive se contrapor à lei". Quando terminou a fala, a professora levantou e respondeu:

"Me surpreende muito ouvir nesse partido das pessoas que dirigem meu partido, o que estou ouvindo lembram os movimentos de toda a história, observem que os movimentos vitoriosos sempre teve um grupo ou alguém que se rebelava. Foi justamente e, graças à rebeldia que conseguiram avançar" (FELDMANN, 2009).

Ela citou vários fatos históricos, a Campanha da legalidade, as Diretas Já, inclusive a libertação dos escravos, havia um silêncio mórbido na sala, ninguém se manifestou e a reunião foi encerrada. Compreende a professora que quando um partido assume um governo ele coloca quase todas as suas lideranças em cargos políticos de confiança e quem tem cargo de confiança não se contrapõe ao governador. Por isso aconteceu o silêncio. Passados uns quinze dias a professora Maria Augusta recebeu um telefone convocando-a para outra reunião do Diretório do Partido, ela ligou para sua amiga Quita Brizola e participaram do encontro. Novamente o Governador e a Secretaria explanaram suas ações. Ao final, a professora levantou e perguntaram a ela o que queria, ela disse que esperava que acontecesse uma discussão.

Ela foi informada que haveria uma votação no diretório para apoiar ou não a proposta de governo para a Educação. Foi dado dois minutos para o encaminhamento dos votos e discussão e foi colocada a votação nos seguintes termos: *"aprova-se as propostas de governo as que estão postas e as que deverão vir"*. O dirigente da reunião pediu que levantassem as pessoas que eram contrárias às questões. Na sala lotada somente Maria Augusta e Quita levantaram. O restante permaneceu sentado. Assim foi aprovado o calendário rotativo. Foi decepcionante para a professora ver pessoas amigas, professores com quem mantinha excelentes relações aprovarem a proposta do governo: o calendário rotativo.

Até os dias atuais, a professora Maria Augusta afirma que a implantação do calendário rotativo nas Escolas Estaduais do Rio Grande do Sul foi uma das maiores violências que aconteceu ao ensino. Quando surgiu nos Estados Unidos foi através

de uma experiência, não foi implantado em todas as escolas, apenas em algumas que viveram a experiência. O fato de ter sido feito da forma que ocorreu no Estado impossibilitou as pessoas de saber se algo de positivo existia no calendário, a sua aplicação foi um desrespeito com a sociedade, diz a professora.

Em 1992 a professora Maria Augusta, através de carta ao Partido Democrático Trabalhista desfilou-se do Partido, o que causou notícia na imprensa, como no Jornal Correio do Povo de 20/03/92.



Figura 28 - Reportagem sobre a sua saída da Presidência do Cpers
Fonte: Correio do Povo (20/03/92).

Mas a vida continuou. Em 1993 a professora Maria Augusta encerrou seu mandato no Cpers e, desde 1991, estava sem filiação partidária. Foi convidada para filiar-se ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), e concorreu a uma vaga no Legislativo Estadual, juntamente com os colegas, o deputado Beto Albuquerque e Bernardo de Souza. Sua votação foi de 22 mil votos no Estado, os quais ela diz que deve a sua atuação no Magistério através do Cpers, e ao Governo Collares que oportunizou a ocupação de todos os espaços na mídia durante um longo período em que tiveram uma convivência profissional; sorri quando afirma que o fato de aparecer quase que diariamente nos jornais e na televisão lhe poupou investimentos maiores em propaganda na campanha eleitoral. Atribui os votos que recebeu aos professores que acreditaram na sua competência e a conheciam do Cpers.

Recebeu o Diploma de deputada Estadual na Assembléia legislativa do Rio Grande do Sul como representante do Partido Socialista Brasileiro (PSB).



Figura 29 - Diplomação da deputada Estadual na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul

Fonte: Arquivo pessoal (1994).

A deputada Maria Augusta sempre defendeu o Magistério gaúcho, poderia transcrever inúmeros de seus discursos realizados na bancada do Parlamento que comprovariam o seu comprometimento com os professores, mas um deles me chamou a atenção, pelo seu entusiasmo e seriedade com que foi escrito e no qual ela defende e cobra de todos os deputados da Assembléia que votaram a favor de um piso salarial para os servidores públicos que não foi o prometido pelo governo de Olívio Dutra em campanha política: Ela se expressa dizendo:

“Srs. Deputados - Quero dizer ao Deputado Wilson Mânica e aos parlamentares que me ouvem que eu presidi sim um sindicato. Quando era presidente desse sindicato, integrava um partido que era do governo. E lutei pela minha categoria. Briguei com o governador, lutei no meu partido, em todas as instâncias partidárias. Critiquei, exigi e me rebelei. Agora, a nossa diferença, deputados, é que exigi, critiquei e me rebelei, mas não me submeti, porque não me submeto, não sou subserviente e tenho dignidade. Tenho honra, palavra e compromisso com a categoria. Essas são as nossas diferenças. Alguns beijam a mão, se ajoelham e se submetem; outros, lutam, criticam e se mantêm honrados e dignos na defesa dos interesses

das pessoas com as quais assumiram compromissos. A Bancada do Partido Socialista Brasileiro vota contra esse projeto, assim como votou contra essa emenda. Temos mantido uma coerência em defesa da lei de política salarial e das demais leis aprovadas por esta Casa. Não somos deputados subservientes. Não fazemos, desta tribuna, demagogia, nem discursos vazios. Estamos exigindo e continuaremos a fazê-lo, a lei de política salarial. Não aceitamos uma emenda que não atende a política salarial e nem diz quando a atenderá. Um governo que não cumpre preceitos constitucionais, um governo que não cumpre a lei, vai cumprir uma emenda indicativa que nada diz, que nada indica? Srs. Deputados, que se dizem defensores dos técnico-científicos, que vieram aqui, de forma exibicionista, mostrar seu discurso e seu trabalho. Que trabalho é esse, que se contenta com uma migalha de 10%? Que trabalho é esse que não dignifica a lei e que não honra a lei aprovada por V. Exas.? Estamos aqui, de forma radical, se assim querem considerar, na defesa intransigente da lei e da contemplação de um reajuste digno a ser concedido aos servidores. E esse não seria digno, mas seria, pelo menos, o que a lei aponta. E nem isso, aqui, está sendo definido. Registramos o nosso voto contrário tanto à emenda como ao projeto. Reafirmamos o nosso compromisso, na defesa de um reajuste aos servidores. Nesse governo, é impossível, mas quem sabe, num novo governo, numa nova proposta, num novo governo, comprometido com o cidadão, com o servidor, com as causas sociais. Muito obrigado⁵⁵. (Não revisado pelo orador) (FELDMANN, 1998).

Em seu discurso aparece com clareza a posição que sempre ocupou na Assembléia Legislativa, discordando, se posicionando, mantendo-se coerente com seus compromissos e, foi assim conforme aparece nestas páginas que a professora Maria Augusta pautou sua vida pública, sem medo de enfrentamentos com uma postura educada, mas firme perante a tomada de decisão. Na qual se espelhou em homens fortes politicamente, como o Presidente Nacional de seu partido, na época, Miguel Arraes, conforme aparece nas fotos abaixo, com quem se encontrou por diversas ocasiões. Em visitas dele ao estado Gaúcho ou nos Encontros Nacionais do Partido Socialista Brasileiro.

A professora Maria Augusta sempre primou pela qualidade na educação, sua bagagem de formação escolar foi realizada em escolas públicas, em grupos escolares, Ginásios e Faculdade pública. Os parâmetros que ela têm são herdados do seu tempo de estudante, uma aula bem ministrada, uma exigência bem feita, para testar os conhecimentos, são características fundamentais para que exista qualidade na educação. A professora se vê às vezes perdida nas questões educacionais de

⁵⁵ Discurso compilado dos *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. 107ª Sessão Extraordinária. Realizada em 20 de janeiro de 1998. p. 16.

hoje, onde as etapas do conhecimento não são exploradas como devem, a memorização virou pecado porque se confunde com decorar, são coisas distintas.

Acredita que o ensino de hoje perdeu uma das grandes possibilidades que é o processo de memorização bem aplicado e exemplifica sua posição, usando a disciplina de Biologia, na qual tem longa experiência na sala de aula. Quando lecionava a disciplina citada, a peça fundamental do aprendizado era saber a origem das palavras, a etimologia, porque tudo se desdobra. Ela explicava dessa forma para seus alunos: “*bio*” é vida, “*tropismo*” é movimento e, assim eles relacionavam a formação das palavras e entendiam seu significado e aquilo servia para todas as explicações. A partir daí eles conseguiam desenvolver outra forma de raciocínio.



Figura 30 - Presidente do Partido Miguel Arraes, deputado Beto Albuquerque, Jussara Cony

Fonte: Arquivo pessoal.

Acredita a professora Maria Augusta que o aluno aprende mais se ele conseguir estabelecer sentido, se buscar refletir. É que no seu entender o ensino de qualidade passa pelos diferentes métodos, que hoje, principalmente, se apresentam com possibilidades muito criativas e inteligentes, mas que não se pode desprezar o passado em função do novo. É importante unir o novo ao que se tinha no passado, no sentido do aperfeiçoamento, não no sentido de modismo. Por exemplo: buscar

entender como os alunos aprendem o que gostam, de que forma aprendem a fazer referência, como interferem na realidade que os cerca.

Ela crê que hoje se faz pouco nesse sentido. Muitas vezes se prima pelo excesso de conteúdo e se tira a questão da bagagem, a referência que é necessária, em outras vezes se tira o conteúdo ou se tira tudo; ainda não encontraram um equilíbrio na educação, um caminho intermediário, necessário para a melhoria da qualidade do ensino. Assim pensa a professora Maria Augusta.

No período em que esteve na Assembléia Legislativa gaúcha, a Deputada Maria Augusta afirma que aprendeu muito. A convivência com os companheiros de partido, principalmente das palavras sábias do deputado Bernardo de Souza que nas horas de decisão dizia:

“... só podemos fazer hoje enquanto oposição, o que faríamos com certeza se fôssemos situação amanhã. Em qualquer cargo se a gente tiver essa coerência nunca vai se arrepender do que fez. Ter coerência é fundamental. Quem inicia dando explicação, já começa mal, a pior coisa que tem em política é ter que se explicar...”

Esses aprendizados são para todas as situações da vida, concebe a professora. A bancada trabalhava unida para levar as decisões para plenário, conta a professora, que também diz que se dedicou muito ao mandato, em fazer o que achava correto. Propôs em 2003 o Projeto de Lei 206, que garante assistência gratuita aos companheiros e maridos das servidoras públicas, tendo-o aprovado. Ela participou de outro processo de eleição do Cpers, mas não achou correto ser deputada e estar numa Assembléia do Centro dos Professores, falando, reivindicando aumento salarial. Acredita que essa ação estava um pouco no seu compromisso de deputada, e se tivesse essa atitude numa assembleia era demagogia. Foi novamente candidata a deputada, porém, não conseguiu o número necessário de votos, resolveu então não participar mais de eleições partidárias. Acha as campanhas muito desgastantes, se sentiu violentada pelas ações que teve que ter na atuação política e não acredita ser merecedora dessas vivências nesse momento da vida.

Maria Augusta nasceu no dia. 12 de maio de 1946. em Santo Amaro da Purificação na Bahia, seu pai Antônio Ozéias era funcionário do Banco do Brasil e teve que atuar em várias cidades para seguir carreira no banco, quando residiram em Santa Maria ela já tinha doze anos e seu irmão uns quatorze. O pai achava que teriam que fixar residência na cidade porque havia Universidade para os filhos freqüentarem. Para o pai, a questão da educação dos filhos era prioridade a qual chamava de prêmio. Sua vida com a família foi diferente, nas férias viajavam todos e, residiu em diversas cidades do Rio Grande do Sul. Professora Maria Augusta lembra da viagem que a família fez de navio; embarcaram em Rio Grande e aportaram em Manaus.

Outra vez na licença do pai permaneceram seis meses em Buenos Aires. Ela aprendeu Espanhol, outros costumes, outra realidade. Mas nem tudo era flores na vida da menina Maria Augusta; foi reprovada na quarta série na Escola Manoel Viegas na disciplina de Matemática. Ela se sentiu muito envergonhada com a situação e nunca esqueceu esse fato, mas lembra com muita alegria das aulas do professor Adelmo Genro que lecionava Português, fazia ditado em todas as aulas e de tema de casa pedia uma redação de dez linhas, a professoras Maria Augusta apresentava a lição, o professor lia e a aluna sentia que seu trabalho havia sido reconhecido. Segundo ela, é muito importante em uma sala de aula, valorizar o aluno.

A infância da professora Maria Augusta em família foi muito rica de aprendizagens. A mãe era do lar, como a grande maioria das mulheres daquele tempo. O pai havia feito Magistério para ajudar a família a estudar e por isso valorizou a educação na vida dos filhos. Posteriormente ele cursou contabilidade e fez concurso para o Banco do Brasil. Na casa de Maria Augusta havia o hábito da leitura e havia uma Biblioteca com muitos livros. Ela nunca leu histórias em quadrinhos porque o pai não permitiu. As leituras permitidas eram as dos livros de Machado de Assis, José de Alencar e foi a partir desse hábito trazido de seu pai que ela incentivou suas filhas. Acredita que as pessoas que não lêem, não conseguem ler o mundo. O hábito da leitura continua sendo um fiel companheiro na casa da professora.



Figura 31 - Maria Augusta comemora seus 50 anos ao lado de sua mãe
Fonte: Arquivo pessoal.

Santa Maria foi uma cidade que balizou a vida da professora Maria Augusta, lá teve colegas ótimos e bons amigos e também, a cidade está marcada pela passagem da professora, porque na Escola Manoel Ribas tem uma placa com o nome dos alunos ilustres e lá está o seu. Conta a professora, que no governo de Antônio Britto e da Secretária da Educação Iara Wortmann, houve a remodelagem do prédio que é antigo e havia sido uma escola ferroviária. A arquitetura foi valorizada e ficou tudo muito bonito. A homenagem recebida, segundo a professora foi bastante expressiva⁵⁶. Assim como foi significativo ver seu histórico escolar com aquela reprovação inesquecível, que aos olhos de hoje não tem nenhuma importância, declara a professora Maria Augusta.

Ela lembra com muito carinho da professora Mariazinha de Português, quando cursava o Científico, a atuação dessa professora era algo distinto, ela marcava a presença pelo conhecimento o que gratificava as alunas. E também foi notória na vida de Maria Augusta a professora de História, ela incentivava os alunos a lerem os jornais diariamente, selecionar os acontecimentos do dia, recortar a

⁵⁶ Diferentemente da História oral de Vida da professora Iara Wortmann, em que há uma declaração do ex-governador Antônio Britto, a História oral de vida de Maria Augusta se manteve sem depoimentos de colegas e políticos pelo diferencial que cada vida abarca em suas trajetórias.

reportagem e acompanhar seu desenvolvimento que no dia marcado todos teriam que apresentar na sala aos colegas.

A professora Maria Augusta lembra com detalhes do assunto que selecionou. Tratava-se de política Internacional, o fato era a história do “*Lord Home*” que queria ser Primeiro Ministro na Inglaterra, mas só podia assumir esse cargo quem pertencesse à Câmara dos Comuns. Ele renunciou ao título de nobreza para se candidatar á vaga e não conseguiu assumir porque não teve votos suficientes. A professora de História, marcou sua vida, o interesse dela pelos alunos fazia a diferença além da competência. Ao passar pelos alunos no corredor da escola os chamava pelo nome sabia sobre qual assunto eles haviam pesquisado; para a professora Maria Augusta sempre perguntava: “*Como vai nosso Lord Home*”, são essas peculiaridades que fazem a diferença entre os professores e por isso a escola marca muito a vida de seus alunos. Até hoje a professora Maria Augusta acredita que foi a partir dessas aulas, da atuação e influência dessa professora na sua vida que ela se interessou pela política.

Para a professora Maria Augusta a vida pública está encerrada, sua última atuação como política foi na AGERGS, Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul, do qual fez parte do Conselho Superior como Conselheira-Presidente, onde tinha como atribuição, apreciar, deliberar e decidir sobre matéria de competência da Agência, estabelecer diretrizes em relação ao funcionamento da autarquia⁵⁷. Porém, anteriormente, havia sido presidente da Fundação Zoobotânica de Porto Alegre.

⁵⁷ Definição elaborada a partir da leitura do site: <<http://agergs.rs.gov.br>>. Acesso em: 05 nov. 2009. às 15h.



Figura 32 - Posse na Presidência da Fundação Zoobotânica na presença do Governador do Estado Olívio Dutra

Fonte: Arquivo pessoal (2001).

Conta a professora que foi um aprendizado difícil na Agergs mas, muito importante porque administrava a Agência num colegiado. Era um trabalho que exigia uma grande capacidade de articulação, ela realizou um trabalho de parceria com os Conselheiros, foi muito salutar; além disso, a professora se encantou pela atividade de Regulação acabou presidindo a Agência Nacional de Agências Reguladoras e, posteriormente integrou as Agências das Américas, Associação de Ex-Reguladores das Américas, da qual participou da Diretoria. Lembra a professora Maria Augusta que sua atuação na AGERGS, outubro de 1999 a dezembro de 2003, foi durante o período do governo de Olívio Dutra, pessoa pela qual que tem uma profunda admiração e respeito.

Terminou seu tempo na AGERGS e na política pública quando foi surpreendida, numa tarde de inverno, por um telefonema do gabinete do Governador Germano Rigotto e, ouviu sua voz dizendo: *“Gostaria de lhe comunicar que o Governo do Estado está lhe outorgando a medalha Negrinho do Pastoreio”* a maior condecoração que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul possui. A professora Maria Augusta ficou muito feliz e orgulhosa pelo reconhecimento público do seu

trabalho. Acredita que sua personalidade forte, suas idéias próprias defendidas com garra, seu jeito combativo e decidido marcou sua trajetória.



Figura 33 - Professora Maria Augusta com sua família
Fonte: Arquivo pessoal (2001).

Além de ser bastante racional, pontua ela, sempre foi de se apaixonar e se entregar de corpo e alma para suas atividades. Mas ao concluir os mandatos, os períodos de administração esquece as atribuições, e busca um tempo para “si”, curte a vida. Crê que tudo na vida tem etapas, períodos e funções e, dessa forma vê a vida e seus momentos. É casada há 40 anos, tem a família unida e se considera uma pessoa feliz e realizada, sempre pronta para novas realizações.

AS TESSITURAS FINAIS

Toda a história tem um começo, ela também tem que ter um final. É com esta intenção que nas páginas que seguem procuro sistematizar as idéias conclusivas que tive ao realizar a pesquisa que resultou na escrita desta Tese. Compreendi, a partir dos objetivos que tracei, a importância da trajetória de vida das professoras Iara Wortmann e Maria Augusta Feldman para a Educação e o Magistério do Rio Grande do Sul, assim como para a história das mulheres, pois, as duas professoras, como outras, ocuparam o poder decisório do Parlamento Gaúcho, como deputadas. Ao iniciar a pesquisa fiquei muito surpresa ao perceber que pouco conhecimento tinha do cabedal de informações burocráticas e técnicas que compõem os quadros das funções públicas estaduais, neste caso no que se refere à carreira do Magistério.

Mas, ao encerrar esta escrita, acredito que entendi e compreendi muitas facetas da profissão pública e, por esta entre outras razões, me autorizo a inferir algumas conclusões, mesmo que temporárias, pois, o princípio da ciência que atravessa a modernidade na qual pautei minhas análises da pesquisa, aponta que “a produção de conhecimento é privada da verdade universal, somente pode ser apoiada mediante uma postura de conhecimento provisório. À idealizada objetividade do conhecimento científico sobrepõe-se o pluralismo de verdades” (GAUER, 2002, p. 89). Nesse sentido, a investigação sobre o mote escolhido, não se encerra nestas páginas; ela continuará provavelmente em outras pesquisas com novos vieses.

A metodologia das Histórias de Vida foi primordial nesta pesquisa, pois, “as histórias de vida, no verdadeiro sentido do termo, abarcam a globalidade da vida em todos os seus aspectos em todas as suas dimensões passadas, presentes e futuras e na sua dinâmica própria” (JOSSO, 2004, p. 31) e contribuiu para que pudesse recolher direta ou indiretamente os vestígios vivos e vividos das professoras que se expressaram através da oralidade descrevendo, contando, narrando determinadas situações de experiências de suas vidas, pessoal e profissionalmente, onde aparecem as subjetividades e complexidades que a vida humana abarca. É a possibilidade de resgatar a subjetividade humana do professor que na modernidade

reapareceram as abordagens com as Histórias de Vida como uma condição para a construção de novas práticas significativas e alternativas em torno da produção do conhecimento sobre a vida de professores e seus saberes docentes.

Ao compreender e me apropriar da metodologia auto (biográfica) para “produzir um outro tipo de conhecimento, mais próximo das realidades educativas e do cotidiano dos professores”, (NÓVOA, 2000, p. 19), através das Histórias de Vida não imaginava a grandiosidade que uma vida comporta e as possibilidades de inúmeras dimensões de trabalho que é proporcionado após a transcrição e a escrita na narrativa sobre as vidas, neste caso, a das professoras Iara e Maria Augusta. Há uma multiplicidade de vieses de pesquisa sobre a trajetória dessas vidas, o que de certa forma amenizou minhas inquietações iniciais, pois não concebia a possibilidade de observar somente os aspectos de (auto)formação profissional das professoras, até porque percebi o quanto a formação do Magistério, para quem opta, fundamenta, por seus princípios, os parâmetros de vida de professores. Percebi que tanto a professora Iara quanto Maria Augusta permanecem professoras; a terminologia é eternizada, mesmo na atualidade, momento em que elas já estão fora da sala de aula.

Acredito que este não é um fato atrelado somente a elas, mas a todos os professores, pois, a questão cultural e da tradição do saber ainda está representada pela figura do professor no imaginário da sociedade em relação. Embora todos saibam que não é somente na escola que se aprende; que há muito tempo existem diferentes pólos difusores de conhecimento, o que não significa dizer, que ocorrem aprendizagens. Mas ser professor tem uma representatividade significativa e diferenciada nas diferentes sociedades ocidentais e orientais, ocupam um espaço profissional de comprometimento ético, político e social no desempenho da docência, com objetivo de que os seres humanos habitantes do planeta possam conviver com as diferenças em um mundo repleto de igualdades.

A partir da pesquisa e da análise das narrativas das professoras foi possível organizar dimensões que emergiram de suas trajetórias de vida e que se tornaram objeto de minhas análises nesta Tese. Nas linhas a seguir destaco algumas dimensões, sem estabelecer uma ordem hierárquica ou cronológica dos

acontecimentos da vida das professoras, pois, “*Es en La história de nuestras vidas que los acontecimientos acceden a um orden y a um sentido. Es em uma trama como articulamos los acontecimientos de nuestra vida en uma secuencia significativa*” (LARROSA, 2004, p. 17). É no sentido de relacionar os acontecimentos que foram significativos para minhas análises interpretativas que anuncio a família, a infância, a escola, o trabalho docente, o reconhecimento, a opção profissional, a aparição pública, a participação político-partidária e os legados, prioritariamente para o Magistério.

Foi no sentido de priorizar as ações educativas e reconhecer a importância do Magistério para a sociedade, que as professoras Iara e Maria Augusta comprometeram seus discursos e ações enquanto estiveram desempenhando papéis de Deputadas. A afirmação está baseada em fontes primárias: os discursos registrados nos Anais da Assembléia Legislativa e os Projetos de Lei, registrados na Legislação Estadual que vigora para todos os servidores públicos. Mas, mais que isso, está enfatizado nas falas das professoras que constam através da narrativa que compõe este trabalho de pesquisa.

Em momento algum, quando os interesses do Magistério estavam em pauta na Assembléia Legislativa, tanto a professora Iara quanto Maria Augusta, se omitiram em interferir e defender os interesses, os quais se propuseram a assumir as legislaturas. Como no discurso a seguir, quando a professora/deputada Iara responde a também professora e colega de Bancada, a deputada Maria do Rosário.

[...] Quero dizer à deputada Maria do Rosário que encaminhamos, sim, a esta Casa o novo Plano de Carreira do Magistério, que foi aprovado, mas que nessa gestão legislativa, a pedido do Governo Estadual, foi revogado. Além disso, o Governo Olívio Dutra não resgatou nosso plano; pelo contrário, a sobreposição de nível permanece e, hoje, o magistério do Rio Grande do Sul voltou a ter um Plano de Carreira que tinha sido aprovado em 1974 e que, no Governo de Alceu Collares recebeu essa sobreposição de níveis [...] (WORTMANN, 2001, p. 12).

Em outra ocasião, a professora/deputada Iara propalou um discurso favorável às contratações emergenciais pelo Governo dizendo:

[...] Temos um compromisso, sim. Particularmente, tenho um compromisso, pois, sou professora há 38 anos. Quero dizer sim a este projeto [...]. Em nome da educação pública de qualidade, venho à tribuna para dizer que votaremos favoravelmente a este Projeto, desde que sejam consideradas as duas Emendas apresentadas pela nossa Bancada. [...]. Não entendo outras razões que possam justificar que não qualifiquemos o processo educacional, ao não deixar que novos títulos sejam acrescentados ao cadastro, possibilitando atualizá-lo a partir destes novos documentos apresentados pelos professores (WORTMANN, 2001, p. 9).

Da mesma forma, que a professora Iara, Maria Augusta também deputada, se manifestou inúmeras vezes na tribuna legislativa expressando seu compromisso com os funcionários públicos estaduais e com a educação em especial, conforme é possível observar no discurso que segue:

Preparando-me para subir a esta tribuna e na busca de um elemento relevante que nos envolvesse a todos, veio-me à mente o rosto da criança. [...]. Se eu lhes pedisse agora para mentalizar comigo, é quase certo que aflorariam às suas lembranças rostos saudáveis, alegres e inteligentes [...]. Mas Senhores, o meu convite para pensar não foi nessas crianças, mas na criança real, nos milhões e milhões de brasileirinhos, naqueles rostos que os programas políticos gostam de mostrar e que constituem a maioria das crianças que freqüentam ou que freqüentarão a escola pública brasileira, escola que, para muitos é a única chance de aflorarem, de trazer à tona aquele ser, por inteiro, de infinitas possibilidades, o que só acontecerá se protegidos e se estimulados para a grande descoberta que farão de si mesmos, da sociedade e das coisas da cultura, única forma de assenhorear-se inteiramente da condição humana. Para isso, necessitamos de uma escola capaz de cumprir esse papel, de uma escola capaz de atualizar criaturas em todas as suas potencialidades, escolas que muitos de nós já conheceram e que, em vez de se multiplicarem, de se tornarem o modelo único da escola brasileira, foram relegadas a planos ínfimos, encontrando-se, hoje, em agonia. [...]. Nesta reflexão é preciso dizer que a nossa criança, além do direito à escolaridade, tem o direito à aprendizagem. Toda a criança é capaz de aprender, toda a criança é dotada de inteligência, mas cada uma tem de ser descoberta pelo professor. Isso exige qualificação técnica, o saber fazer nasce de um verdadeiro encontro humano entre o de aprender e o de ensinar. O ritmo próprio da aprendizagem nasce da individualidade, da forma que cada um tem para ver o mundo, daí os estímulos diferenciados e a ação inteligente do professor. Outras coisas, como recreação ou merenda, podem levar a reter a criança na escola, mas aprender é a única razão efetiva. [...] (FELDMANN, 1995, p. 12).

A professora Maria Augusta também pautou seus pronunciamentos enquanto Deputada a favor de melhores salários e a qualidade de ensino público, da mesma forma que se posicionou incontáveis vezes contra a alteração no Plano de Carreira do Magistério, como se apresenta a seguir:

Saúdo os colegas professores, os funcionários de escola, os prefeitos, os vereadores, a sociedade organizada e a comunidade escolar, que acompanham, sem dúvida com tristeza, essas votações e essas articulações [...]. Registro, mais uma vez, o lamento da Bancada do Partido Socialista Brasileiro que entende ser inoportuna a discussão, em período de convocação extraordinária, de projetos de tamanha importância para a educação do Estado do Rio Grande do Sul e para a população gaúcha. Não tivemos tempo de discutir a matéria, sequer de ouvir a categoria que terá seu plano de carreira alterado [...]. Apenas uma bancada conhece a matéria e ela diz querer melhorar os projetos. Ora, Srs. Deputados, quem pensa e quem diz que pode melhorar uma matéria é porque tem consciência que ela é ruim. Quem afirma que vai melhorar contenta-se com a mediocridade, quem age assim quer uma educação medíocre, quer uma educação quantitativa e não qualitativa. Essa é a diferença entre aqueles que pensam em melhorar o ruim, o medíocre, e nós, que pensamos na melhoria da qualidade da educação do Estado do Rio Grande do Sul⁵⁸ (FELDMANN, 1998, p. 8).

Os discursos corroboram para compreender, o quanto, as professoras se empenharam em melhorar a qualidade do ensino no Rio Grande do Sul: proporcionar aumento salarial significativo aos funcionários públicos e principalmente ao Magistério; elaborar emendas de Projetos de lei que contribuíssem para avanços significativos no Plano de Carreira do Magistério. Essa foi uma das principais características das deputadas que exerceram o cargo de parlamentar durante seus mandatos. Assim como Suely Gomes de Oliveira, a primeira Deputada Gaúcha, com exceção de duas deputadas das 27, eleitas no Rio Grande do Sul, as outras mantiveram seus discursos de professoras que atuaram nas salas de aula e comprometeram-se com as causas do Magistério.

Foi no encontro das duas identidades “*o ser Professora*” e “*o ser Deputada*” que obtive a resposta à questão principal que originou a Tese, qual seja: esclarecer as contingências de vida que levaram as professoras, Lara e Maria Augusta, ao participar da política partidária preocupar-se e ocupar-se com questões educacionais em geral e com o Magistério público, prioritariamente. As duas representações identitárias, embora, vivenciadas em tempos cronológicos diferentes “o ser professora” e “o ser deputada” construíram uma síntese que permeou a vida profissional e político-partidária de ambas. E, dessa forma, emergiu a tese desta pesquisa, a unidade da representação de professora e deputada, propiciou para que

⁵⁸ Discurso compilado dos *Anais* da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, ago. 1998. p. 8.

as duas “deputadas/professoras e professoras/deputadas” pudessem atuar no campo político público em defesa da educação gaúcha.

Tanto Iara, como Maria Augusta construíram um conhecimento sobre a profissão de “professoras” que em todos os sentidos contribuiu de forma significativa para que a “Deputada” legislasse a favor de benefícios em prol da Educação Estadual assim como e, prioritariamente ao Magistério. Foi a formação profissional em conjunto com a ação de “estar” ocupando um espaço de poder decisório, e fazer uso de suas atribuições, que oportunizou às duas mulheres a exercerem seus mandatos como professoras/deputadas e, dessa maneira cumprir os compromissos efetivados em discursos e propagandas políticas durante as respectivas campanhas eleitorais.

Na verdade, a unidade de professora/deputada permitiu, autorizou, a articulação de Iara Wortmann e Maria Augusta Feldman a atuarem na sociedade pois, o sujeito coletivo e individual

[...] é forjado nas e através das relações sociais, o que significa dizer que a formação do eu não pode prescindir, no mínimo de outro eu ou de outros eus. A diferença não participa da essência do sujeito/objeto é historicamente situado, ou seja, socialmente construído (SAFFIOTI, 1995, p. 160).

Eis, então, a essência dos indivíduos, múltiplos, contraditórios, mas jamais fragmentados, são as condições históricas que determinam quais das faces será dominante em determinado momento, sem prejuízo as demais, que continuam operantes na vida dos sujeitos/indivíduos na sociedade em que atuam.

Mas posso afirmar que as duas professoras trabalharam muito nas suas atuações pela educação e pelo Magistério durante o período que desempenharam funções político partidárias, conforme aparece detalhadamente em cada uma de suas Histórias de Vida. As referidas professoras enfrentaram muitas situações embaraçosas, mas defenderam seus pontos de vista e jamais deixaram de enaltecer suas profissões: Professoras. Ser professora, educadora, “homem ou mulher que tem o domínio de um saber específico” (ARROYO, 2001, p. 21). Em nome desse

saber específico, que as duas professoras representaram a categoria em diversas ocasiões e, nos dias atuais, são reconhecidas como “professoras”, assim como todos os professores que tiveram uma atuação marcante na comunidade de origem, onde ficam as marcas, ou então, guardados na memória de milhares de alunos com quem deixaram um pouco de si através do ato de ensinar.

A partir dessa compreensão e, após analisar uma infinidade de leis e materiais referentes às produções das deputadas no que tange às garantias legais alcançadas pelo Magistério e o funcionalismo público em geral, posso afirmar que as conquistas foram muitas: desde vantagens nos planos de saúde até a questão salarial. Porém, a questão não se atrela só aos benefícios, mas a necessidade de divulgação, da conquista de dessas benesses à sociedade e aos que têm interesse direto sobre tais concessões. Por essa razão mais uma vez afirmo que este trabalho de pesquisa é importante para o contexto da atualidade, porque trás à luz do conhecimento público mais um retalho da História da Educação do Rio Grande do Sul.

A falta de interesse político da população que não faz uso da cidadania plena, ainda compromete a aquisição de direitos plenos para todos pelo princípio da igualdade democrática, pois, na maioria das vezes, as concessões, as vantagens são adquiridas por uma parca parcela da população. Outra imensa parcela populacional pouco recebe de benefícios governamentais, sente-se desestimulada, desprotegida desigual pela abrangência das leis. É uma relação muito complexa a que vem se apresentando na política e culturalmente nos últimos anos o mundo, as populações sentem-se incapazes de cobrar através de seus direitos de cidadãos ações efetivas de seus representantes políticos. Frente a esta, entre outras situações concretas, cabe a crença de que os mais comprometidos com os processos educacionais possam a passos lentos, num amanhã mais próximo alterar essa realidade.

Portanto, os professores que atuam no Magistério Estadual do Rio Grande do Sul sabem de seus direitos, por ser uma parcela da população bem informada; têm um Centro de Professores, que embora, com pouca representatividade neste momento, devido a várias circunstâncias, inclusive históricas, ainda os representa

perante a sociedade e com certeza, assim como a professora Maria Augusta, enquanto representou a categoria na figura de presidente da entidade, busca a melhoria da qualidade do ensino gaúcho e possui em seus quadros, profissionais competentes e comprometidos com o ensino público porque a escola ainda é um lugar de grande importância para a vida intelectual de qualquer indivíduo e para o crescimento político, social e econômico do país.

O exemplo da importância da escola na vida dos indivíduos aparece claramente nas exposições, tanto da professora Lara quanto de Maria Augusta e fazem parte de mais uma dimensão que emergiu do contexto de suas vidas. Foi a partir de suas experiências escolares, iniciais e profissionais, que as professoras embasaram suas ações mais significativas. No caso da professora Lara, observei que sua trajetória profissional iniciou de forma cooperativa com seus pares, realizou estágio com colegas do Glória, no Colégio Municipal Dolores Alcaraz Caldas, manteve a unidade com o grupo de professores, inclusive estendendo afinidades afetivas, que até os dias de hoje conserva. Posteriormente foi lecionar no Grupo Escolar Três de Outubro, onde as relações profissionais ultrapassavam os limites, as construções eram de grupo; e, posteriormente no Colégio Estadual D. Pedro I, onde todas as ações eram planejadas com a comunidade escolar, professores, alunos, pais e a direção.

O resultado dessa caminhada, entre outros fatores, foi ter realizado um trabalho como Secretária da Educação baseado nos princípios da democracia, conforme, ela relatou: de partilha, de decisões conjuntas, uma ação de parceria e de colaboração entre seus pares. Processo aprendido ao longo da caminhada profissional, uma construção sedimentada no conhecimento adquirido desde os tempos da escola, em sua formação profissional, através das vivências, das experiências com as leituras, inclusive de mundo e com os outros, na relação de alteridade. Marcas singulares em uma vida que primou até o final de sua carreira profissional pelo uso da democracia, pelo saber ouvir, respeitar. No estímulo à aprendizagem dos alunos, em valorizar a escola, os professores e investir na qualidade educacional Traços grifados na história da Educação Pública do Rio Grande do Sul, desenhados pela mão firme e segura, da mesma Lara que pintava os

contornos do livro de alfabetização usado na 1ª série do Colégio Glória, na década de 1950.

A professora Maria Augusta, trilhou um caminho diferenciado de lara em sua escolarização. As recordações sobre as diferentes escolas estaduais pelas quais passou, e de como desfrutou de um ensino de qualidade, no tempo estudantil chamaram atenção. A professora Maria Augusta, lembra das lições dos professores, das aprendizagens que foram elaboradas e sistematizadas por ela como se hoje estivesse naquele tempo. Essas aprendizagens foram tão significativas que durante sua vida permearam os parâmetros valorais e éticos da professora, da mãe, da mulher, da deputada de fala forte e enfática que deixa na trajetória do Cpers e do Magistério do Rio grande do Sul o rastro da “Democracia, Unidade e Renovação”⁵⁹, uma recordação dos fervorosos dias vividos entre 1990 a 1993 no cenário público gaúcho.

As características que permearam o trabalho de Maria Augusta na vida pública foram marcadas por desafios desde sua atuação no Cpers, quando enfrentou com pulso forte os dias de greve e os embates com o então governador Collares, tal qual está expresso nos jornais, conforme apresentei nas páginas anteriores. Seu temperamento forte, a levou a cercar-se de um grupo muito atuante e colaborativo durante sua trajetória. Ela considera que a sua principal característica é poder aceitar debates e contrapontos entre os seus colaboradores. Acreditou que se todos concordassem com tudo que ela fazia ou dizia, algo estava errado; aquela não era a equipe de que ela gostaria de fazer parte. Traços marcantes, que ficam evidenciados principalmente em seus discursos na Assembléia Legislativa.

A opção pelo magistério foi outra dimensão que emergiu das narrativas das duas professoras. Foi no Colégio Glória que em 1962, lara afirmou ao pai, conforme está escrito na sua História: “Eu quero ser professora”, um desejo alcançado e vivo até os dias atuais. Compromisso que a professora lara nunca esqueceu, seu legado à educação riograndense não foi materialmente construído como uma obra grandiosa, mas está edificado em pequenas e inúmeras contribuições em projetos

⁵⁹ Lema adotado pela chapa vencedora do CPERS ano de 1989.

arquitetônicos de imensa grandeza intelectual, pessoal e profissional. Não ousaria citar todos, pois suas ações, sugestões, interferências e atos concretos perduram nos escritos das atas, das leis, dos projetos e na memória de professores que com ela atuaram e desfrutaram de sua colaboração, demonstrando dessa forma, que sua formação nos bancos escolares do Colégio Glória renderam bons e permanentes ensinamentos.

Assim como durante sua vida profissional, ao assumir cargos administrativos e de coordenação pedagógica, a professora lara, uniu as aprendizagens adquiridas no curso Normal e no Pós-Normal, que freqüentou no Instituto General Flores da Cunha e recebeu o certificado como Especialista em Administração Escolar; ensinamentos, que até os dias atuais pertencem ao arcabouço de conhecimentos dos quais necessita a professora lara para atuar profissionalmente na Sub-chefia Jurídica e Legislativa, na Casa Civil do Governo, cargo essencialmente técnico, que exige conhecimento sobre leis e a administração do serviço público, noções que ela adquiriu ao longo de sua vida profissional.

A professora Maria Augusta, embora, tenha optado concomitantemente com a sua formação universitária, em ser professora, atuou durante mais tempo em sala de aula com alunos adolescentes, que a professora lara. Sua bagagem de formação ficou bem evidenciada em duas ocasiões distintas. Uma quando afirma que, enquanto ministrava suas aulas de Biologia havia muita disciplina e silêncio na sala de aula, herança captada de seus melhores professores do tempo em que realizava sua formação, tanto no curso científico quanto na Universidade; e a outra, quando sempre discursou sobre a qualidade do ensino público, o qual sempre primou, pois, toda sua vida estudantil foi na Escola pública. Suas ações e discursos estiveram baseados nas experiências adquiridas ao longo de sua formação profissional pela qual sempre ela notabilizou.

Entendo que os saberes adquiridos pelas professoras lara e Maria Augusta são oriundos de diferentes fontes, como as disciplinares, curriculares, profissionais e experienciais, são um “conjunto de saberes transmitidos pelas instituições de formação de professores (escolas normais ou faculdades de ciência da educação)” (TARDIF, 2003, p. 36), ou também podem ser o “conjunto de comportamentos,

conhecimentos, destrezas, atitudes e valores que constituem a especificidade do professor” (SACRISTÁN, 1999, p. 65) e aparecem em diferentes situações nas Histórias de Vida delas, principalmente quando recordam de suas primeiras experiências na sala de aula, onde expressam através das narrativas situações da formação profissional, tanto das Ciências da Educação quanto da ideologia pedagógica propalada nos diferentes contextos históricos nos quais as professoras atuaram.

Observei que as professoras Iara e Maria Augusta percorreram caminhos diferenciados para iniciar suas trajetórias no magistério, porém, as duas têm o mesmo sentimento pela profissão: muita realização, doação, reconhecimento, aprendizado, dedicação, amor, orgulho, o apego ao saber, à qualificação e ao estudo. E também passaram por momentos de grandes mudanças em suas vidas e não foram ocasionadas por suas opções políticas, decisões pessoais, mas que a vida impulsiona. São os chamados momentos “charneira”⁶⁰, que ocasionam mudanças na vida das profissionais. No caso da professora Iara foi o momento em que ela realizou o curso de Pós-Normal em Administração Escolar no Instituto de Educação General Flores da Cunha, sua vida mudou de rumo.

Ela era professora, lecionava no primário e, após o curso de Administração Escolar, não voltou para a sala de aula, continuou a exercer a profissão no magistério como Diretora de escola, uma função administrativa para a qual havia se formado. A própria Iara relata sua surpresa em relação ao convite da então Delegada de Ensino professora Mariath, isso significou uma mudança profunda no seu projeto profissional e gerou uma nova fase na vida dela, pois, passou a ocupar funções administrativas relacionadas à educação em diversas instituições públicas. Até mesmo quando foi eleita deputada estadual participou da Comissão de Educação na Assembléia legislativa e continua, mesmo aposentada do magistério Estadual, a ocupar cargo administrativo no governo do Estado.

⁶⁰ Momento charneira definido como escolha, ou obrigação “ porque o sujeito escolheu- sentiu-se obrigado a – uma reorientação na sua maneira de se comportar e/ou na sua maneira de pensar o seu meio ambiente e/ou de pensar em si através de novas atividade” (JOSSO, M C.; In: NÓVOA, 1988, p. 44).

Já a professora Maria Augusta, mudou o rumo de sua vida, em um momento inesperado, quando passou a fazer parte do Cpers, em 1979, e sua vida foi lentamente se transformando. Aos poucos, seu centro de interesse passou a ser as causas do magistério, quando realmente todo o espaço profissional de Maria Augusta foi tomado pelo exercício incansável na Direção do Centro dos Professores do Rio Grande do Sul, em 1989; quando então ela deixou suas aulas de Biologia no Colégio padre Réus e passou a dedicar-se ao Centro de Professores do Rio Grande do Sul (CPERS). Após o término de seu mandato optou pela vida partidária elegendo-se deputada Estadual e posteriormente, ocupou cargos eletivos no Governo Estadual até a aposentadoria.

Outras dimensões, que considero inseparáveis, de serem analisadas são a família, a infância e a escola na vida das professoras. Maria Augusta e Lara viveram em um tempo em que as crianças podiam ser mais livres e desfrutar de brincadeiras na rua. Lara viveu no Bairro Glória sua primeira infância, tinha muitos amigos, faziam muitas brincadeiras, conviviam na rua onde se divertiam até o final da tarde. A família era composta de cinco pessoas, pai, mãe, irmão, avó e ela, Lara. Todos de fé cristã praticante. A avó manteve vínculos profundos com a professora Lara e colaborou para que ela descobrisse coisas importantes sobre a vida e a tecnologia da época. O pai era o mantenedor da família e a mãe do lar. A escola, a coisa mais importante naqueles tempos. Era um acontecimento, ao redor do qual girava a vida de todos. Lara lembra de suas roupas, uniformes e do livro com o qual se alfabetizou. Sua vida teve como epicentro, até sua formatura no magistério, o Colégio Glória, conforme está escrito na sua história de vida.

A família de Maria Augusta era composta de quatro pessoas, pai, mãe, irmão e ela. Sua infância também foi marcada por brincadeiras com os amigos nas calçadas das diversas cidades nas quais morou a família. O pai de Maria Augusta foi a pessoa mais marcante de sua vida, estimulou-a aos estudos, investiu na leitura, sempre acreditou na capacidade intelectual da filha. Proporcionou a ela atividades como piano, Inglês, Francês, viagens de lazer e de estudos por diferentes lugares, inclusive ao exterior. Sua escolarização inicial foi marcada pela frequência a diferentes escolas estaduais do interior do Estado, as quais Maria Augusta

considerou de extrema importância para sua qualificação. Ela lembra do seus professores, das lições ensinadas e da grande professora de História que teve no Terceiro ano do Científico, a qual atribui seu interesse pela política e pelas leituras interessantes da História Mundial.

De maneira diferente professora Maria Augusta marcou também a vida de seus alunos, conforme relata na sua narrativa. Diferentemente da professora Iara que cursou o Magistério, ela teve que aprender a ensinar a aprender. Conforme Maria Augusta, suas primeiras aulas ministradas exigiram muitas horas de estudo, pesquisa e feitura de exercícios. Contou com amigos da área específica para tirar dúvidas e sistematizou através do raciocínio do aluno Manoel a possibilidade de usar outras formas de aprender. Descobriu, através do tempo em sala de aula, maneiras que facilitavam o aprendizado de seus alunos. Criou didaticamente maneiras de conduzir o aprendizado de seus alunos frente aos conteúdos mais complicados, facilitando a compreensão deles e despertando o prazer em suas aulas. Levou para suas aulas, os velhos professores que carregava na memória, ao ser rígida na disciplina e valorizar seus alunos.

O parágrafo relatado anteriormente não se constitui em uma dimensão, apenas mais um dado de reconhecimento da atuação da professora Maria Augusta, no ofício de professora. Embora não tenha cursado o Magistério, percorrendo um caminho diferente para sua profissionalização, foi através da atuação em sala de aula, do convívio com o grupo de professores e principalmente na escola que se tornou a professora que foi. Diferente da professora Iara que ao sair do magistério sabia qual o caminho a ser percorrido na sala de aula, para efetivar as aprendizagens de seus alunos.

Outra dimensão que emergiu de suas falas tange a suas filiações político-partidárias. As duas deputadas, Maria Augusta e Iara, assim com o, suas antecessoras como aparece no capítulo primeiro, foram convidadas por homens reconhecidos para fazer parte de agremiações políticas, conforme suas relações ideológicas. A primeira participação de Maria Augusta foi no Partido Democrático Trabalhista (PDT), em 1981, através do qual se lançou candidata, obtendo 12 mil votos, que foram insuficientes para sua eleição. Sua eleição para Deputada ocorreu

quando fazia parte do Partido Socialista Brasileiro (PSB), quando atingiu 20568 votos e assumiu uma cadeira no legislativo estadual. Com a professora lara não foi diferente, também foi convidada para fazer parte do Partido do Movimento Democrático Brasileiro e foi eleita. As duas desempenharam suas atribuições de deputadas conforme já foi explicitado. E tiveram o reconhecimento público de seus trabalhos.

O reconhecimento público de nomes na sociedade pode ocorrer mediante a confiança que o indivíduo tem em si mesmo, que o leva a realizar seus projetos de realização pessoal em frente e se tornam objeto de respeito solidário e, pela esfera jurídico-moral, em que o indivíduo tem o reconhecimento de ser autônomo e moralmente imputável, segundo. Honneth (2003). As três indicações se aplicam às trajetórias das professoras Maria Augusta e lara, pois as duas acreditaram nos seus potenciais como professoras, investiram em suas formações e qualificações profissionais e compartilharam, nas suas comunidades escolares, com o grupo de professores seus conhecimentos, empreenderam suas palavras em discursos coerentes com suas práticas e se destacaram no grupo, se projetando para um círculo maior de relacionamentos. Há nesse sentido uma rede de relações de interesses comuns que delegam poderes representativos àqueles que têm voz, que falam em nome do grupo, defendem interesses desse grupo.

Esse reconhecimento está claro na expressividade numérica da votação que as duas candidatas obtiveram. Os números confirmam a importância da representatividade das professoras para o grupo de professores estaduais gaúchos, pois, tanto a professora lara, quanto, Maria Augusta atribuem suas votações significativas à confiança e reciprocidade que obtiveram do Magistério do Rio Grande do Sul. As declarações dos alunos dessas professoras, já descritos nas suas narrativas em suas histórias de vida, corroboram para que as afirmações teóricas se confirmem na prática. Eles atribuíram suas aprendizagens e ensinamentos escolares às professoras que tiveram, Maria Augusta, às lições de Biologia e, lara às primeiras noções do Ensino Fundamental, referindo dessa forma as atribuições de competência profissional. As declarações do ex-governador Antônio Britto em relação à professora lara, que expressa:

“... temperamento e caráter, de levar a negociação mais difícil em clima construtivo, respeitoso e fraterno,..., por conta de sua competência e preparo, defender posições mais avançadas – habilidade pessoal e rigor técnico – fazem da lara uma pessoa diferenciada”⁶¹.

Portanto, mais do que uma vida dedicada ao Magistério, as duas professoras tiveram, através de suas trajetórias pelos tempos e espaços educativos, experiências bem sucedidas.

As recordações dos alunos, das aprendizagens, dos ensinamentos, dos acontecimentos em sala de aula fazem com que as professoras Maria Augusta e lara se reconheçam como competentes, pois suas ações na docência deixaram ensinamentos marcantes e significativos na vida de seus alunos. Citações que ambas explicitam com muita satisfação durante as narrativas de suas vidas, enfatizam a recompensa de ser professora, o reconhecimento de poder ensinar algo e que esse saber tenha significado para toda vida. Tanto que as duas professoras em ocasiões distintas tiveram a felicidade de reencontrar seus antigos alunos, que as lembraram de fatos até então, para elas, despercebidos, ocorridos em um tempo passado, em suas trajetórias profissionais.

Tempo linear que não volta mais foi a lembrança daqueles períodos vividos pelas professoras lara e Maria Augusta e, quando evocados, aparecem através do ato de rememorar delas, de recordar os acontecimentos do passado. Quando elas evocam a memória agem “tecendo” fios entre os seres, os lugares, os acontecimentos (tornando alguns mais densos em relação a outros), mais do que os recuperando ou os descrevendo como “realmente” aconteceram. É a memória que atualiza os acontecidos do passado recriando o vivido “ao mesmo tempo no passado e no presente, a memória recria o real; nesse sentido, é a própria realidade que se forma na (e pela) memória” (COSTA, 2001, p. 51).

Através das lembranças das professoras foi possível reconhecer aspectos importantes que marcaram suas infâncias. A professora lara lembrou com clareza de seu livro de alfabetização, da formatura do primário, das balas compradas na

⁶¹ BRITTO, Antônio. Depoimento escrito enviado através de email profissional em 29/10/09. Respondido e assinado digitalmente pelo ex-governado, tendo o conhecimento da utilização do documento na tese e consentido no uso de suas respostas.

esquina da sua casa, dos bons e felizes momentos que viveu com a família; assim como recorda do seu casamento, do nascimento dos filhos, da ajuda imprescindível do seu esposo na organização do material pedagógico enquanto lecionava. Da mesma forma que a professora Maria Augusta recordou da presença constante do pai no auxílio as suas leituras, dos momentos em que aconteceram as transferências de cidades, os novos amigos, o ambiente familiar agradável e intelectualizado que viveu; constituiu família, mas na sua vida profissional nunca houve a interferência profissional, segundo ela conta, sempre soube separar as coisas, atribuindo a essa atitude sua capacidade de sempre usar a razão para resolver as situações problemas que encontrou em sua vida.

Penso que a memória das professoras são suas recordações evocadas no momento de nossas conversas, mas compreendo que a memória tem um estatuto epistemológico na historiografia e, que se faz necessário sua explicitação dentro da especificidade da análise apresentada nesta Tese. Foi através da apropriação das idéias de que memória “será sempre fundacional, sacralizadora e reactualizadora de um passado que, estando vivo, tende a fundir-se num eterno presente” (CATROGA, 2001, p. 54); e, que também é “um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento” (BOSI, 1995, p. 39), e, que “a pessoa recorda pelo fator social, que organiza e formata o pensamento” (CONSTANTINO, 2004, p. 55), entre outras definições, e leituras que me levaram a construir o seguinte conceito de memória: engloba as representações individuais daquilo que se viveu em um determinado tempo e espaço, caracterizado como passado, rememoradas no presente.

Essa construção conceitual contribuiu para a compreensão das análises das histórias narradas pelas professoras em que pude observar os tempos distintos aos quais se referiram as professoras Lara e Maria Augusta quando lembraram do seu passado. Porém, reconheço o enorme percurso de discussões que envolvem os pesquisadores das Ciências Humanas, principalmente os historiadores que procuram aprofundar e expandir a relação entre história e memória, porque ambas evocam o passado. Acredito que cada conceito tem suas especificidades e são polissêmicos conforme os contextos em que são empregados, portanto, as

discussões de pertencimentos de campos de saber estão fora das análises objetivadas nesta Tese.

Através das discussões provocadas por Halbwachs [2004] foi possível entender a memória como elemento constitutivo do processo de construção de identidades coletivas. E, de certa forma, recuperar as representações que os grupos modelam deles próprios, uns dos outros; nesse sentido, as trajetórias de vida expressadas nas narrativas das duas professoras em estudo contemplam, de certa forma, os profissionais da educação. Ao trazerem nas suas falas saberes, conhecimentos, aprendizagens, lembranças pessoais da profissão, em um espaço individual, estão falando também de um grupo e, sobre um grupo de pertencimento - ser professor- no caso, professoras que ampliaram seu foco de envolvimento e ação: professoras que em um momento da vida também professoraram a política partidária e a vida pública como política.

A memória se apresenta neste contexto com o viés de testemunho, embora fragmentária e instável, rica em elementos contemplativos das ações humanas, que dificilmente estariam registrados em outros lugares que não em uma narrativa de vida. A elaboração da memória se dá no presente e para responder a solicitações do presente; é o presente que proporciona as condições de rememoração do passado. A contribuição das Histórias de Vida para a compreensão da memória é fundamental, porque oportuniza às professoras narrarem suas lembranças que estavam silenciadas por pressão coletiva ou conveniência pessoal, já que a matéria bruta da memória individual pode permanecer latente anos a fio até que seja despertada por um interlocutor que exerce o papel de incitador das lembranças, das recordações que estavam guardadas na memória.

Embora a memória das professoras seja o testemunho de suas experiências no campo da educação no Rio Grande do Sul, utilizei como fonte histórica documental artigos de jornais, pois eles vêm cada vez mais sendo incorporados como arsenal em pesquisas, sendo uma fonte privilegiada para o conhecimento histórico, já que as novas fontes foram incorporadas às pesquisas e passam a valer como documento. Le Goff (1998). No caso desta Tese, não são os jornais somente documentos comprobatórios das falas das professoras Lara e Maria Augusta, mas

sim, elementos importantes que marcam um tempo, “[...] são arquivos do cotidiano registrando a memória do dia a dia, e este acompanhamento diário permite estabelecer a cronologia dos fatos históricos” (ZICMAN, 1985, p. 90).

E também descrevem acontecimentos, salientam valores, descrevem o mundo mas “a imprensa não é o mundo, mas deve falar sobre esse mundo, retratá-lo, torná-lo compreensível para os leitores” (MARIANI, 1998, p. 61-62). Dessa forma, julgam ações, expressam através da escrita um período que ainda não está escrito em nenhum livro, pois, “O jornal não faz memória, e a coleção de um jornal não tem existência para seu leitor. [...] Mas se a coleção não se constitui de memória para o leitor, ela pode se constituir de um arquivo para o historiador [...]” (MOUILLAUD, 1997, p. 77), complementando, dessa forma, a escrita de uma história, neste caso das narrativas das professoras.

Porém, é importante ressaltar que os artigos e reportagens de jornais apresentados juntamente com as narrativas de vida das professoras, expressam fortemente as questões políticas vivenciada por elas nos períodos em que ocuparam cargos de destaque público na sociedade gaúcha, valendo da lembrança de que essas escritas de periódicos, “[...] não são neutras, nem inocentes, foram escritas com determinadas intenções e estratégias para lê-los” (HUNT, 2001, p. 18). É por esse viés que acredito ser importante o uso de jornais, para que se possa acompanhar nos discursos expressos o movimento de determinadas idéias e opiniões que circularam no período pesquisado, representando uma possibilidade de maior compreensão às histórias de vida das professoras, que convergem numa complementação rica de detalhes: “os jornais oferecem vasto material para o estudo da vida cotidiana. Os costumes e práticas sociais, o folclore, enfim, todos os aspectos do dia a dia estão registrados em suas páginas” (CAPELATO, 1988, p. 34).

Reconheço a importância de observar a metodologia mais apropriada ao fazer uso das fontes jornalísticas em um trabalho de pesquisa e sobre o tratamento das novas fontes históricas. Essas razões são consideráveis, mas ao utilizar os jornais objetivei demonstrar, no caso da professora Maria Augusta, os difíceis momentos pelos quais passou durante o governo de Alceu Collares, a representante, do Centro dos Professores. Muito embora ela tenha expressado as diversas situações de

embate, os periódicos complementaram aquele momento vivido, expressaram as opiniões da população gaúcha e, principalmente, provocavam o governo a tomar posições decisivas sobre a situação do Magistério. Durante os três anos consecutivos em que a professora Maria Augusta esteve no Cpers, os jornais, Correio do Povo e Zero Hora, publicaram em suas páginas aproximadamente 300 notícias anuais a respeito da situação dos professores no Rio Grande do Sul, evidenciando as atuações da Presidente do Centro dos Professores⁶².

No caso da professora Iara, utilizei as matérias de jornais como mais um elemento de memória de um tempo vivido e reconhecido publicamente. As diferentes situações em que ela aparece nos jornais, são momentos de posse em cargos públicos como Secretária da Educação, quando concorreu para vice-prefeita com César Bussatto, na eleição de 2000 para a Prefeitura de Porto Alegre. Há uma profusão de fotos e pequenas reportagens a seu respeito. Levando em conta que o objetivo dessa pesquisa tem outro mote, é importante salientar que os materiais selecionados nas páginas anteriores pertencem a um contexto determinado e necessitam ser compreendidos como representações possíveis da realidade, relacionadas ao assunto tratado.

O jornal não foi empregado nas Histórias de Vida como foram as fotografias que fazem parte do arquivo pessoal das professoras Maria Augusta e Iara. Foram escolhidas por elas para possibilitar uma captura do mundo no qual elas viveram e atuaram para demonstrar visualmente um pouco de imagens que foram eternizadas sobre suas vidas, proporcionando a agregação de outro tipo de texto às suas histórias, uma forma concreta de observar a realidade vivida naquele momento, expressado nas suas falas narrativas, pois, “[...] na medida em que se recorreu às fotografias encontradas pelos professores como forma de reavivar a memória e coletar novas informações” (DEMARTINI, 1997, p. 11), aparecem outras lembranças daqueles tempos vividos e automaticamente falas significativas a respeito daquela situação.

⁶² O dado quantitativo expressado foi contabilizado pela pesquisadora após analisar todos os jornais, Correio do Povo e zero Hora durante os anos de atuação da professora Maria Augusta no CPERS, atividade de pesquisa que foi realizada durante dois anos com auxílio da pesquisadora Marisa Nonemacher no Museu Julio de Castilhos em Porto Alegre.

As fotografias, que pertencem ao arquivo pessoal das professoras, possibilitam, dentro do contexto das Histórias de vida, a percepção de um fragmento do real vivido por elas num determinado momento histórico-social de suas vidas; é um meio de conhecimento sobre uma cena passada, um resgate da memória visual do indivíduo e do seu entorno sociocultural conforme pode-se entender à luz de Kossoy (2001). Essas imagens fotográficas complementaram visualmente as narrativas, apontando o momento vivido do pelas professoras, que elas consideraram importantes, e, também, porque revelam suas participações na sociedade. A professora Maria Augusta apresentou suas fotos de Congressos, de professores, suas aparições públicas com nomes de grande importância Nacional como o de Leonel Brizola e Miguel Arraes. Já a professora Iara, recolheu suas fotos do fundo do baú, sua infância, privilegiou o lado pessoal de suas lembranças guardadas pelas recordações das fotos. Certamente a revisitação às fotos colaborou para que muitas recordações se projetassem do passado para o presente, colaborando para a escrita da narrativa.

Foi através da narrativa, do ato de contar-se, de inventariar-se que foram se descortinando as recordações do passado das professoras. Nas suas falas, apareceram as peculiaridades, os detalhes e aspectos importantes de suas vidas conforme aparece nas páginas anteriores. Houve uma reconstituição dos momentos vividos, as palavras foram expressas com os significados que carregam, imprimindo traços singulares às experiências vividas, que estão guardadas na memória, que cumpre seu papel de guardar lembranças, pelo ato de recordar do sujeito. As narrativas se constituem em discursos auto-referentes que exprimem um mundo temporalmente no presente do narrador, um acontecimento individual ou coletivo, que é resultado de uma experiência singular, de auto-testemunho porque comunica uma mensagem a um intermediário⁶³.

Nesse sentido, a produção textual se apresenta na primeira pessoa, conforme normalmente os textos narrativos são apresentados, não há obrigatoriedade, mas é importante que a elaboração textual seja na primeira pessoa, porque, aproxima o

⁶³ Informações sistematizadas a partir da leitura de: POIRIER, Jean. [et al.]. *Histórias de vida*. Tradução de João Quintela. Oeiras: Celta, 1995.

leitor da sinceridade e da subjetividade da narrativa, é o que Lejeune (1975) nomeou de pacto autobiográfico: reproduzir certas partes da autobiografia tal qual ela foi falada como forma de estabelecer comunicação entre os indivíduos e atribuir significado à experiência humana.

Corroborar na direção de situar a experiência humana como processo de produção do conhecimento, lugar onde se forma a primeira relação significativa com o objeto, sobre a qual se forma e justapõe a reflexão. São as questões do mundo vivido e as elaborações das experiências sobre ele que estão expressas nas narrativas das professoras. Manifestações da experiência vivida como as idéias, pensamentos, procedimentos, atitudes, sentimentos, normas, valores, são manifestações do social e ao mesmo tempo do coletivo como resultado da interrelação entre narrador e ouvinte.

Além das concepções teóricas, a narrativa é a maneira pela qual as pessoas lembram o que aconteceu, encontram explicações, estabelecem posição, “tornam familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana normal” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 91), contribuindo para estabelecer sua reflexão sobre o mundo social, ser e estar nele, a partir de sua própria temporalidade, pois o tempo cronológico há muito se tornou irrelevante. Dessa forma, o tempo da narrativa é organizado pelo narrador, no presente em direção ao passado, apontando para duas temporalidades, o tempo da narrativa, não corresponde ao tempo narrado, já acontecido, conforme pode ser observado nas páginas anteriores⁶⁴.

Sendo assim, a narrativa auto (biográfica) se constitui, como indispensável mediação para se fazer uma obra histórica, contemporânea que contempla trajetórias de vida individuais e a história social, pois, os sonhos, as atitudes, os desejos, estão relacionados ao contexto social. Por essa razão, o estudo que envolve as influências dos espaços sociais sobre os indivíduos, a partir dessa perspectiva metodológica, permite o conhecimento de uma multiplicidade de

⁶⁴ As enunciações teorizadas sobre as narrativas foram construídas pela pesquisadora através das leituras das seguintes obras: RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa* (Tomo I). Tradução de Constança Marcondes César. Campinas: Papyrus, 1994; BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1988.

relações, possibilita desvendar o pensamento da ação docente, pois, “todas as narrativas autobiográficas relatam, segundo um corte horizontal ou vertical, uma práxis humana. Toda a vida se revela, até nos seus aspectos menos generalizáveis, como a síntese vertical de uma história social” (FERRAROTTI, 1988, p. 26-27). Por essa razão, entre outras, as narrativas (auto)biográficas, são usadas para escrever relatos de experiências empíricas porque permitem detectar elementos, saberes e relações que estiveram presentes na formação e no cotidiano das educadoras, durante o exercício do Magistério e fora dele.

A análise do pensamento do indivíduo colhida por meio das Histórias de Vida colabora para a explicitação da idéia de que as práticas são subsidiadas por representações e saberes. No caso do Magistério, essas práticas não são apenas organizadas nos cursos de profissionalização, mas recebem influências de todo o percurso de vida escolar e vida profissional de professores, conforme ficou explicitado nas narrativas de vida das professoras Maria Augusta e Iara. A empregabilidade das narrativas autobiográficas permite a identificação de saberes e práticas que sustentaram o trabalho pedagógico das professoras referidas, no período em que atuaram nas salas de aula e também em organismos de classe e instituições estatais do Sistema de Ensino do Rio Grande do Sul.

Através da abordagem (auto)biográfica foi possível “evidenciar e aprofundar representações sobre as experiências educativas e educacionais dos sujeitos, bem como potencializar entender os diferentes mecanismos e processos históricos relativos à educação em seus diferentes tempos” (SOUZA, 2006, p. 136). Dentro dessa perspectiva as escritas da Tese, refletem a busca objetiva da possibilidade de compreender uma vida, uma parte dela, porque nunca se apreende toda a subjetividade humana que abarca uma vida; desvelar, descortinar as vivências socioculturais dos sujeitos e reconstruir de forma contextualizada processos históricos vividos em diferentes contextos.

Para percorrer os caminhos que levaram à tessitura desta Tese foi necessário fazer uso da História Oral de Vida que se apresentou como um referencial profícuo para a compreensão da visão dos sujeitos sobre sua profissão e os modos de ser e estar nela. As narrativas dão-se através da oralidade sendo que, “a História Oral de

vida aplicada à educação pode iluminar lugares ocultos da vida escolar” (GUSMÃO, 2004, p. 31), assim como contribuir para abertura de novos campos investigativos, diferente daqueles que vigem, na maioria das vezes, centrados nas políticas públicas e nas concepções pedagógicas do ensino.

São as vozes das professoras Maria Augusta e Iara sobre seus pensamentos que provoca a reflexão sobre as práticas educativas de acordo com a subjetividade que mesclam as percepções que o ser humano tem do, e sobre o mundo, onde a questão subjetiva se mostra essencial, independente de suportes probatórios.

As incertezas, descartabilidade da referência exata garantem às narrativas decorrentes da memória um corpo original e diverso dos documentos úteis à História. Em particular, a história oral de vida se espalha nas construções narrativas que se inspiram em fatos... (MEIHY, 2007, p. 34).

Porém, admitem, fantasias, silêncios, distorções, sonhos, desejos, projeções, concedendo ao improvável seu espaço no âmbito da vida social.

Com o sentido de trazer outras possibilidades de utilização da metodologia das Histórias de Vida, que não só a análise da formação e da autoformação de professores, foi que me aventei em construir a pesquisa que resultou nesta Tese, pois, percebi que a referida metodologia pode ser empregada de diferentes maneiras sem perder seu estatuto científico e de comprometimento com o conhecimento, na área da Ciência da Educação. Ao trabalhar com a História de Vida de professoras, não objetivei somente perceber seus percursos de profissionalização no Magistério, mas como eles contribuíram para que as professoras Maria Augusta e Iara trilhassem um caminho de tanto reconhecimento, carregando o nome da profissão: professoras.

Afirmar que seus trajetos pelo Magistério foi fator determinante para que elas tivessem realizado o percurso público notório que tiveram, seria no mínimo redundante com todas as minhas proposições e com minha postura de pesquisadora. Mas dizer que foram os caminhos percorridos por elas no meio educacional, como portadoras de um conhecimento específico, o qual somente os professores possuem que de forma primordial colaboraram para que suas projeções

no Estado fossem reconhecidas é inegável. Por isso carregam o título de “professoras” e não de ex-deputadas, pois, o fato de terem sido políticas, desempenhado um papel em determinada ocasião, não as legitima como tal. Até porque culturalmente este espaço ainda é de ocupação masculina.

A “escrita de si”, também foi durante um tempo, essencialmente, masculina; pois, aparece na história, inicialmente, como narrativas de grandes feitos de heróis, no século XVIII, a partir da emergência da imagem do cidadão moderno, dotado de direitos civis e políticos. Na contemporaneidade está sendo empregada nas biografias e autobiografias, expressadas através das narrativas das Histórias de Vida empregadas nas investigações das Ciências da Educação e em outras áreas. Porque favorecem reflexões sobre “a vida humana e suas construções, especificamente as formadoras/educativas e os modos de conhecer a si e ao outro e de investigar configurações dos relatos de experiências individuais e coletivos” (SOUZA, 2006, p. 15) e, dessa forma permitem compreender os processos formativos dos sujeitos, através da escolarização, que estão imbricados nas subjetividades que ficam explicitadas nas histórias pessoais, pois, todos os sujeitos são portadores e construtores de saberes que se delineiam nas suas vivências. As escritas de si são portadoras de diversas vivências de aprendizagem tanto formativas, específicas da profissionalização do professor, quantas práticas de construção formal e informal de saberes.

Dessas escritas a procura da veracidade expressadas nos relatos é eliminada desta investigação. Pois o que importa é “a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de dizer o que houve, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou” (GOMES, 2004, p. 15). O valor documental está escrito nas páginas desta Tese, através da minha percepção, da observação e análise das trajetórias pessoais e profissionais das professoras. É também a percepção delas, professoras, Lara e Maria Augusta sobre as suas próprias vidas, assumindo uma escrita pessoal, íntima, profissional através da escrita de “si”. São momentos de reflexão e tomada de consciência sobre os próprios processos de formação e os momentos formadores que deixaram seus traços nos trajetos dessas vidas.

Pois, as Histórias de Vida não se constituem, como um inquérito verificatório nem visam estabelecer leis, muito menos provar hipóteses,

têm por função recolher testemunhos, elucidá-los e descrever acontecimentos vividos. É preciso, pois, estabelecer categorias descritivas que remetam para variáveis do texto que sejam exclusiva uma das outras, que recortem e organizem o discurso (POIRIER, 1995, p. 111).

Essas inferências foram observadas na escrita das narrativas das Histórias de Vida das duas professoras. Porque na existência de qualquer pessoa, multiplicam-se as causalidades, as oportunidades, as escolhas, as sortes impossibilitando que a vida tenha uma ordem de funcionamento. Portanto, a redação da narrativa que se apresenta na escritura desta Tese ocorre de acordo com o compasso nos quais as conversas com as professoras aconteceram.

Por esse motivo utilizei a abordagem compreensivo-qualitativa na pesquisa que se difere das concepções de um estudo de caso, maneira que é apontada em muitos estudos que abrangem as metodologias explicitadas. Isto, tendo em vista que a perspectiva qualitativa vai se direcionando nos contextos, a partir de seu desenvolvimento, sem um rigor de planejamento previamente estabelecido, sem a pretensão de enumerar ou mensurar eventos; seu foco de interesse é amplo e parte de uma perspectiva segundo a qual os dados são colhidos de uma forma descritiva, mediante contato direto com os sujeitos envolvidos nas situações de estudo. Acredito que o modo de ser de professores, particular de cada um, resulta da estreita combinação entre as características, posicionamentos e experiências pessoais e os múltiplos aspectos de intervenção do mundo social na composição dessa maneira de ser, o que não exige qualquer análise quantitativa e a comprovação de resultados.

Toda a composição da pesquisa que resultou na feitura desta Tese está amparada e subsidiada pelos aportes teóricos trazidos pela História Cultural. O próprio conceito da palavra “professor” que permeia todo o trabalho é uma representação, se constituiu em uma realidade paralela à existência das professoras. “São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão

sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade” (PESAVENTO, 2003, p. 39). As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem sua existência a partir do seu grupo de pertencimento social.

No enfoque da pesquisa as representações estão relacionadas ao campo da construção da imagem de professores e no conjunto de práticas da profissão que os constituíram como docentes. Os saberes das práticas docentes é um saber social porque todos os professores possuem uma formação comum, mesmo em instituições de ensino diversas, os programas, as disciplinas, as regras são compartilhadas pelo grupo de professores. As representações ou práticas de determinados professores, mesmo que singulares, ganham destaque quando apresentadas numa situação coletiva de trabalho, conforme Tardiff (2002). Nesse sentido, as professoras Maria Augusta e Iara quando desempenharam suas atribuições como deputadas representavam o conjunto de professores estaduais do Rio Grande do Sul, fato tão introjetado pela cultura que elas sempre se pronunciaram como efetivamente professoras.

Fazem parte dessa história alguns apontamentos sobre a participação política partidária de um número significativo de professoras, pois, elas, no caso do Rio Grande do Sul, principalmente compõem a maioria das deputadas eleitas para Assembleia Legislativa deste Estado. Desde 1950 quando a primeira mulher ocupou o parlamento, Suely Gomes de Oliveira, até nossos dias, a presença de professoras faz parte dos quadros do Legislativo. As razões para que se tenha essa ocorrência está no fato de que o Magistério é para uma parcela de mulheres o primeiro contato com o mundo público, a oportunidade mais acessível para que as mães e donas de casa possam se lançar ao mercado de trabalho. Dessa forma elas ocupam lugar nas suas comunidades de origem e se destacam pela forma comprometida com que assumem o ato de ensinar, se diferenciando de outros professores e, também porque dedicam-se a causas sociais, têm envolvimento com a comunidade em que atuam.

Estes fatores são imprescindíveis, além de outros, para que as mulheres possam participar da vida política no Brasil; pois, segundo estudos⁶⁵ as mulheres só chegam à política através de duas formas: quando têm fortes laços familiares “[...] e outro composto por mulheres com militância partidária ou sindical ou com destaque em suas atividades profissionais” (PINTO, 2000, p. 29). Sendo assim as professoras pertencem ao grupo de destaque da carreira profissional e representam na grande maioria das vezes um bom potencial de votos para os partidos. Por isso, elas são convidadas por homens importantes que compõem os quadros dos partidos políticos, a participarem da política partidária. Como aconteceu com a grande maioria das deputadas e também com a professora Maria Augusta e Lara que receberam convites através de visita em suas residências dos representantes dos partidos com os quais tiveram afinidades.

Mas as professoras não permaneceram mais do que uma legislatura na Assembléia Legislativa, diferente dos homens que na grande maioria das vezes permanecem por mais de duas legislaturas. As razões explícitas estão na contabilização dos votos: não atingiram o número suficiente para se eleger. Mas os motivos são muito maiores do que só os valores numéricos. Os homens ainda desfrutam do poder nos partidos políticos impedindo que as mulheres consigam projeção. Essa conclusão não está somente na fala das professoras entrevistadas nesta pesquisa, está na fala da maioria das mulheres que ocuparam e ocupam cargos eletivos na política partidária. É comum ouvir dizer que nas reuniões de Bancada dos partidos ou nos Diretórios que as mulheres são as últimas a tomar a palavra e, quando existem eleições decisórias sobre determinados assuntos, as idéias das mulheres são reelaboradas pelos homens e só assim vencem a votação. São raros os momentos em que dentro de um partido político as mulheres, mesmo as que são ativas participantes, terem o consenso dos homens.

⁶⁵ Estudos sobre a participação das mulheres na política estão cada vez mais fazendo parte de trabalhos acadêmicos como: SEBENELO, Sonia Martins. *Gênero e Poder: possíveis contradições no processo de emancipação feminina – um estudo da presença feminina na Câmara Municipal de Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Porto Alegre, PUCRS, 2004; KARAWEJCZYK, Mônica. *O Voto da Costela: o sufrágio feminino nas páginas do Correio do Povo (1930-1934)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre, PUCRS, 2008. PETERSEM, Áurea Tomatis. *Trabalhando no Banco: trajetórias das mulheres gaúchas desde 1920*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre, PUCRS, 1999.

Há uma percepção clara de que as mulheres avançaram muito desde a conquista do voto no que tange aos seus direitos constitucionais, em galgar postos de confiança e chefia nas grandes empresas mundiais, de ter conseguido sua independência intelectual e moral, entre tantas outras conquistas, como ficou expressado no capítulo primeiro. Mas é inegável que no exercício da política, no campo decisório do poder, ainda há muito para fazer. É um grande paradoxo, pois frente a todos os avanços da modernidade, a mulher permanece tendo o mesmo sentimento em relação à maternidade e responsabilidades para com os filhos. Isto não mudou, ou seja, mudaram não mudando. A grande maioria das mulheres exerce uma tripla jornada de trabalho, sinal de que a velha cultura permeia as novas relações. Mesmo com a política de cotas, os partidos ainda têm em seus quadros poucas mulheres participando da política partidária e do campo decisório do poder Legislativo no Brasil.

No Rio Grande do Sul o quadro não se altera, as questões de gênero são mais arraigadas do que em outros Estados devido a sua formação histórica e cultural em que as práticas políticas não favorecem a construção de uma cultura política participativa e democrática, pois, o uso continuado de mecanismos informais persiste em detrimento dos dispositivos formais e institucionais, criando padrões de comportamento que privilegiam o litígio e o confronto em vez de conciliação e negociação. Essa situação contribuiu para que exista, por parte dos gaúchos, baixos níveis de confiança institucional. Entre outros fatores contribui para que a democracia não se fortaleça, conforme afirma Prá (2008). Uma das alternativas para superar estes e outros dilemas pode estar centrada na possibilidade de desenvolver ações pedagógicas que reorganizem a capacidade cívica dos cidadãos assim como oriente para os processos emancipatórios do empoderamento através da aquisição de conhecimento e da capacidade intelectual.

Sem dúvida alguma a Educação funciona como uma das bases de sustentação de um projeto que dê condições aos indivíduos para que possam exercer seus direitos democráticos através da participação política institucionalizada e transforme as relações até então estabelecidas, cultural e historicamente. Mas essas transformações só podem ocorrer quando também os professores estiverem

conscientes do seu papel político no ato pedagógico, que seu compromisso com a educação está baseado nos princípios da emancipação dos cidadãos através da aquisição do conhecimento que não só a escola carrega, mas que ainda é uma grande responsável na sociedade pela formação de cidadãos. Acredito também que pesquisas e Teses com o mote desta, possam ajudar no sentido de desmistificar, a representação segundo a qual os políticos, e principalmente as mulheres, nada fazem quando assumem o poder decisório.

É importante perceber o quanto, as relações de poder, no mundo masculino, além do enorme aparato burocrático, envolvem a tomada de decisões nos patamares da política partidária. A ausência das mulheres, ainda parca, no Parlamento Federal e Estadual, carrega as representações simbólicas da ordem do modelo de dominação masculina. Percebo claramente que é necessária a existência de um novo pacto entre homens e mulheres e, delas, consigo mesmas, no sentido de expandir as relações assimétricas e ter como parceria construtiva e empreendedora, a relação entre os sexos, na busca de uma sociedade mais fraterna e solidária, sem a grande disputa pelo poder decisório.

Concluo a realização desta pesquisa com a certeza de que muito aprendi e que há muito ainda a ser feito para que a política faça parte efetiva na vida de todos os cidadãos, principalmente na vida das mulheres. Percebo que respondi às questões que tanto me inquietaram durante um longo tempo e surgiram tantas outras que serão respondidas ao longo de minha vida profissional e pessoal. Acredito que minha pesquisa tenha contribuído para trazer à tona mais uma peça do quebra cabeças que compõe a História da Educação no Rio Grande do Sul, assim como a escrita de mais uma página no grande livro que narra a história das mulheres na sociedade gaúcha.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Maria Helena M. [et al.]. *História e histórias de vida: destacados educadores fazem a história da educação rio-grandense*. Porto alegre: EDIPUCRS, 2001.
- _____. *A aventura (auto)biográfica: Teoria & Empiria*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- ALTET, Marguerite; PERRENOUD, Philippe; PAQUAY, Léopold et al. *A profissionalização dos formadores de professores*. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- ARROYO, Miguel G. *Ofício de mestre: imagens e auto-imagens*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BAUMAN, Zygmund. *Identidade*. Entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BAZZO, Vera Lúcia. *Constituição da profissionalidade docente na Educação Superior: desafios e possibilidades*. Porto Alegre: UFRGS, 2007. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.
- BOSI, Ecléa. *Lembranças de velhos*. São Paulo: Queroz, 1983.
- BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História – novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Tempos e Lugares de gênero*. São Paulo: FCC: Ed. 34, 2001.
- CADIOU, François [et al.]. *Como se faz a história: historiografia, método e pesquisa*. Tradução de Gisele Unti. Petrópolis: Vozes, 2007.
- CÂMARA, Maria Helena Bastos (Org.). *Histórias e memórias da Educação no Brasil*. vol. II: século XIX. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CHARTIER, Roger *À beira da falésia: a história entre as incertezas e inquietude*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.
- CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.
- COSTA, Cléria Botelho da. *Contar história, fazer história: história, cultura e memória*. Brasília (DF): Paralelo 15, 2001.
- CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

CONSTANTINO, Nuncia Santoro. Teoria da História e a reabilitação da oralidade: convergência de um processo. In: ABRAHÃO, Maria Helena M (Org.). *A aventura (auto)biográfica: teoria e empiria*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

FELDMANN, Maria Augusta. Criança. *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. 07 de jun. 1995. p. 14.

FERRAROTI, Franco. Sobre a autonomia do método biográfico In: NÓVOA, A.; FINGER, M. (Orgs.). *O método (auto)biográfico e a formação*. Lisboa: Departamento de Recursos Humanos da Saúde/Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, 1988.

FURTADO, Dercy. *Opinião*. Porto Alegre: FEPLAN, 1975.

FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michele. Ordens e Liberdades. In: DUBY; G, Georges; PERROT, Michelle. *As mulheres e a História*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

GEERTZ, Clifford. O saber local. *Novos ensaios em antropologia interpretativa*. Tradução de Vera Mello Joscelyne. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

GIDDENS, Anthony [et al.]. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UHESP, 1997.

GOMES, Angela de Castro. *Escritas de si, escritas da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GUSMÃO, Emery Marques. *Memórias de quem ensina História: cultura e identidade docente*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 2004.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

IRIGARAY, Terezinha. *À sombra da revolução: estórias de um cotidiano*. Porto Alegre: Intermédio, 1999.

ISMÉRIO, Clarisse. *Mulher: a moral e o imaginário 1889-1930*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

_____. *Igreja e Nacionalismo: O Movimento Renovador da Cristandade (1930-1945)*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre, PUCRS, 1999.

JOSSO, Marie-Christine. *Experiências de vida e formação*. Tradução de José Cláudio e Júlia Ferreira; adaptação à edição brasileira Maria Vianna. São Paulo: Cortez, 2004.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER Martin W. Entrevista narrativa. In: GASKELL, George; BAUER Martin W. *Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático*. Tradução de Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & história*. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê, 2001.

LAGRAVE, Rose-Marie. Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX. In: DUBY, G.; PERROT, M. (Orgs.). *História das mulheres no ocidente*. Porto: Afrontamentos, 1998.

LARROSA, Jorge. Notas sobre narrativa e identidade. (A modo de presentación). In: ABRAHÃO, Maria Helena M. B. (Org.). *A aventura (auto)biográfica: Teoria & Empiria*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1994.

_____. *A história nova*. Tradução de Eduardo Brandão. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. *Prendas e anti-prendas: uma escola de mulheres*. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 1997.

MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

MEIHY, José Carlos. *História Oral: como fazer, como pensar*. Porto Alegre: Contexto, 2007.

MOUILLAUD, Maurice. Crítica do acontecimento ou o fato em questão In: MOUILLAUD, Maurice [et al.]. *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

NÓVOA, António. [et al.]. *Vidas de professores*. Porto-Portugal: Porto Editora, 2000.

_____. (Coord.). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do sul. In: *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

PENNA, Rejane Silva. *Fontes orais e historiografia: avanços e perspectivas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

PERROT, M. (Orgs.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamentos, 1998.

_____. *Mulheres públicas*. Tradução de Roberto Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PESAVENTO, Sandra [et al.]. *Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural*. Porto Alegre: Asterisco, 2008.

_____. *Sensibilidade e sociabilidade: perspectivas de pesquisa*. Goiania: Editora da UCG, 2008.

_____. *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. *História & História cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PETERSEN, Áurea Tomatis. *Trabalhando no banco: trajetórias das mulheres gaúchas desde 1920*. Tese de Doutorado em História. PUCRS, 1999.

PINTO, Céli Regina [et al.]. *Perfis, trajetórias, desempenhos: uma pesquisa com as vereadoras gaúchas*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

POIRIER, Jean [et al.]. *Histórias de vida: teoria e prática*. Tradução de João Quintela. Oeiras: Celta, 1995.

PRÁ, Jussara Reis; BAQUERO, Marcello. *A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. A situação da mulher no século XX: impasses e perspectivas. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel [et al.]. *Santo Antônio da Patrulha Mulheres fazendo história*. Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha. Porto Alegre: EST Edições, 2000.

PRIGOGINE, Ilya. *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. São Paulo: UNESP, 1996.

PRIORE, Mary Del. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos César de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

RAGO, Margareth. Pensar diferentemente a história, viver femininamente o presente. In: GUAZELLI, César A. B. [et al.]. *Questões da teoria e Metodologia da história*. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.

SACRISTÁN, J. Gimeno. Consciência e Acção sobre a prática como libertação profissional dos professores. In: NÓVOA, António. [et al.]. *Profissão professor*. Porto-Portugal: Porto Editora, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth. Diferença ou Indiferença: gênero, raça/etnia, classe social. In: ADORNO, Sérgio (Org.). *A sociologia entre a modernidade e a Contemporaneidade*. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1995.

SOARES, Marie Jane [et al.]. *Produzindo gênero*. Encontro Nacional da Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas. Porto Alegre: Sulina, 2004.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro F.; VAIFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. [et al.]. *Modernizando a Desigualdade. Reestruturação da ideologia de Gênero no Brasil. 1914-1940*. São Paulo: Edusp, 1999.

SOUZA, Elizeu Clementino. Pesquisa narrativa e escrita (auto)biográfica: interfaces metodológicas e formativas. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; SOUZA, Elizeu Clementino (Orgs.). *Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

SOUZA, Heloísa Pinheiro. *Luisa Alzira Teixeira de Vasconcelos – primeira mulher eleita prefeita na América do Sul*. Natal: UFRGN/Centro de Ciências Humanas e Artes, 1993.

SHUMA SHUMAHER, Érico Vital Brazil (Org.). *Dicionário mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

STREY, Marlene [et al.]. *Construções e perspectivas em gênero*. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2000.

TABAK, Fanny; TOSCANO, Moema. *Mulher e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes & Formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.

VAIFAS, Ronaldo. Caminhos e descaminhos da História. In: CARDOSO, Ciro Flamarion [et al.]. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

WORTMANN, Iara. Discurso proferido na Tribuna da Assembléia Legislativa. In: *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: 02/03/2001. p. 12.

_____. Discurso proferido na Tribuna da Assembléia Legislativa. In: *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 11 nov. 2001. p. 09.

ANAIS

Anais da Assembléia Extraordinária de Janeiro a fevereiro de 1965. v. CLXXII. p. 4.

Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 09/12/1998. p. 04.

Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 02/03/2001. p. 12.

Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 11/11/2001. p. 09.

Anais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre 16 de abril de 1968. p. 101.

CADERNOS E REVISTAS

ABRAHÃO, Maria Helena M. Pesquisa (auto)biográfica – tempo, memória e narrativas. *Revista História da Educação*, ASPE/FaE/UFPeL, Pelotas, n. 14, p. 79-95, set. 2003.

BUENO, Belmira Oliveira. O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade. *Educação e Pesquisa*, v. 28, n. 1, p. 11-30, jan./jun. 2002.

DEMARTINI, Zeila de Brito. Resgatando imagens, colocando novas dúvidas: reflexões sobre o uso de fotos na pesquisa em história da educação. *Cadernos CERU*, São Paulo, NAP – CERU, série 2, n. 8, 1997.

DOMINICÉ, Pierre. A formação de adultos confrontada pelo imperativo biográfico. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 345-357, maio/ago. 2006.

GAUER, Ruth. Conhecimento e Aceleração (mito, verdade e tempo). *Revista de Histórias da Idéias*, Coimbra, Faculdade de Letras, v. 23, p. 85-97, 2002.

PESAVENTO, Sandra. Pensamento de Comte. *Cadernos de História Memorial do Rio Grande do Sul*, n. 24, 2. ed., p. 2, 2007.

PETERSEN, Áurea Tomatis. O Sufrágio Feminino na visão dos Articulistas do Jornal Correio do Povo: 1931-1934. *Histórica: Revista da Associação dos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: Associação dos Pós-Graduados em História da PUCRS, n. 2, p. 118-128, 1997.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. *Revista da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul de 1932 a 1937*, Porto Alegre, p. 16-24, 1998.

ZICMAN, Renée Barata. História através da Imprensa – algumas considerações metodológicas. *Projeto História*, São Paulo, n. 4, p. 90, jun. 1985.

JORNAIS

Jornal *Correio do Povo*, Porto Alegre, 04 de março de 1933. p. 12.

Jornal *Correio do Povo*, Porto Alegre, n. 273, 15 de dezembro de 1927. p. 19.

Jornal *Correio do Povo*, Porto Alegre, n. 276, 18 de dezembro de 1927. p. 11.

Jornal *Correio do Povo*, Porto Alegre, n. 59, 12 de março de 1931. p. 3.

Jornal *Correio do Povo*, Porto Alegre, n. 96, 15 de dezembro de 1927. p. 3.

Jornal *Zero Hora*, 2000. p. 10.

Jornal *Zero Hora*, Porto Alegre, 01 de maio de 1991. p. 2.

Jornal *Zero Hora*, Porto Alegre, 08 de junho de 1991. p. 8.

Jornal *Zero Hora*, Porto Alegre, 19 de abril de 1991. p. 16.

Jornal *Zero Hora*, Porto Alegre, 25 de junho de 1991. p. 2.

Jornal *Zero Hora*, Porto Alegre, 7 de agosto 2000. p. 6.

LIVROS CONSULTADOS

ARIÈS, Philippe. *Da renascença ao século das luzes*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BARROS, José D' Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BAUMAN, Zigmund. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BAUMER, Franklin L. *O pensamento europeu moderno. Séculos XVII e XVIII*. Tradução de Maria Manuela Alberth. Lisboa: Edições 70, 1977. v. I.

BUENO, Eduardo. *Brasil: uma história. A incrível saga de um país*. São Paulo: Ática, 2003.

CATANI, Denice Barbara (Org.). *Docência, memória e gênero: estudos sobre formação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

_____. A autobiografia como saber e a educação como invenção de si. In: SOUZA, Elizeu Clementino; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Orgs.). *Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e Representações*. Lisboa: Editora 34, 1996.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Narrativa, sentido e história*. São Paulo: Papyrus, 1997.

DOMINICÉ, Pierre. O que a vida lhes ensinou. In: NÓVOA, A.; FINGER, M. (Orgs.). *O método (auto)biográfico e a formação*. Lisboa: Ministério da Saúde, Departamento de Recursos Humanos de Saúde/Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, 1988.

FERRAROTI, Franco. Sobre a autonomia do método biográfico In: NÓVOA, A.; FINGER, M. (Orgs.). *O método (auto)biográfico e a formação*. Lisboa: Departamento de Recursos Humanos da Saúde/Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, 1988.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *História oral e Multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

FISCHER, Beatriz T. Daut. Nilce Léa: uma quase biografia. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. *Educadores sul-riograndenses: muita vida nas histórias de vida*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

GEBRAN, Philomena. *História cultural: várias interpretações*. Goiânia: EV, 2006.

GIDDENS, Anthony [et al.]. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UHESP, 1997.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GOODSON, Ivor F. Dar voz ao professor: as histórias de vida dos professores e o seu desenvolvimento profissional. In: NÓVOA, A. (Org.). *Vidas de professores*. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1992.

GUIMARÃES, Marilena Silveira. A igualdade jurídica da mulher. In: STREY, Marlene Neves. (Org.). *Mulher estudos de gênero*. São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 1997.

GUSMÃO, Emery Marques. *Memórias de quem ensina História: cultura e identidade docente*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

HABERMAS, Jurgen. *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

LEITE, Sérgio Antonio da Silva; COLOMBO, Fabiana Aurora. A voz do sujeito como fonte primária na pesquisa qualitativa: a autopiscopia e as entrevistas recorrentes. In: PIMENTA, Selma Garrido [et al.]. *Pesquisa em educação: alternativas investigativas com objetos complexos*. São Paulo: Loyola, 2006.

LE GRAND; PINEAU, G. *Les histories de vie*. Paris: PUF, 1993.

LEJEUNE, Philippe. *Le pactue autobiographique*. Paris: Seuil, 1975.

LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 2004.

MENIN, Ovide. *Reflexiones acerca de La escritura científica. Investigaciones, proyectos, tesis, tesinas y monografías*. 1. ed. Rosário: Homo Sapiens, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOITA, M.C. Percurso de formação e de trans-formação. In: NÓVOA, A. *Vidas de professores*. Porto: Porto Editora, 1995.

NORA, Pierre. *História: novos objetos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves 1981.

OLIVEIRA, Valeska Fortes de. (Org.). *Narrativas e saberes docentes*. Ijuí: Editora da Unijuí, 2006.

PEDROSO, Elizabeth; BIZ, Osvaldo. *Participação política: limites e avanços*. 8. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

PESAVENTO, Sandra [et al.]. *Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural*. Porto Alegre: Asterisco, 2008.

POPKEWITZ, Thomas S. Profissionalização e formação de professores: algumas notas sobre sua história, ideologia e potencial. In: NÓVOA, António (Coord.). *Os professores e sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

PRIGOGINE, Ilya. *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. São Paulo: UNESP, 1996.

RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa* (Tomo I). Tradução de Constança Marcondes César. Campinas: Papirus, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Nádya Maria Weber. História, subjetividade e cultura em leituras sensíveis do Eu: um exemplo nas escritas ordinárias de hospício. In: SOARES, Magda. *Metamemória-memórias: travessia de uma educadora*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

THÉBAUD, Françoise. O triunfo da divisão sexual. In: DUBY, G.; PERROT, M. (Org.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1988.

VICENTINI, Paulo F. *A crise dos anos 20: conflitos e transição*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

VOVELLE, Michell. *Ideologias e Mentalidades*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.